



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

2024 - 2025



Prefeito Municipal
JOSE ALBERTO TAVARES DA TRINDADE

Vice-prefeito Municipal
GILVANDRO DA SILVA ANDRADE

Chefia de Gabinete do Prefeito
IZABELLE PINHEIRO DE SOUSA

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
ROSANGELA MARIA LEAL DOS SANTOS

Secretário Municipal de Produção e Agronegócio
GENILSON GONÇALVES DE SOUSA

Secretaria Municipal de Educação
OSMÁLIA BORGES DA SILVA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
TIAGO VASCONCELOS ALVES

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
CLAUDINE YUKARI WATANABE SASAKA

Secretaria Municipal de Saúde
WANESSA THAIS CARDOSO KATO

Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos
MÁRCIO SANTOS REIS

Secretário Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto
MICHEL CARLOS DE MORAES ALVES

Secretaria Municipal de Defesa Social
ELEN CRISTINA DA CRUZ ALVES

Sistema Autônomo de Água e Esgoto
SEBASTIÃO MÁRIO DE OLIVEIRA



CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PLENO SECRETARIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL – SEMTEPS

Titular: Rosangela Maria Leal Dos Santos – Presidente da CAISAN

Suplente: Ádria Lúcia Tavares da Trindade

SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E AGRONEGÓCIO – SEMPAG

Titular: Genilson Gonçalves De Sousa

Suplente: Salvio Carlos Freire da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Titular: Osmália Borges Da Silva

Suplente: Fabrício Dias de Lima

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA

Titular: Tiago Vasconcelos Alves

Suplente: Jorge Antônio Santos Bittencourt

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SEMAPF

Titular: Claudine Yukari Watanabe Sasaka

Suplente: Josineide de Jesus Lima Fonseca

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

Titular: Wanessa Thais Cardoso Kato

Suplente: Maria José dos Santos Assunção

SECRETARIA INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEINFRA

Titular: Márcio Santos Reis

Suplente: Wesley Denison Fernandes de Sousa

SECRETARIO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO E DESPORTO – SECULTD

Titular: Michel Carlos de Moraes Alves

Suplente: José Ângelo Souza de Miranda

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL – SEMDS**Titular:** Elen Cristina da Cruz Alves**Suplente:** Fabiana do Socorro da Silva Costa**SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISAN**

Tatiane do Socorro Franco da Conceição

EQUIPE TÉCNICA DA CAISAN

Layla Santos Silva

COMITÊ TÉCNICO**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL – SEMTEPS****Titular:** Tatiane do Socorro Franco da Conceição**Suplente:** Bruna Roberta Oliveira Palheta**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS – SEMAPF****Titular:** Tamires Carla Lima da Silva**Suplente:** Iury Leão dos Santos**SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E AGRONEGÓCIO – SEMPAG****Titular:** Leandro Silva da Cruz**Suplente:** Juliane Maira Souza da Silva Sousa**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMMA****Titular:** Luiza Raquel Amaral de Sousa**Suplente:** Jaqueline Emim Mota**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED****Titular:** Daniela Cristina Andrade de Warris**Suplente:** Luiz Carlos da Silva Pereira**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS****Titular:** Iana Carina Andrade Monteiro**Suplente:** Maria Betânia Cardoso do Rosário**SECRETARIA INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEINFRA****Titular:** Lidiane Cristina Dias Silva**Suplente:** Fernanda Gabriele da Silva Monteiro**SECRETARIA INTEGRADA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEINFRA****Titular:** Lidiane Cristina Dias Silva**Suplente:** Fernanda Gabriele da Silva Monteiro

SECRETARIO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO E DESPORTO – SECULTD**Titular:** idelzanildo Paulo Belmiro de Oliveira**Suplente:** Cleobery Martins Pimentel**SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL – SEMDS****Titular:** Cristina Castro Coelho Hughes**Suplente:** Virginia Elane Lima Pinheiro da Silva**Elaboração do Plano:**

- **Pleno Secretarial da CAISAN**
- **Comitê Técnico da CAISAN**

Sistematização do Plano

Euderson Luiz Araújo Pereira

Tatiane do Socorro Franco da Conceição

Revisão Final do Plano

Heitor Marcio Pinheiro Santos



CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Associação dos Agricultores e Moradores do Mocambo

Titular: Erinaldo Cruz Silva (Presidente)

Suplente: Francisco Alsiran Vieira Silva

Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Chico Mendes – APRCM

Titular: Ernandes Reis Costa

Suplente: Luiz Augusto Pinto

Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá – SIMPRIZ

Titular: Erbert Koji Yamanaka

Suplente: Carlos Eduardo Menezes Leal

Centro Comunitário de Pupunhateua

Titular: Raimundo Milton Rosa Faro

Suplente: Roseiane da Costa Faro

Associação Quilombola do Espírito Santo do Itá

Titular: Cristina Selene B. Damasceno

Suplente: Silvane dos Santos

Comunidade Brasil Verde

Titular: Lia Cristina de Deus Magalhães da Cruz

Suplente: Celino Mendes da Cruz Filho

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTEPS

Titular: Jemise Soraya Tamarana de Sá

Suplente: Euderson Luiz Araújo Pereira

Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio – SEMPAG

Titular: Leandro Cruz da Silva

Suplente: Juliane Maria Souza da Silva Sousa

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Titular: Iana Catarina Andrade

Suplente: Maria Betânia Cardoso do Rosário

Secretaria Executiva do CONSEA

Sandra Suely Ferreira Santiago

APRESENTAÇÃO

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PMSAN), referente ao biênio 2024-2025, reafirma o compromisso do Governo Municipal com o fortalecimento das políticas de combate à fome e à desnutrição em Santa Izabel do Pará. Sob a coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e em parceria com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o plano estrutura uma abordagem integrada e intersetorial para garantir a segurança alimentar no município.

Esse documento representa não apenas um avanço político e social significativo, mas também a consolidação de estratégias que visam assegurar o acesso regular e permanente a uma alimentação adequada, em qualidade e quantidade suficientes. Além de atender demandas emergenciais, as ações propostas abrangem todas as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O I PMSAN estabelece diretrizes que serão continuamente monitoradas e avaliadas, assegurando que as políticas implementadas alcancem seus objetivos de forma eficaz. O processo será dinâmico e participativo, com revisões constantes das metas, prioridades e estratégias, garantindo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o fortalecimento da Soberania Alimentar, conforme determinado pela Lei Federal nº 11.346/2006.

A execução do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PMSAN) conta com o engajamento direto das diversas secretarias municipais, entre elas a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS), a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio (SEMPAG), a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças (SEMAPF), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), a Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos (SEINFRA), a Secretaria Municipal de Defesa Social (SEMDS), a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto (SECULTD) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Para além do poder público, o plano também é fortalecido pela participação de instituições da sociedade civil, organizações não governamentais e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará, que exercem papel essencial no processo de construção e execução das ações previstas.

Essa articulação intersetorial e colaborativa reflete diretamente os compromissos assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O plano contribui para a erradicação da

pobreza, o combate à fome e a promoção de uma agricultura sustentável, assegura o direito à saúde e ao bem-estar, fortalece a educação de qualidade, garante o acesso à água potável e ao saneamento, atua na redução das desigualdades sociais e territoriais, promove o desenvolvimento urbano sustentável, incentiva o consumo e a produção responsáveis, reconhece a urgência das ações frente às mudanças climáticas, valoriza a justiça social e o fortalecimento institucional, além de estimular parcerias para a implementação efetiva de suas ações.

O I PMSAN, portanto, reafirma o compromisso coletivo de enfrentar a insegurança alimentar no município, assegurando que cada cidadão tenha acesso digno e regular à alimentação adequada e saudável. Mais do que um plano técnico, trata-se de uma estratégia integrada para promover um desenvolvimento social justo, equitativo e sustentável, em consonância com os princípios da dignidade humana e da sustentabilidade que orientam os ODS.



ROSANGELA MARIA LEAL DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTEPS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

PMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CAISAN - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional

COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição

SEINFRA - Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos

SEMAPF - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

SEMTEPS - Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

SEMPAG - Secretaria Municipal de Produção e Agronegócio

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SECULTD - Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto

SEMDS - Secretaria Municipal de Defesa Social

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

EMATER-PA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

FBSAN - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

FPSAN PA - Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEAN PA - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará

POESANS PA - Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Pará

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01 Evolução Populacional de Santa Izabel do Pará – 1991 a 2024
- Gráfico 02 População segundo o gênero – 2024
- Gráfico 03 População segundo a faixa etária
- Gráfico 04 Escoamento Sanitário no Município
- Gráfico 05 Limpeza Urbana
- Gráfico 06 Evolução do PIB de Santa Izabel do Pará – 2017 a 2021.
- Gráfico 07 Empregos gerados por atividade econômica 2023
- Gráfico 08 Famílias beneficiárias do programa Bolsa Família
- Gráfico 09 Percentual de famílias vulneráveis por indicador
- Gráfico 10 Óbitos por residência por principais causas – 2019 – 2023
- Gráfico 11 Percentual de Óbitos por Infarto Agudo do Miocárdio – 2019 - 2023
- Gráfico 12 Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2024)
- Gráfico 13 Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2024)
- Gráfico 14 IMC por semana gestacional (2024)
- Gráfico 15 Estado Nutricional dos Idosos por Região (2024)
- Gráfico 16 Distribuição do Estado Nutricional dos Adultos por Região (2024)
- Gráfico 17 Total de matrículas – 2017 a 2024
- Gráfico 18 Valores gastos com agricultura familiar 2021 - 2024
- Gráfico 19 Área Destinada à colheita (Hectares) da lavoura permanente – 2019 – 2023
- Gráfico 20 Área colhida (em hectares) por tipo de Lavoura Temporária – Mandioca (quilograma por hectare)
- Gráfico 21 Efetivo de Rebanho bovino (cabeças) – 2019 – 2023
- Gráfico 22 Efetivo de Rebanho suíno (cabeças) – 2019 – 2023
- Gráfico 23 Efetivo de Rebanho Galináceos (total - cabeças) – 2019 – 2023
- Gráfico 24 Produção de Origem Animal Leite (Mil litros) – 2019 – 2023
- Gráfico 25 Produção de Origem Animal Ovos de galinha (Mil dúzias) – 2019 – 2023

Lista de Imagens

- Figura 01 Mapa do município de Santa Izabel do Pará
Figura 02 Os ODS da ONU

Lista de Tabelas

- Tabela 01 Proporção de Idosos – 2018 a 2022
Tabela 02 Índice de Envelhecimento – 2018 a 2022
Tabela 03 Escoamento Sanitário no Município
Tabela 04 Limpeza Urbana
Tabela 05 Números do Cadastro Único – Santa Izabel do Pará 2025
Tabela 06 Programa Bolsa Família – Santa Izabel do Pará 2025
Tabela 07 Trabalhadores da Agricultura, criação, pesca ou coleta
Tabela 08 Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2024)
Tabela 09 Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2024)
Tabela 10 IMC por semana gestacional (2024)
Tabela 11 Estado Nutricional dos Idosos por Região (2024)
Tabela 12 Lista de Escolas da Rede Municipal de Ensino

Sumário

- 1. A Segurança Alimentar no contexto do Brasil, do Pará e de Santa Izabel do Pará**

- 2. Diagnóstico Social Socioterritorial do Município de Santa Izabel do Pará**

- 3. Eixos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Valor – PPA, Metas e Indicadores do I PMSAN**

- 4. O I PMSAN e a relação com os ODS – Agenda 2030**

- 5. Governança e Monitoramento do I PMSAN**

- 6. Desafios Para a Implementação do I PMSAN**

- 7. Legislações Relacionadas**

- 8. Registros Fotográficos**

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional é um direito fundamental e um elemento essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer sociedade. Em um mundo marcado por desafios como a fome, a desnutrição e a desigualdade no acesso a alimentos de qualidade, torna-se imprescindível a construção de políticas públicas eficazes que assegurem a todos o acesso digno à alimentação. No Brasil, essa pauta tem sido fortalecida por meio de programas e iniciativas que buscam promover o direito humano à alimentação adequada, alinhando-se às diretrizes nacionais e internacionais para erradicação da fome e promoção da soberania alimentar.

Diante desse cenário, a construção do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PMSAN) de Santa Izabel do Pará representa um avanço significativo no compromisso do município com a garantia desse direito. O plano surge como um instrumento estratégico para nortear ações que assegurem o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, promovendo a saúde, o bem-estar e a inclusão social da população, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua elaboração é um reflexo do esforço conjunto entre as secretarias municipais, organizações da sociedade civil e demais atores que integram a rede de segurança alimentar e nutricional.

A segurança alimentar vai além do simples fornecimento de alimentos; ela envolve também a promoção de hábitos saudáveis, a valorização da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a redução do desperdício. Para isso, o I PMSAN, estrutura diretrizes que buscam fortalecer os sistemas alimentares locais, fomentar a produção sustentável e ampliar o acesso da população a alimentos nutritivos e culturalmente adequados. Dessa forma, a iniciativa contribui não apenas para a erradicação da fome, mas também para a construção de um modelo de desenvolvimento que respeite as diversidades regionais e sociais.

Além disso, a implementação do I PMSAN reforça a importância da governança participativa na formulação e execução de políticas públicas. O envolvimento da sociedade civil, das instâncias governamentais nos três níveis de governo, do poder legislativo, o que possibilita uma abordagem mais democrática e eficiente, garantindo que as ações sejam efetivas e alcancem aqueles que mais necessitam. A intersetorialidade do plano permite a articulação entre diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, infraestrutura e desenvolvimento rural, promovendo uma visão integrada da segurança alimentar.

Nesse contexto, a elaboração e implementação do I PMSAN reforça não apenas o compromisso de Santa Izabel do Pará com a segurança alimentar, mas também estabelece um modelo de planejamento e ação que poderá servir de referência para outros municípios. A implementação desse plano representa um avanço decisivo na luta contra a fome e na promoção de uma alimentação digna e acessível para todos. Dessa forma, sua elaboração e execução tornam-se um marco histórico para o município, consolidando uma política pública essencial à promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população.

NOTAS METODOLÓGICAS

A construção do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PMSAN) de Santa Izabel do Pará seguiu um processo coletivo e participativo, alinhado ao compromisso da Prefeitura Municipal com a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), conforme a legislação vigente. Esse plano se estrutura como um instrumento essencial para o fortalecimento das políticas municipais de segurança alimentar e nutricional, promovendo ações integradas entre o poder público e a sociedade civil.

O primeiro passo para sua elaboração foi a constituição de um Grupo de Trabalho (GT), composto por representantes da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), de entidades da sociedade civil e da CAISAN Estadual. A primeira reunião presencial do GT teve como objetivo a apresentação dos membros e a definição da metodologia a ser aplicada no desenvolvimento do plano.

Para garantir um processo estruturado e eficiente, foram criadas duas Comissões de Trabalho:

1. Comissão de levantamento de dados e informações, responsável por mapear as ações e programas de segurança alimentar e nutricional em todas as secretarias municipais.
2. Comissão de edição e produção documental, encarregada da organização e formatação das informações para a redação final do PMSAN.

As etapas metodológicas foram organizadas da seguinte forma:

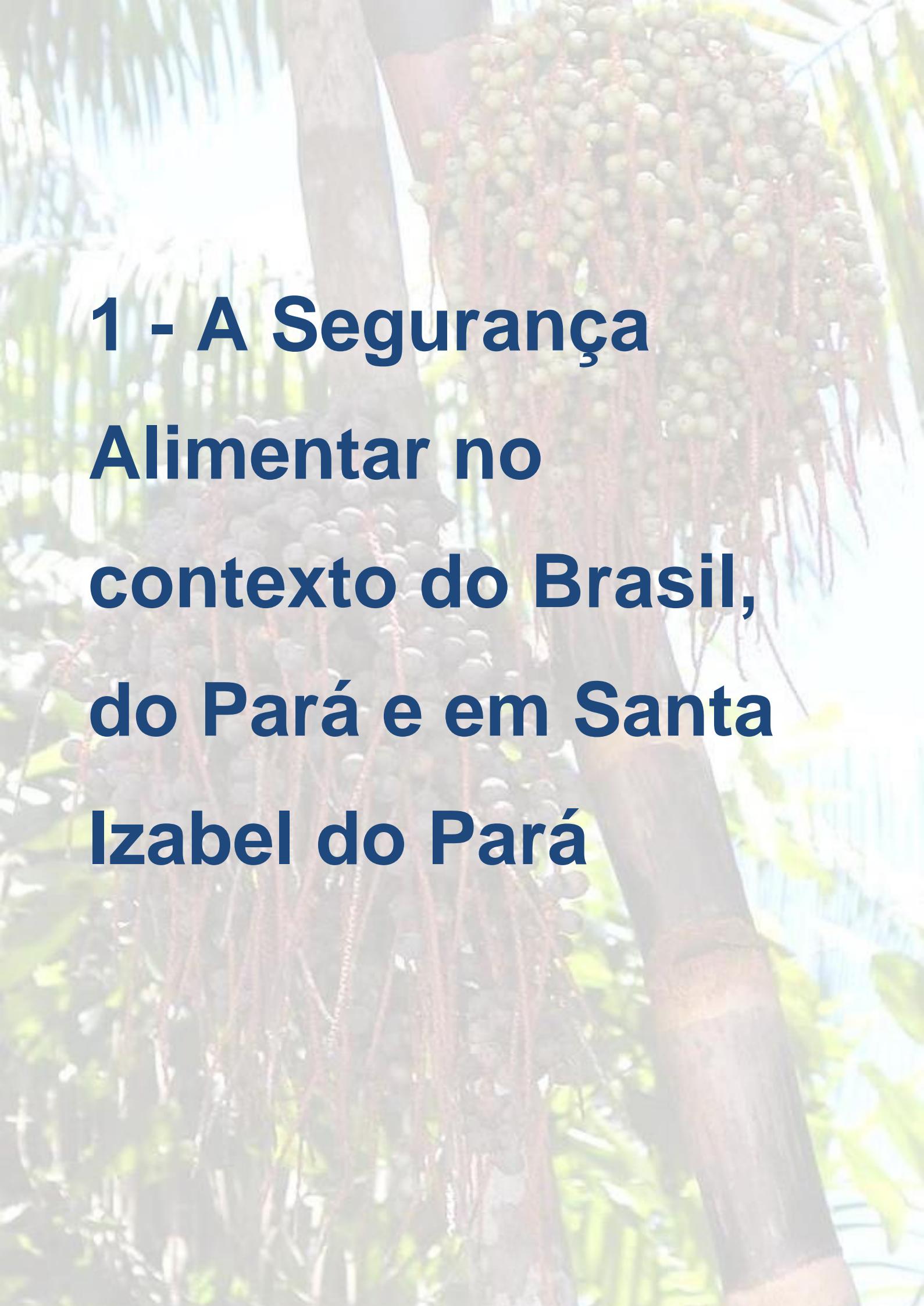
1. Realização de oficinas temáticas para nivelamento de informações e aprofundamento das legislações e normativas sobre segurança alimentar e nutricional.
2. Coleta de experiências de planos municipais de SAN já implementados em outros municípios.
3. Elaboração e aplicação de um formulário para identificar ações e programas relacionados à segurança alimentar nos órgãos municipais que integram a CAISAN.
4. Reunião com o Assessoria Técnica em Planejamento para análise da

dotação orçamentária disponível no Plano Plurianual (PPA 2022-2025) destinada à política de SAN.

5. Coleta de dados oficiais sobre a situação da segurança alimentar no município, com base em indicadores sociais e econômicos.
6. Pactuação de metas e ações prioritárias por meio de oficina com os integrantes do GT e demais participantes do processo.
7. Reuniões deliberativas do GT, destinadas à discussão e aprovação da estrutura do PMSAN.
8. Disponibilização para consulta pública do Plano.
9. Reunião da CAISASN para deliberação final do Plano.
10. Reunião do CONSEA para aprovação do I PMSAN.
11. Edição de Decreto do Prefeito para aprovação do I PMSAN.

Como parte do processo democrático e participativo, a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará promoverá em 2025 a 1ª Conferência Municipal da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, um marco fundamental para ampliar o debate sobre o tema e consolidar o compromisso do município com a segurança alimentar. Durante a conferência, serão discutidas e validadas as diretrizes da Política de SAN, garantindo maior envolvimento da sociedade civil e de diferentes segmentos do poder público.

O desenvolvimento deste plano reflete o compromisso de Santa Izabel do Pará com a promoção da segurança alimentar e nutricional, consolidando um instrumento de governança que visa assegurar o direito à alimentação digna e fortalecer as políticas públicas voltadas à redução da fome e da desigualdade no município.



1 - A Segurança Alimentar no contexto do Brasil, do Pará e em Santa Izabel do Pará

1.1 A Segurança Alimentar no Contexto Brasil

A política de segurança alimentar no Brasil possui uma trajetória longa e complexa, marcada por diferentes fases e abordagens. A partir da década de 1930, ações voltadas para os trabalhadores e o retrato da "Geografia da Fome" de Josué de Castro marcaram o início da preocupação com a alimentação da população.

Tal esforço em proporcionar soluções sustentáveis a longo prazo sobre a temática no Brasil é realizado há décadas, e com a institucionalização enquanto política pública ocorrendo de forma gradual, com avanços e retrocessos.

Na década de 1970, é criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e lançado o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Na década de 1980, a segurança alimentar no Brasil foi marcada pela estocagem de alimentos como um padrão de consumo, devido à inflação descontrolada e ao desemprego. Houve também um debate sobre o conceito de SAN que culminou com o surgimento da expressão "segurança alimentar" e a discussão sobre políticas públicas para garantir o acesso a alimentos básicos, com a formulação da proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar.

Em 1990, com a aprovação Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, a alimentação é reconhecida como um dos fatores cruciais para a saúde, sendo papel do Estado formular, avaliar e apoiar políticas e programas de alimentação e nutrição.

Na continuidade da década de 90, três fatos ocorridos contribuem significativamente para o avanço da política de SAN, são eles: i) a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar; 2) a aprovação do Programa Fome Zero em 1993 e; iii) realização da 1ª Conferencia Nacional de Segurança Alimentar em Brasília no período de 28 a 30 de julho de 1994.

A partir de 2003, a segurança alimentar passou a ser prioridade, com ações e programas voltados para garantir a alimentação adequada a todos, e essa trajetória tem se mostrado promissora, com avanços no combate à fome e à insegurança alimentar.

Sendo a política de SAN considerada um objetivo público, estratégico e contínuo, e como uma prioridade, o seu marco legal é estabelecido no contexto da Lei nº 11.346 de 2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), regulamentada a partir do Decreto nº 7.272 de 2010, ficando criado o SISAN, instituída a PNSAN e estabelecida a base para a elaboração do PLANSAN. Ambas as legislações buscam fortalecer ações intersetoriais para promover uma alimentação adequada e saudável, bem como garantir a SAN.

A Emenda Constitucional nº 64, aprovada em 2010, também reforçou o papel do Estado ao estabelecer a alimentação como um direito na Constituição Federal. Reconhecendo a grande importância da alimentação e nutrição para a promoção e proteção da saúde, destaca-se o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (DHANA), primordial para a realização de outros direitos humanos, e essenciais para garantir que todas as pessoas estejam livres da fome.

No mesmo contexto, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) aborda a questão intersetorial da saúde e da SAN, promovendo uma abordagem holística que considera as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos. Essa política enfatiza a integração com diversas áreas, como Meio Ambiente, Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Habitação, Cultura, e demais esferas da sociedade e da administração pública. reforçando a importância da cooperação entre diferentes setores para alcançar os objetivos relacionados a SAN.

Os dez anos que se seguiram, com efeitos acumulados de estratégias governamentais de combate à fome e redução das desigualdades, culminaram com o registro recorde de redução da insegurança alimentar grave no país (3,2% dos domicílios), em 2013, e com a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, em 2014.

No período subsequente, porém, marcado por uma descontinuidade institucional que afetou o funcionamento daquelas políticas, a incidência da fome voltou a aumentar no país: em 2018, 4,6% dos domicílios, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, do IBGE, estavam em insegurança alimentar grave; no primeiro trimestre de 2022, esse índice subira para 15,5%, de acordo com o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), ainda sob a crise sanitária deflagrada pela pandemia da Covid-19.

No final de 2022, mais de 120 milhões de brasileiros se encontravam em situação de insegurança alimentar, sendo que destes, cerca de 33 milhões apresentavam insegurança alimentar grave. A insegurança alimentar indica a negação dos demais direitos essenciais de um indivíduo, não se limitando somente a questão da falta de qualidade ou quantidade de alimentos, de forma que existem também aspectos psicológicos consideráveis, como a preocupação e a incerteza sobre as condições em assegurar a alimentação da família a curto, médio e longo prazo.

A insegurança alimentar pode ser percebida em vários níveis, há a preocupação de que o alimento acabe antes que haja dinheiro para adquirir mais, há a insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta sem restrição quantitativa, e o ponto mais grave

que é a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição alimentar para seus membros, inclusive para as crianças, podendo chegar a sua expressão mais extrema: a fome.

No país, com base no II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN) cabe destacar que aproximadamente 33 milhões de brasileiros são os que experenciaram a fome no período.

Os dados da REDE PENSSAN de 2022 também ressaltam sobre a necessidade premente de abordagens abrangentes e políticas públicas eficazes para enfrentar essa crise alimentar, destacando a complexidade das dinâmicas socioeconômicas subjacentes à insegurança alimentar. A solução requer não apenas medidas emergenciais, mas também intervenções de longo prazo que abordem as raízes sistêmicas do problema, exigindo o engajamento de diversos setores da sociedade para construir um futuro mais equitativo e resiliente.

Tal cenário tem gerado significativo sofrimento e impacto negativo na saúde e bem-estar dos cidadãos, contudo experiências anteriores demonstram que a reconstituição das políticas públicas de SAN, aliada a outras políticas de caráter estruturante, pode, em um curto período, modificar esse quadro que compromete a dignidade humana. Diante desse contexto, a implementação de políticas emergenciais visa atender às necessidades imediatas da população em situação de vulnerabilidade alimentar. Simultaneamente, ações estruturais são cruciais para abordar as raízes profundas da insegurança alimentar, proporcionando soluções sustentáveis a longo prazo.

Tendo em vista o atual cenário apresentado, em agosto de 2023 por meio do Decreto Federal nº 11.679, foi instituído o Plano Brasil Sem Fome, o qual tem como objetivos: i) reduzir o contingente de pessoas impactadas pela insegurança alimentar e nutricional; ii) combater a pobreza; iii) implementar estratégias intersetoriais, promotoras de articulação, integração e monitoramento das políticas, programas e ações, com vistas a ampliar a produção e o acesso da população à alimentação adequada e saudável de maneira sustentável; iv) ampliar a participação social, fortalecendo a organização e iniciativas da sociedade civil para erradicar a fome e promover a SAN; e v) direcionar esforços para fortalecer o SISAN.

O Plano tem como perspectiva a duração até que o país deixe o Mapa da Fome, com suas ações identificadas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN, sua estruturação se desdobra em três eixos de atuação: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; SAN, abrangendo a alimentação adequada

desde a produção até o consumo; e mobilização para o combate à fome. Essa abordagem abrangente reflete o compromisso com uma transformação significativa do respectivo cenário alimentar apresentado no país.

Essa trajetória representa o resultado de um extenso processo de evolução das iniciativas voltadas para a promoção da SAN no Brasil, onde o SISAN e seus componentes desempenham um papel fundamental na construção e consolidação de uma política de SAN com uma abordagem integral que reflete o comprometimento com a promoção do acesso universal a uma alimentação adequada e saudável.

1.2. Linha do tempo da Política de SAN no Brasil

1986 – Deliberação nacional pela construção do SISAN na I Conferencia Nacional de Alimentação e Nutrição

1987 – Surgem nos Comitês de combate a fome, propostas de criação de um CONSEA e de um SISAN Nacional, passando a alimentação a ser compreendida como Direito e não como benefício.

1988 – Aprovação da Constituição Federal do Brasil, na qual a questão alimentar é tratada no conceito amplo de saúde.

1990 – Desestruturação e extinção da maioria dos programas de alimentação e nutrição.

1993

- A partir da destacada atuação do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, na questão da fome, surgem organizações, eventos tratando sobre a temática, com elaboração de textos e documentos, configurando o protagonismo no processo da segurança alimentar, que é a participação social efetiva.
- Criado o CONSEA Nacional, com a presidência do Bispo da Igreja Católica Dom Mauro Morelli, durante o Governo Federal de Itamar Franco

1994 – I Conferencia Nacional de SAN (CNSAN)

1995

- Extinção do CONSEA Nacional por meio do Decreto nº1366, janeiro de 1995.
- Ocorrem Ações Pro-SAN: alguns movimentos e organizações com participações variadas, em especial de ONG's.

1998 – Criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e nutricional – FBSAN

1999 – Instituição da Política Nacional de SAN (PNSAN).

2002 – O debate nacional do tema de Direito Humano a Alimentação toma força, a vista da Relatoria do Relator da ONU, Sr. Jean Ziegles, sobre violação do Direito Humano a Alimentação Adequada – DHAA.

2003

- Recriação do CONSEA Nacional por meio do Decreto nº 4.582, de 30.01.2003.
- Criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA)
- Lançamento do programa Fome Zero
- Criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

2004

- Criado o Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome (MDS).
- Realização da II CNSAN

2005 – Criação da Comissão de Monitoramento de Violações do DHAA, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos.

2006 – Aprovação da Lei nº 11.346, de 15.09.2006, Lei Organica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN que cria o Sistema de SAN/SISAN e garante a alimentação adequada como Direito humano fundamental.

2007

- Realização da III CNSAN
- Criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e nutricional – CAISAN Nacional

2008 – Instalação da CAISAN Nacional

2010

- Inclusão do Direito Humano a Alimentação no Art. 6º da CF de 1988 - (Marco Legal); a partir de intensa campanha do CONSEA Nacional, Frente Parlamentar, apoiadores de ONG's, movimentos sociais e artistas.

“São direitos sociais a educação, a saúde, A ALIMENTAÇÃO, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

- Instituída oficialmente a Política Nacional de SAN - PNSAN pelo Decreto nº 7.272, de 25.08.2010

2011

- Aprovação do I Plano Nacional de SAN – PLANSAN, com a definição dos critérios de pré-requisitos mínimos para que governos Estadual, do Distrito Federal e Municipais, façam adesão ao SISAN, começando assim o processo de estruturação do SISAN, por meio da Resolução nº 09 da CAISAN, de 13.12.201

- Realização da IV CNSAN, com o principal objetivo, construir o compromisso para efetivar o DHAA e saudável, através da implementação da PNAN e do SISAN nas áreas governamentais e com a participação da sociedade civil.

2013 – Realização da Oficina Regional Norte da CAISAN Nacional

2015 – Realização da V CNSAN, com um Eixo tratando sobre o Fortalecimento do SISAN, que articula as instâncias governamentais; integra as políticas de SAN com participação da sociedade pelos conselhos, em seus diálogos interconselhos, intersetoriais e interfederativo; sendo tratado em leis nacionais e internacionais.

2023 – Realização da VI CNSAN.

1.3 – Linha do tempo da política de SAN no Pará

2004 – Realização da I Conferencia Estadual de SAN – CESAN PA, coordenada pela Secretaria Especial de Estado de Proteção Social, por meio da Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social, com 599 participantes.

2005 – Instituição do Fórum Paraense de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará – FPSAN PA.

2006 – Alteração da composição do CONSEAN PA pelo Dec. nº 2015 de 18.01.2006 no qual o Conselho passou a ser integrado paritariamente por 26 conselheiros, com a presidência exercida pelo Secretario Executivo Estadual de Trabalho e Promoção Social.

2007

- Realização da II CESAN PA, sob a coordenação governamental, com 503 participantes.
- Criação da DISAN na Secretaria Estadual de Assistência Social – SEAS PA 2008
- Instituição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEANS PA pelo Decreto nº 929 de 29.04.2008.
- Reformulação do CONSEANS PA pelo Decreto nº 929, de 24.04.2008, alterando a proporcionalidade da composição: 2/3 (70%) da Sociedade Civil e de 1/3 (30%) de Governamental, no total de 33 conselheiros, sendo 22 sociedade civil e 11 governamentais, passando a presidência a ser assumida por representante da Sociedade civil; conforme previsto na LOSAN.

2009

- Eleição e nomeação do CONSEANS PA via Decreto de 23.04.2009.
- Elaboração do Projeto PARÁ SAN – Construindo o SISAN, sob a gestão da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEDES PA; período para

execução de 2009-2010, com o objetivo de iniciar a implantação do SISAN, da construção da minuta da LOSAN PA, e do Regimento Interno do CONSEANS PA: Resolução nº 04/09 de 19.03.2009.

2010 - I Seminário Estadual de implantação do SISAN PA

2011

- Instituição do SISAN PA por meio da Lei nº 7.580, de 20.12.2011.
- Realização da III CESAN PA, sob a coordenação do CONSEANS PA, com aproximadamente 750 participantes.

2013

- Eleição e nomeação da nova gestão do CONSEANS PA 2013-2015.
- Instituição da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN PA via Decreto nº 730 de 07.05.2013
- Encontro Estadual da 4^a Conferencia + 2
- Instituições da Camara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/PA pelo Decreto nº 730 de 07.05.2013 e Decreto nº 1285 de 15.05.2015.

2015

- Aprovação e publicação do Primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará, I PESANS PA 2012-2015: Resolução CONSEANS PA nº 05/2015, de 31.03.2015
- Realização das Oficinas Territoriais de SAN, “Consolidação do SISAN no Estado do Pará-Um Compromisso de Todos”
- Encontro de SAN na Amazônia
- Realização da IV CESAN PA
- Alteração do Dec nº 929, de 24.04.2008 sobre a representação governamental no CONSEANS PA: Decreto nº 1.286 de 15.05.2015

2016 - II PESANS PA 2016-2019

2022 - III PESANS PA 2020-2023

2023

- Aprovação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – POESANS PA por meio da Lei nº 9.949, de 19.06.2023.
- Realização da V CESANS PA.

1.4 – Linha do tempo da política de SAN em Santa Izabel do Pará

2024 – Aprovação da Lei nº 471 de 28 de agosto de 2024 que cria os componentes do SISAN no município.

2025

- Decreto nº 53 de 21 de janeiro de 2025, regulamenta no âmbito do SISAN a Camara Intersetorial de Segurança Alimentar – CAISAN
- Decreto nº 54 de 21 de janeiro de 2025, que dispõe sobre as competências, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará.
- Decreto nº 95 de 07 de março de 2025, que nomeia os membros da CAISAN.
- Decreto nº 102 de 24 de março de 2025, que nomeia os membros do CONSEA.

1.5 Histórico das Conferências

Conferências nacionais

1986 – No contexto da 8ª Conferência Nacional de Saude, tema Alimentação como um Direito e Dever do Estado.

1994 – 1ª CNSAN, tema “Fome a Questão Nacional”.

2004 – 2ª CNSAN, tema “A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”.

2007 – 3ª CNSAN, tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e nutricional”.

2011 – 4ª CNSAN, tema “Alimentação adequada e saudável: Direito de Todos”

2015 – 5ª CNSAN, tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Por Direitos e Soberania Alimentar”.

2023 – 6ª CNSAN, tema “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, Democracia e Equidade”.

Conferências Estaduais

2004 – 1ª CESAN PA, tema “Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional como Direito à Cidadania”

2007 – 2ª CESAN PA, tema “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e nutricional”.

2011 – 3ª CESAN PA, tema “Alimentação Adequada e saudável no Contexto Amazônico: Direito de Todos

2015 – 4ª CESAN PA, tema “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: Por Direitos e Soberania Alimentar”.

2023 – V CESANS PA, tema “Combate à fome, com comida de verdade no campo e na cidade”.



2. Diagnóstico Social Socioterritorial do Município de Santa Izabel do Pará

2. Diagnóstico Social Socioterritorial do Município de Santa Izabel do Pará

2.1 Histórico do Município

O município de Santa Izabel do Pará, pertencente à Região Metropolitana de Belém, foi fundado em 7 de janeiro de 1934. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 apresenta uma população de 73.019, e em 2024 a estimativa é de 78.317¹ habitantes, abrangendo as zonas rural e urbana da cidade.

Na zona urbana, o município está dividido nos seguintes bairros: Centro, Jardim das Acáias, Jardim Tókio, Jardim Paraíso, Jardim Miraí, Jardim Florestal, Santa Lúcia I e II, Triângulo, Nova Divinéia, Novo Horizonte, Bairro Novo, São Raimundo, Piçarreira, Nova Brasília, Sagrada Família, Juazeiro, Moema, Kató I e II.

Na zona rural estão os distritos de Americano e Caraparú, além das seguintes comunidades: Areia Branca, Boa visto do Itá, Cacoal, Campinense, Noa. Do Carmo, Catumbi, Brasil Verde, Conceição do Itá, Cinco Pontas, Cupuaçú, Espírito Santo do Itá, Km 5 da estrada da Vigia, Feijoal, Ferreira Pena, Umaniteua, Jacarecuara, Jundiaí, Macapazinho, Maranata, Meruim, Mocambo, Moema, Mucuiambá, Nova Canaã, Nova Olinda, Pernambuco, Pupunhateua, Rocinha, Santa Maria da Maravilha, São Francisco do Itá, São João da Cabeceira, Sapucaia, São João do Flexal, Tacajós, Travessão, Trindade, Vila Corinthians, Vila do Lago, Vila do Sena, Travessão, Vitória do Caraparú.

Historicamente, existem duas explicações para o nome Santa Izabel do Pará. A primeira está vinculada à devoção a Santa Izabel, rainha católica de Portugal canonizada, cuja imagem foi trazida para a região, onde se iniciaram novenas que influenciaram os habitantes, resultando na homenagem que deu nome ao local e, posteriormente, ao município.

A segunda versão atribui o nome às virtudes de uma escrava chamada Isabel, que teria chegado ao povoado acompanhando um dos imigrantes. Devido à sua dedicação ao senhor e aos demais habitantes, passou a ser chamada de "Santa".

A história de Santa Izabel do Pará está intrinsecamente ligada à evolução jurisdicional do município de Belém. Originalmente, era um povoado localizado no território de Belém. Com a colonização das terras da zona bragantina, Santa Izabel do Pará foi reconhecida como vila em 6 de junho de 1899, através da Lei nº 646, durante o governo do Dr. Paes de Carvalho. Desde 1885, a região já contava com uma estação da Estrada de Ferro de Bragança, inaugurada em 16 de março daquele ano, com os trilhos estendidos até

¹ FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-izabel-do-pará/panorama>

a localidade de Apeú.

Em 24 de fevereiro de 1905, foi inaugurada uma agência do telégrafo nacional na vila de Santa Izabel, ampliando as infraestruturas locais, que já incluíam um mercado público e um grupo escolar, este último criado pelo Decreto nº 1.295 de 8 de abril de 1904. Devido ao dinamismo da vila, em 30 de dezembro de 1931, Santa Izabel foi elevada à categoria de município, instalado em 2 de janeiro de 1932, com território constituído por áreas desmembradas de Belém e Castanhal. Entretanto, no mesmo ano, perdeu o status de município, sendo extinto. Em 8 de dezembro, o interventor do Pará, Magalhães Barata, restituiu sua autonomia através do Decreto Estadual nº 1.110, com nova instalação em 7 de janeiro de 1934.

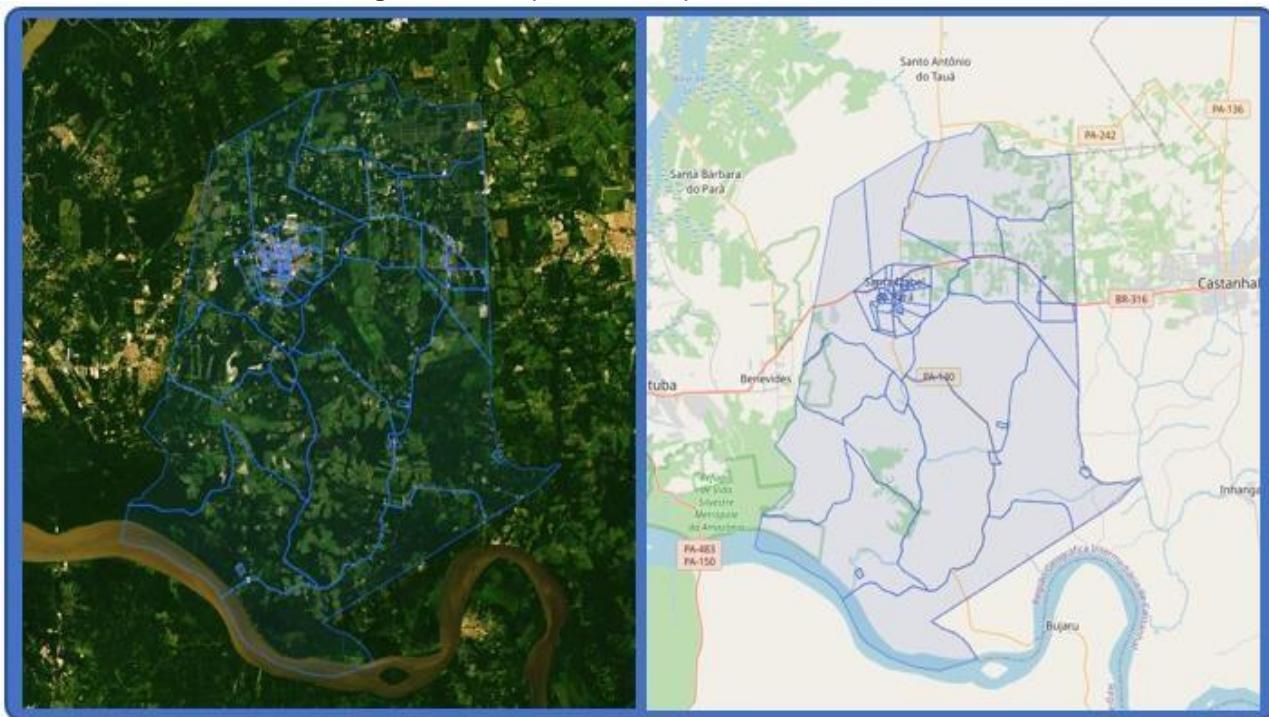
Posteriormente, em 31 de outubro de 1938, pelo Decreto-lei nº 3.131, os distritos de Ananindeua, Benfica e Arari foram desmembrados e anexados ao município de Belém. Em 30 de dezembro de 1934, o Decreto-lei nº 4.505 alterou o nome do município para João Coelho, em homenagem a um antigo político paraense residente na região, e estabeleceu que seria constituído pelos distritos de João Coelho, Americano e Caraparú.

Em 1955, a Lei nº 1.127, de 11 de março, propôs o desmembramento de parte do território de João Coelho para a criação do município de Santo Antônio do Tauá. Contudo, a iniciativa foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, resultando na promulgação do Decreto nº 1.496, de 26 de janeiro de 1956, tornando-a insubstancial. Finalmente, em 10 de janeiro de 1961, através do Decreto-Lei nº 2.160, o município retomou sua denominação original, passando novamente a ser chamado de Santa Izabel do Pará, atualmente composto pelos distritos de Americano e Caraparú. Segundo o último Censo IBGE 2022, o município possui 21.491 domicílios, tendo como média de moradores por casa 3,4 pessoas por domicílio.

2.2.Localização

Santa Izabel do Pará faz parte da Região Metropolitana de Belém e possui uma área territorial de 717,662 km². O município faz divisa ao norte com Santo Antônio do Tauá e Santa Bárbara do Pará, ao sul com Bujarú, a leste com Castanhal e Inhangapí, e a oeste com Benevides. Suas coordenadas geográficas são 01°17'55" de latitude sul e 48°09'38" de longitude oeste em relação a Greenwich. Com uma altitude aproximada de 24 metros, Santa Izabel do Pará está localizada a 38 quilômetros em linha reta da capital do Estado, Belém.

Figura 01 – Mapa do município de Santa Izabel do Pará

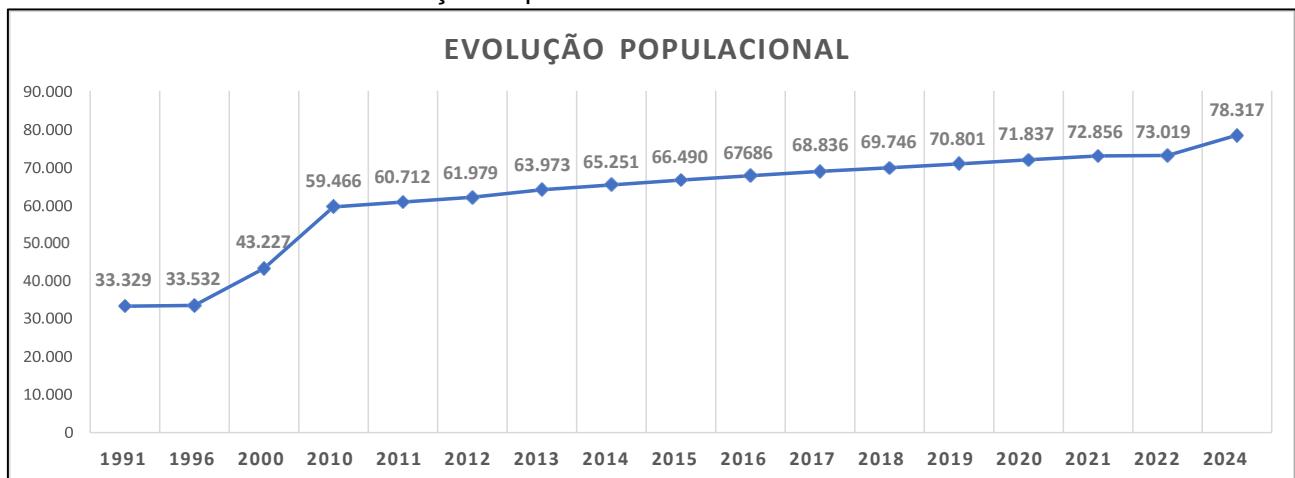


Fonte: MOPS – Mapas estratégicos para políticas de cidadania – Elaboração: Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2025.

2.3 População

De acordo com levantamento de dados e estimativas realizadas pelos órgãos oficiais, disponibilizados em suas plataformas, Santa Izabel do Pará estima-se uma população para o ano de 2024 de 78.317 habitantes, condição que lhe confere uma densidade demográfica de aproximadamente 109,05 hab/km². O crescimento populacional no município de Santa Izabel do Pará apresentou uma mudança positiva no quantitativo, caracterizando um aumento de 31,69% da população de 2010 a 2024, conforme demonstrado no gráfico 01.

Gráfico 01 – Evolução Populacional de Santa Izabel do Pará – 1991 a 2024

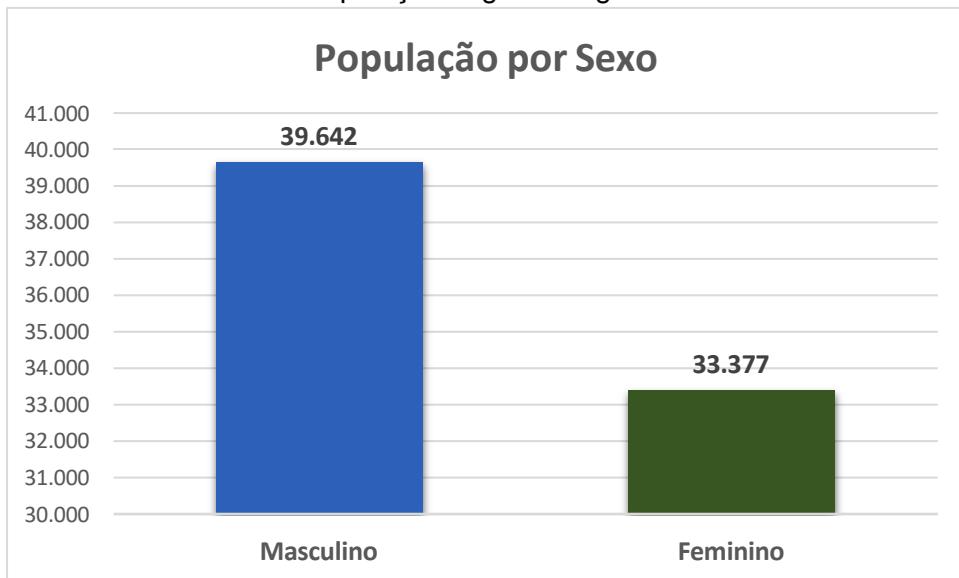


Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2024.

Ainda de acordo com os dados mais recentes, a estimativa populacional de Santa Izabel do Pará em 2024 é de 78.317 habitantes, distribuídos entre 39.642 do sexo masculino (50,60%) e 33.377 do sexo feminino (49,40%). Esses números indicam uma leve predominância masculina na população local, diferentemente do cenário apresentado em 2020, quando os homens representavam 53,01% e as mulheres 46,99% da população.

Essa mudança percentual sugere um equilíbrio demográfico mais acentuado entre os gêneros ao longo dos últimos anos, refletindo possíveis tendências de crescimento populacional similares entre homens e mulheres. O gráfico 02 ilustra essa distribuição populacional de forma detalhada.

Gráfico 02 – População segundo o gênero - 2024



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2021.

Pode ser observado que a Maior concentração etária está na faixa de 20 a 39 anos, com 20 a 29 anos (19,8%) e 30 a 39 anos (18,5%), totalizando 38,3% da população. Esse grupo representa a principal força de trabalho e impulsiona a economia local.

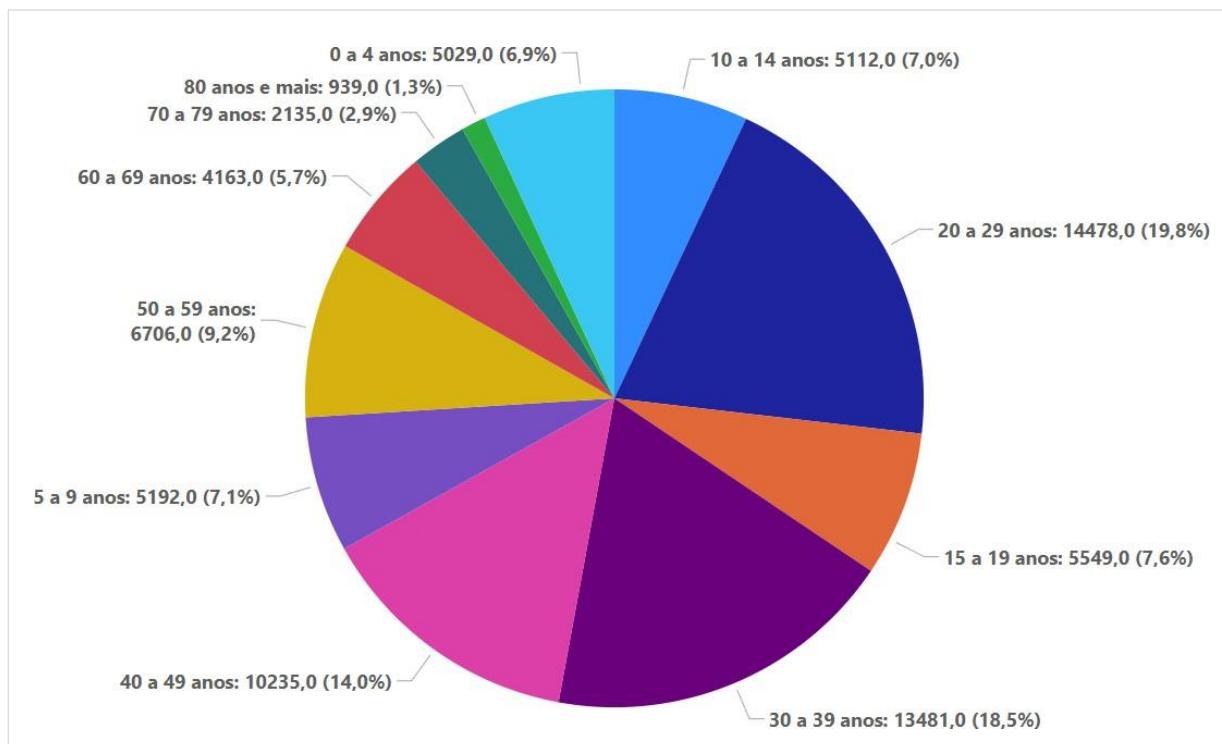
A faixa 40 a 49 anos (14,0%) também tem grande representatividade, seguida pela de 50 a 59 anos (9,2%), indicando uma transição gradual da população economicamente ativa para a meia-idade.

Crianças e adolescentes na faixa de 0 a 4 anos (6,9%), 5 a 9 anos (7,1%) e 10 a 14 anos (7,0%) mostram uma população infantil considerável, reforçando a necessidade de investimentos em educação básica e infraestrutura para esse público. A faixa 15 a 19 anos (7,6%) indica um contingente juvenil que ingressará no mercado de trabalho ou no ensino superior nos próximos anos.

Em relação à população idosa, observa-se um crescimento significativo nas faixas etárias de 60 a 69 anos (5,7%), 70 a 79 anos (2,9%) e 80 anos ou mais (1,3%), o que evidencia a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas à terceira idade, incluindo assistência médica e previdência social. Vale destacar que, no município, existe um Centro de Convivência da Pessoa Idosa Anastácio da Silva vinculado à SEMTEPS, que oferece diversas atividades e serviços voltados ao bem-estar e à integração social dessa população.

No que tange a tendências e impactos, o município de Santa Izabel do Pará apresenta um perfil demográfico majoritariamente jovem e produtivo, na faixa etária entre 20 e 29 anos, mas com um crescimento gradual da população idosa. Esse cenário exige investimentos contínuos em educação, saúde e infraestrutura para garantir qualidade de vida a todas as faixas etárias.

Gráfico 03 – População segundo a faixa etária



Fonte: Censo IBGE 2022

O índice de envelhecimento é um indicador importante que mede a proporção de pessoas com 60 anos ou mais em relação à população de 0 a 14 anos. Ele reflete o processo de envelhecimento da população, sendo um dado relevante para a formulação de políticas públicas voltadas para a terceira idade.

No caso de Santa Izabel do Pará, podemos observar um aumento progressivo do índice de envelhecimento ao longo dos anos, conforme os dados apresentados:

- **2018:** O índice era de 23,46, o que já indicava um início de envelhecimento na população, embora de forma moderada.

- **2019:** O índice subiu para 24,58, apresentando uma aceleração no processo de envelhecimento, embora ainda em níveis controlados.

- **2020:** Com 25,77, o aumento continua a se intensificar, o que pode sugerir uma tendência crescente de envelhecimento demográfico no município.

- **2021:** O índice atinge 27,14, confirmando que a população está envelhecendo de forma mais expressiva.

- **2022:** Com 31,68, observa-se um salto considerável no índice de envelhecimento.

Esse aumento acentuado sugere que o município está enfrentando um envelhecimento populacional mais acelerado, o que pode demandar urgência nas políticas públicas voltadas ao cuidado da população idosa, como saúde, assistência social, habitação e transporte.

O crescimento do índice de envelhecimento em Santa Izabel do Pará aponta para a necessidade de investimentos em infraestrutura e serviços voltados para a população idosa, uma vez que o aumento da longevidade traz consigo uma série de desafios, como a melhoria no acesso à saúde, a adequação de espaços públicos para a acessibilidade e o fortalecimento de programas de assistência social e previdência.

A Proporção de Pessoas Idosas (60 anos ou mais) na população geral de Santa Izabel do Pará apresentou tendência ascendente no período de 2018 a 2022, passando de 5,47% em 2018 para 6,65% em 2022. Esse aumento acompanha a elevação do Índice de Envelhecimento, que reflete a relação entre a população idosa e a jovem. O índice cresceu de 23,46% em 2018 para 31,68% em 2022, evidenciando o envelhecimento gradual da população no município. As tabelas abaixo mostram essas evoluções:

Tabela 01 – Proporção de Idosos – 2018 a 2022

Estado/Município	2018	2019	2020	2021	2022
Santa Izabel do Pará	5,47	5,59	5,73	5,89	6,65

Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2024.

Tabela 02 – Índice de Envelhecimento – 2018 a 2022

Estado/Município	2018	2019	2020	2021	2022
Santa Izabel do Pará	23,46	24,58	25,77	27,14	31,68

Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024/Elaboração – Equipe de Vigilância Socioassistencial – 2024.

A crescente proporção de idosos no município de Santa Izabel do Pará, evidenciada pelo aumento de 5,47% para 6,65% na população com 60 anos ou mais entre

os anos de 2018 e 2022, associada ao crescimento expressivo do Índice de Envelhecimento (de 23,46 para 31,68 no mesmo período), revela uma tendência clara de envelhecimento da população local. Este fenômeno traz implicações diretas e significativas no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A SAN pressupõe o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. No caso da população idosa, esse conceito ganha contornos ainda mais complexos. Com o avanço da idade, há alterações fisiológicas, metabólicas e sensoriais que impactam diretamente o estado nutricional, como a diminuição do apetite, perda de massa muscular, dificuldades de mastigação e digestão, além da maior prevalência de doenças crônicas.

Com o crescimento da população idosa em Santa Izabel do Pará, torna-se imprescindível garantir que essa parcela da população tenha acesso a uma alimentação adequada e saudável, que respeite suas necessidades nutricionais específicas. O poder aquisitivo limitado, comum entre os idosos, somado à possível redução da mobilidade e da autonomia funcional, pode dificultar o acesso a alimentos frescos e variados, comprometendo tanto a qualidade quanto a suficiência alimentar.

Além disso, o aumento do Índice de Envelhecimento pode indicar uma diminuição da população jovem, que tradicionalmente atua como rede de apoio aos idosos, sobretudo em contextos familiares. Essa mudança demográfica tende a impactar diretamente a capacidade de cuidado e suporte, inclusive no que se refere à garantia de uma alimentação adequada para a população idosa, aumentando, assim, sua vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Dessa forma, os dados apresentados apontam para a necessidade de políticas públicas intersetoriais voltadas ao envelhecimento com dignidade, incluindo:

- Ampliação do acesso à alimentação saudável por meio de programas como cestas alimentares específicas ou refeições adaptadas;
- Fortalecimento de iniciativas como hortas comunitárias, quintais produtivos e mercados acessíveis;
- Promoção de ações educativas voltadas à nutrição do idoso;
- Inclusão de profissionais de nutrição nos serviços de atenção básica à saúde, com foco no acompanhamento nutricional da população idosa.

A incorporação da perspectiva do envelhecimento nos programas e ações de SAN é, portanto, essencial para garantir o direito humano à alimentação adequada e contribuir para um envelhecimento ativo, saudável e com qualidade de vida em Santa Izabel do Pará.

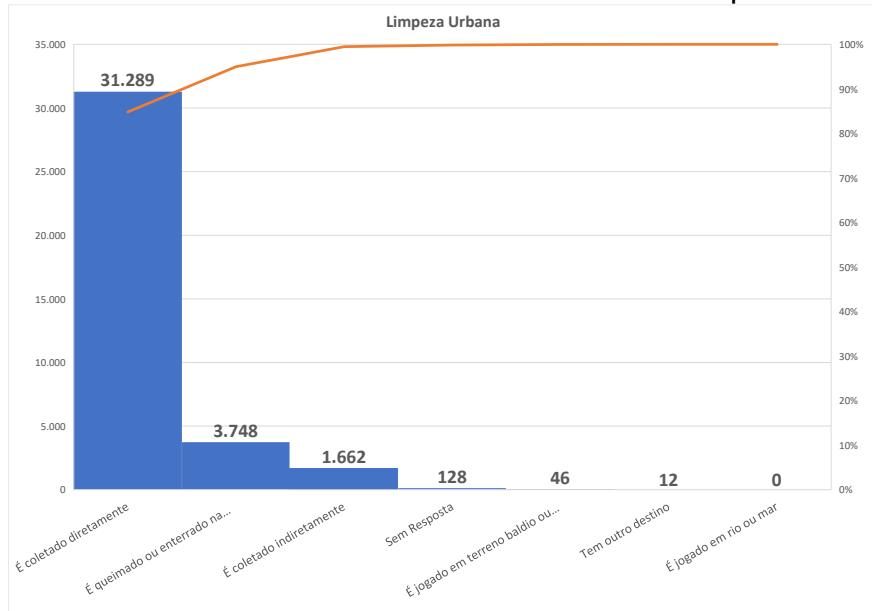
2.4. Infraestrutura Urbana e Rural

As informações sobre a infraestrutura urbana e rural de um município consistem em um conjunto de dados que descrevem as condições físicas, os serviços básicos disponíveis e o acesso a direitos sociais pela população. Esses dados são fundamentais para a construção de diagnósticos realistas, para o planejamento de políticas públicas e para a efetivação de ações integradas, como no caso da segurança alimentar e nutricional.

Entre as informações consideradas essenciais, destaca-se a análise da frota de veículos, que permite compreender a capacidade de mobilidade urbana e rural, o escoamento da produção agrícola, o transporte de bens e pessoas, além dos impactos no trânsito e na qualidade ambiental. A quantidade, tipologia e crescimento da frota indicam o nível de desenvolvimento econômico local e a pressão sobre a infraestrutura viária.

A análise das condições de infraestrutura urbana e rural do município de Santa Izabel do Pará revela uma série de fatores que impactam diretamente a segurança alimentar e nutricional da população. A partir dos dados extraídos do Cadastro Único Municipal, observa-se um quadro alarmante no que diz respeito ao destino do esgoto e das águas pluviais. Apenas 181 domicílios possuem ligação à rede coletora, evidenciando uma cobertura extremamente limitada dos serviços públicos de saneamento. As fossas sépticas, que representam uma alternativa mais segura, são utilizadas em apenas 73 residências.

Gráfico 04: Escoamento Sanitário no Município



Fonte: CECAD Cid adania 2025

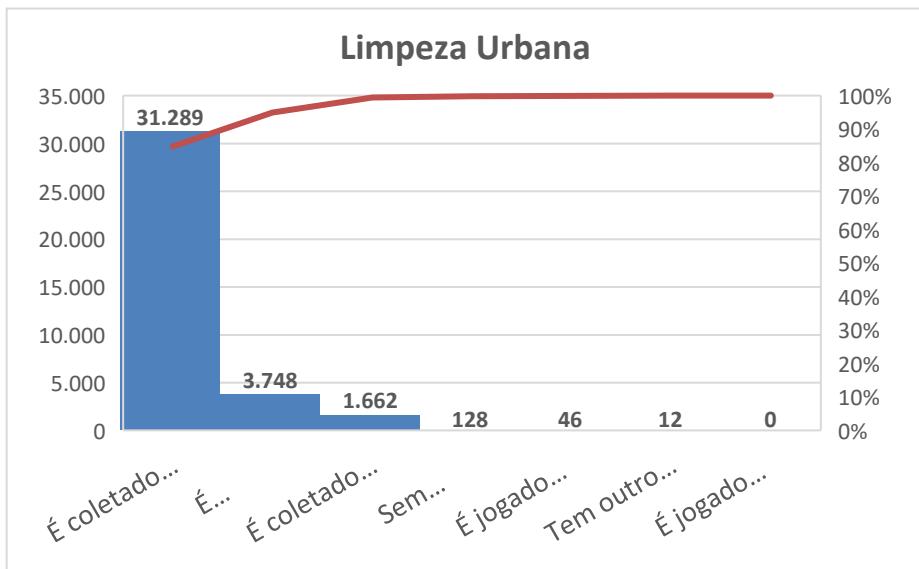
Tabela 03: Escoamento Sanitário no Município

Fossa rudimentar	Vala a céu aberto	Direto para um rio, lago ou mar	Outra forma	Sem Resposta
34.757	507	12	574	781

Fonte: CECAD Cidadania 2025

O dado mais preocupante refere-se ao expressivo número de domicílios que utilizam fossas rudimentares, totalizando 31.289 unidades. Essa forma precária de disposição de resíduos representa sérios riscos ambientais e sanitários, comprometendo o solo e os recursos hídricos e, consequentemente, a saúde pública. Soma-se a isso a existência de 507 domicílios que despejam esgoto diretamente em valas a céu aberto e 12 que lançam seus resíduos em corpos d'água naturais, como rios e lagos, práticas que intensificam a poluição e a propagação de doenças infecciosas.

Gráfico 05: Limpeza Urbana



Fonte: CECAD Cidadania 2025

Tabela 04: Limpeza Urbana

É coletado diretamente	É coletado indiretamente	É queimado ou enterrado na propriedade	É jogado em terreno baldio ou logradouro (rua, avenida, etc.)	É jogado em rio ou mar	Tem outro destino	Sem Resposta
31.289	1.662	3.748	46	0	12	128

Fonte: CECAD Cidadania 2025

Outros 574 domicílios declararam utilizar formas alternativas e frequentemente improvisadas de destinação do esgoto, enquanto 781 não responderam à pergunta, o que prejudica a qualidade do diagnóstico e evidencia lacunas na coleta de dados. Essa realidade expõe uma grande parcela da população à insalubridade, com impactos severos sobre a saúde e, por consequência, sobre a segurança alimentar e nutricional. A transmissão de doenças de veiculação hídrica, associada à contaminação do solo e da água, compromete tanto o preparo quanto a produção de alimentos. Portanto, é indispensável que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) incorpore o saneamento básico como uma de suas diretrizes prioritárias, reconhecendo que o acesso a condições sanitárias adequadas é fundamental para garantir o direito humano à alimentação adequada.

Em relação à limpeza urbana, os dados são mais alentadores. Cerca de 31.289 domicílios têm seus resíduos sólidos coletados regularmente pela administração pública, o que demonstra uma estrutura razoavelmente eficaz de coleta urbana. No entanto, ainda

persistem desafios significativos: parte da população queima o lixo, prática extremamente danosa à saúde humana e ao meio ambiente, em virtude da liberação de poluentes tóxicos. Há ainda registros de coleta informal ou alternativa, feita por agentes não institucionalizados, e casos em que o lixo é descartado em locais inadequados, como terrenos baldios e cursos d'água. Também se verifica um número expressivo de domicílios que não responderam à pesquisa sobre o destino de seus resíduos.

Essas falhas pontuais, embora localizadas, comprometem o ambiente e a saúde coletiva, além de favorecerem a proliferação de vetores de doenças e a contaminação de áreas de produção de alimentos. Assim, além de ampliar a cobertura da coleta formal, é necessário que o município invista em ações educativas e políticas públicas integradas que orientem a população sobre os riscos das práticas inadequadas, promovendo uma gestão sustentável dos resíduos sólidos em articulação com a saúde pública e a segurança alimentar.

A pavimentação das vias públicas é outro aspecto estratégico que impacta diretamente a segurança alimentar. Dados da Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Serviços Públicos (Seinfra) indicam que 75% da malha urbana está pavimentada, o que representa um avanço significativo para a mobilidade e a qualidade de vida. Ruas asfaltadas contribuem para a salubridade, reduzindo poeira e lama, o que tem efeito direto na conservação dos alimentos e na prevenção de doenças. Além disso, vias pavimentadas facilitam o acesso da população a escolas, unidades de saúde, centros de assistência social e, principalmente, aos mercados e feiras livres, essenciais para o abastecimento alimentar.

Apesar disso, 25% da malha urbana ainda não é pavimentada. Essas áreas, geralmente localizadas nas periferias, concentram população em situação de vulnerabilidade e carecem de infraestrutura básica. A dificuldade de mobilidade nesses locais compromete o acesso a alimentos saudáveis e o escoamento da produção agrícola, especialmente durante o período chuvoso, quando o acúmulo de lama torna várias estradas intransitáveis. Esse cenário também se estende à zona rural, onde diversas vias não possuem pavimentação adequada, dificultando o transporte da produção local e gerando perdas significativas para os produtores e para o abastecimento urbano.

Portanto, o PMSAN deve considerar a ampliação da cobertura asfáltica e a melhoria das estradas vicinais como medidas essenciais para garantir a segurança alimentar. A mobilidade adequada permite a circulação de insumos, o transporte seguro dos alimentos e o fortalecimento da economia local, além de garantir acesso mais eficiente aos equipamentos de saúde e assistência social.

Outro ponto de análise refere-se ao fornecimento de energia elétrica e ao consumo energético. Segundo a Equatorial Energia, o município apresentou um crescimento de 2.878 novas unidades consumidoras entre 2019 e 2023, saltando de 22.837 para 25.715. Esse aumento indica tanto a expansão demográfica quanto o desenvolvimento urbano e industrial, além de refletir uma maior capacidade de refrigeração, armazenamento e preparo de alimentos, aspectos indispensáveis para assegurar a qualidade sanitária e nutricional.

Além disso, cerca de 10.300 famílias são beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica, o que representa uma importante política de acesso à energia para famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando condições mínimas para a preservação e o preparo dos alimentos.

O abastecimento de água, por sua vez, também apresentou avanços relevantes. A população atendida saltou de 47.500 em 2018 para 64.240 em 2022, enquanto o volume consumido evoluiu de 6.000 mil m³/ano para 7.900 mil m³/ano no mesmo período. Esses dados refletem não apenas o crescimento populacional, mas também a ampliação da rede de distribuição de água potável, essencial para garantir a saúde pública, a higiene pessoal e o preparo seguro dos alimentos. A água de qualidade é elemento central na política de segurança alimentar e deve ser considerada como prioridade nas ações do PMSAN.

Compreender a infraestrutura urbana e rural a partir dessas variáveis permite traçar um diagnóstico abrangente das desigualdades regionais e sociais existentes no município. Aspectos como eletrificação, abastecimento de água, saneamento, mobilidade, limpeza urbana e presença de equipamentos públicos (postos de saúde, escolas, feiras, mercados, CRAS e outros) influenciam diretamente na garantia do direito à alimentação adequada.

Outro dado relevante é o crescimento da frota de veículos no município, que passou de 20.184 em 2019 para 25.450 em 2023, o que representa um aumento de mais de cinco mil veículos. Esse incremento pode ter efeitos positivos no escoamento da produção agrícola, no acesso a mercados e na mobilidade dos produtos alimentares. Contudo, também impõe desafios, como a necessidade de manutenção da malha viária, controle da poluição e gestão logística, de modo a garantir que o desenvolvimento urbano ocorra de forma sustentável e equitativa.

Em síntese, a segurança alimentar e nutricional não pode ser dissociada das condições estruturais do município. Garantir o acesso a saneamento, água potável, eletricidade, vias pavimentadas e serviços públicos é assegurar um ambiente propício para a produção, comercialização e consumo de alimentos adequados. O Plano Municipal

de Segurança Alimentar e Nutricional, portanto, deve integrar esses elementos de infraestrutura como eixos fundamentais, promovendo ações articuladas que considerem as especificidades urbanas e rurais, visando à justiça social e à efetivação do direito humano à alimentação adequada para toda a população de Santa Izabel do Pará.

2.5. Aspectos Econômicos e Mercado de Trabalho

Em relação aos aspectos econômicos, o PIB – Produto Interno Bruto que representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, é um indicador mais utilizado na macroeconomia com o objetivo de quantificar a atividade econômica em uma região. Neste sentido, quanto maior o PIB maior a sua atividade econômica, o mesmo vale para o contrário quando um PIB é negativo ele indica que a atividade econômica daquele município está encolhendo, uma espécie de termômetro da economia.

Segundo dados do FAPESPA², Santa Izabel do Pará apresentou crescimento contínuo em seu Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do período de 2017 a 2021. Em 2017, o município registrava um PIB de R\$ 718,745 milhões, chegando a R\$ 935,129 milhões em 2021 — um aumento de aproximadamente 30% em cinco anos.

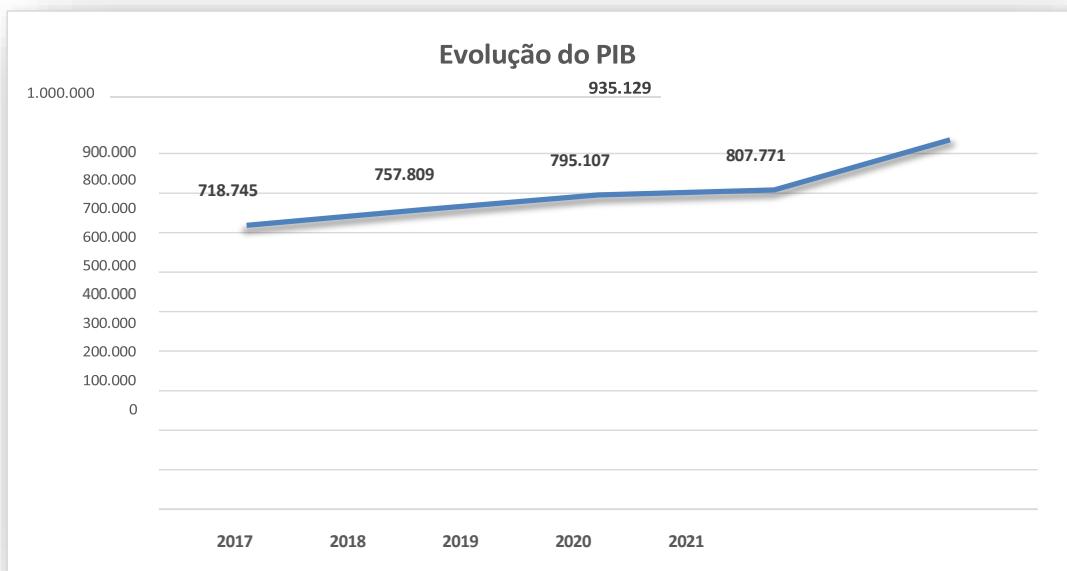
No ano de 2020, o município ocupava a 38^a posição no ranking dos municípios paraenses que mais contribuíram com o PIB estadual, com um total de R\$ 807.771 milhões. Naquele ano, o PIB per capita foi de R\$ 11.242,38, refletindo a dinâmica econômica local em relação à população.

O crescimento do PIB em Santa Izabel do Pará sinaliza avanços na atividade econômica, com possíveis impactos positivos sobre a geração de empregos, renda e investimentos em setores essenciais como infraestrutura, transporte, energia e abastecimento — elementos que também contribuem para a segurança alimentar e o bem-estar da população.

O Gráfico 04 abaixo mostra a evolução do PIB a preços correntes de Santa Izabel do Pará, onde registra-se que a economia está indo bem no município.

² <https://www.fapespa.pa.gov.br/anuario-estatistico-do-pará-2/>

Gráfico 06 – Evolução do PIB de Santa Izabel do Pará – 2017 a 2021.



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024

Com base nos dados disponíveis, o Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Izabel do Pará em 2021 foi de aproximadamente R\$ 935,1 milhões. A composição setorial desse valor foi a seguinte:

- Serviços: 40,4%
- Administração pública: 36,6%
- Agropecuária: 14,5%
- Indústria: 8,5%

Esses dados refletem a estrutura econômica do município em 2021.

Em 2021, a estrutura econômica do município de Santa Izabel do Pará revelou aspectos relevantes para a compreensão de suas dinâmicas sociais e produtivas, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar. De acordo com os dados mais recentes, o setor de serviços foi o mais representativo na composição do Produto Interno Bruto (PIB), correspondendo a 40,4% da economia local. Logo em seguida, a administração pública aparece com uma participação de 36,6%, enquanto a agropecuária representa 14,5% e a indústria, 8,5%.

A expressiva presença do setor de serviços indica que o município conta com atividades ligadas ao comércio, transporte, educação e saúde — áreas que desempenham papel importante na organização e distribuição de alimentos, no acesso a serviços essenciais e na geração de empregos urbanos. Ademais, a significativa atuação da administração pública em suas diversas esferas destaca a forte dependência do setor

estatal, o que pode ser visto tanto como uma vantagem quanto como uma vulnerabilidade. Por um lado, o poder público tem a capacidade de implementar políticas sociais essenciais, como programas de merenda escolar, distribuição de cestas básicas, apoio à agricultura familiar e promoção da educação alimentar. Por outro lado, essa dependência pode tornar o município suscetível a variações econômicas e políticas, que podem impactar negativamente os investimentos e os repasses governamentais.

O setor agropecuário, apesar de não ser predominante, desempenha um papel significativo, com 14,5% de participação no PIB. Essa presença reforça o potencial do município na produção de alimentos, especialmente se considerada a agricultura de base familiar, que pode contribuir de forma expressiva para o abastecimento local e regional. Santa Izabel, em grande parte, consome o que produz, o que favorece uma economia mais local e sustentável. A proximidade entre produtores e consumidores facilita o acesso a alimentos frescos e de melhor qualidade, além de promover circuitos curtos de comercialização, impactando positivamente os preços e a renda das famílias envolvidas.

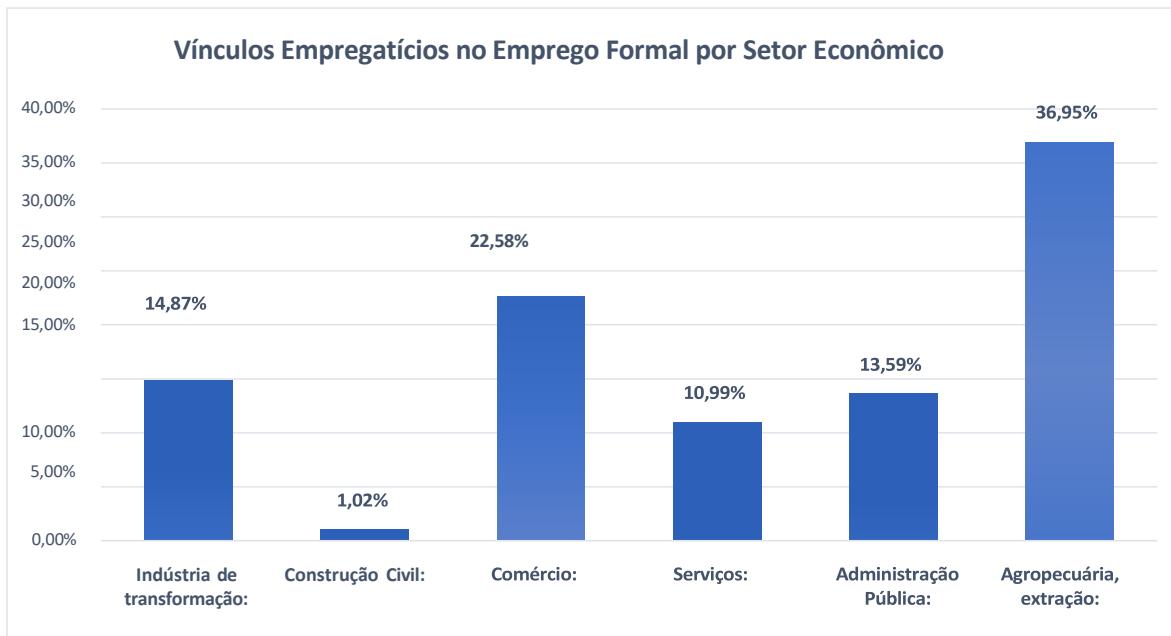
Por fim, a indústria representa apenas 8,5% da economia municipal, o que revela uma baixa capacidade de processamento e transformação de produtos locais. Essa limitação pode restringir oportunidades de geração de valor agregado na cadeia alimentar e reduzir a oferta de empregos no setor. Ao mesmo tempo, uma indústria menos presente também pode significar menor circulação de alimentos ultraprocessados, favorecendo hábitos alimentares mais naturais — dependendo, é claro, das práticas de consumo da população.

Dessa forma, a estrutura econômica de Santa Izabel do Pará mostra que a segurança alimentar do município está fortemente condicionada às ações do poder público, ao dinamismo do comércio e dos serviços locais, e ao fortalecimento da produção agropecuária. A promoção de políticas públicas voltadas para o apoio à agricultura familiar, à infraestrutura de abastecimento, à educação alimentar e à valorização da produção local são caminhos estratégicos para garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.

No que tange ao mercado de trabalho, em 2023, conforme mostra o Gráfico 06, os setores de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (36,95%) e Administração Pública (13,59%) continuam se destacando como os maiores responsáveis pela geração de empregos formais em Santa Izabel do Pará. Juntos, esses dois setores representaram 50,54% do total de vínculos empregatícios formais no município, evidenciando sua relevância econômica e seu papel central na estrutura ocupacional local. Além deles, o Comércio (22,58%) e a Indústria de Transformação (14,87%) também se sobressaíram como setores importantes, reafirmando a diversidade da base econômica municipal e a

contribuição significativa do setor privado para o mercado de trabalho.

Gráfico 07 – Empregos gerados por atividade econômica 2023.



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024.

A estrutura do emprego formal em Santa Izabel do Pará, com base nos dados de 2023, revela importantes conexões com a temática da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca permanece como o principal gerador de empregos formais no município, concentrando 36,95% dos vínculos. Esse dado é significativo, pois demonstra que uma parte expressiva da população economicamente ativa está diretamente envolvida com atividades ligadas à produção de alimentos, seja em pequena, média ou grande escala.

A presença forte da agropecuária no mercado de trabalho local pode ser vista como um fator positivo para a soberania e segurança alimentar, sobretudo se associada à produção familiar, sustentável e com acesso aos mercados locais. A valorização desse setor pode contribuir para o abastecimento interno, a promoção de dietas saudáveis e diversificadas, bem como a redução da insegurança alimentar entre os próprios trabalhadores rurais.

Ao mesmo tempo, o setor de Comércio, que emprega 22,58% dos vínculos formais, também exerce papel relevante na distribuição e acesso aos alimentos, impactando diretamente a dimensão econômica do direito humano à alimentação adequada. Um comércio local fortalecido e diversificado contribui para a disponibilidade de alimentos de qualidade a preços acessíveis.

A Administração Pública (13,59%) tem importância estratégica ao empregar parte significativa da população e por ser responsável direta ou indiretamente por políticas públicas voltadas à SAN, como a merenda escolar, os programas de transferência de renda, fomento à agricultura familiar e vigilância nutricional.

Apesar disso, a baixa participação da Construção Civil (1,02%) e a ainda limitada expressão da Indústria de Transformação (14,87%) indicam desafios para a verticalização da produção agropecuária, ou seja, o fortalecimento de cadeias produtivas locais que possam gerar valor agregado aos alimentos e promover a geração de renda com base na transformação de produtos regionais.

2.6. Assistência Social

A Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTEPS) de Santa Izabel do Pará desempenha um papel crucial na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), especialmente no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social.

A SEMTEPS é responsável por coordenar e executar a Política Municipal de Assistência Social, conforme os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa política visa garantir o atendimento das necessidades básicas da população, incluindo o acesso à alimentação adequada.

Os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) e os CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), que fazem parte da SEMTEPS oferecem diversos serviços gratuitos voltados ao bem-estar das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Entre os principais programas estão o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Primeira Infância no SUAS, também conhecido como Criança Feliz.

O PAIF acompanha de perto as famílias, oferecendo apoio social, orientação e atividades que ajudam a melhorar a qualidade de vida e prevenir situações de risco, como a violência doméstica ou a falta de acesso a direitos básicos. Já o SCFV promove atividades culturais, esportivas e educativas para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, fortalecendo a convivência comunitária e os laços familiares.

O Programa Criança Feliz é voltado especialmente para gestantes, crianças de até seis anos e suas famílias, com visitas domiciliares e orientações sobre cuidados, saúde, nutrição e o desenvolvimento infantil, contribuindo para um começo de vida mais saudável e com mais oportunidades.

Além disso, os CRAS e CREAS também orientam e auxiliam no acesso a benefícios eventuais, como cestas básicas, auxílio funeral e ajuda em situações de emergência, além de encaminhar as famílias para outros serviços públicos de saúde, educação, habitação e qualificação profissional.

O principal objetivo desses programas é fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promovendo mais dignidade, inclusão e oportunidades para todos, especialmente para quem mais precisa.

A SEMTEPS participa ativamente de espaços de controle social, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Por meio dessa participação, contribui para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar no município.

A Sala do Trabalho configura-se como um importante espaço de apoio e orientação para a inserção e reinserção de indivíduos no mercado de trabalho. Ao oferecer um leque de serviços e informações relevantes, ela abre portas para que cidadãos em situação de desemprego ou em busca de novas oportunidades profissionais possam vislumbrar e concretizar a possibilidade de obterem uma colocação formal. Essa conquista não se limita apenas à obtenção de uma renda, mas também se estende à garantia de recursos essenciais, como a viabilização de uma alimentação adequada e nutritiva para si e suas famílias.

A estabilidade proporcionada por um emprego contribui significativamente para a segurança alimentar e para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos, impactando positivamente em sua saúde e bem-estar geral. Além disso, a Sala do Trabalho pode oferecer suporte adicional, como oficinas de qualificação, auxílio na elaboração de currículos e preparação para entrevistas, ampliando ainda mais as chances de sucesso na busca por emprego e promovendo a autonomia e a dignidade dos trabalhadores.

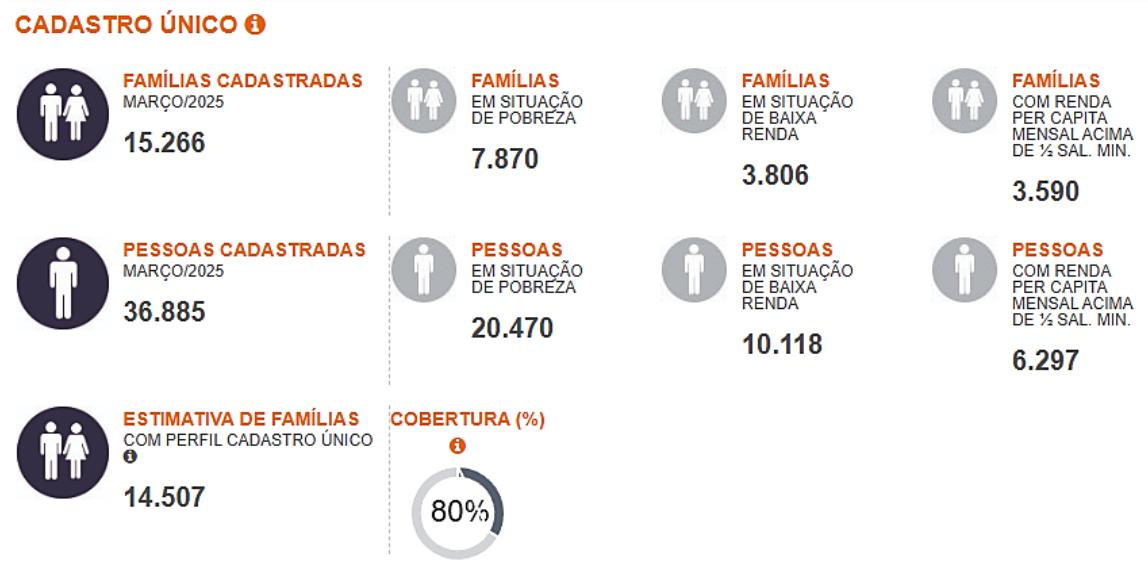
A SEMTEPS busca, em articulação com as secretarias municipais de Saúde, Educação e demais políticas públicas envolvidas, estabelecer um planejamento integrado voltado à implementação de ações efetivas na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O fortalecimento dessa cooperação intersetorial é fundamental para a construção de estratégias mais eficazes e sustentáveis no enfrentamento da insegurança alimentar no município.

Dentre as ações desenvolvidas, uma considerada estratégica diz respeito ao Cadastro Único – CADÚNICO, que é utilizado para a identificação do público-alvo da política de assistência social, bem como o acesso desse público a programas, serviços e benefícios, e tem com o objetivo garantir a sobrevivência, a proteção social e o acesso a

direitos.

O CadÚnico, considerado porta de entrada da Assistência Social, possibilita a participação no Programa Bolsa Família e em programas sociais dos governos federal, estadual e municipal, para famílias e indivíduos que atendam aos critérios de cada programa.

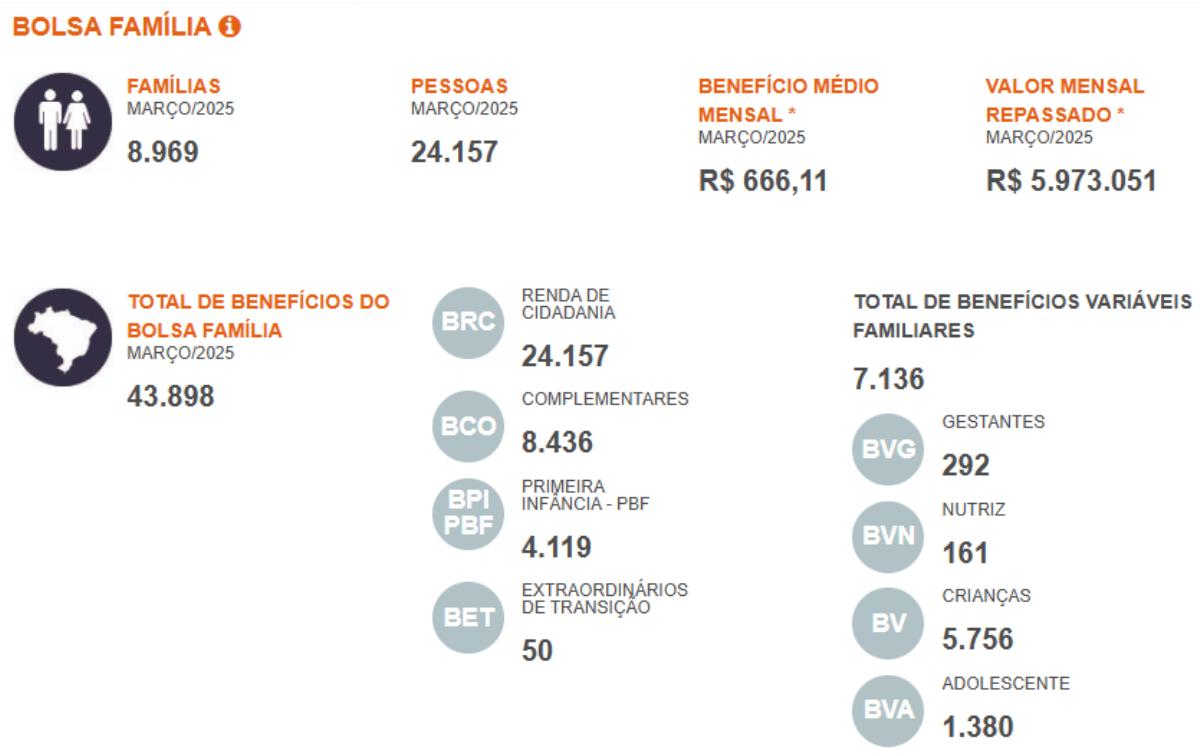
Tabela 05: Números do Cadastro Único – Santa Izabel do Pará 2025



Fonte: Relatório de Programas e Ações – MDS

Entre os anos de 2019 e 2024, Santa Izabel do Pará apresentou um crescimento contínuo no número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Em 2019, 6.187 famílias eram atendidas. Esse número aumentou para 6.634 em 2020 e manteve-se relativamente estável em 2021, com 6.619 famílias. A partir de 2023, observou-se um aumento expressivo, alcançando 8.456 famílias, chegando a 8.650 em 2024. Esse crescimento reflete a ampliação do alcance do programa na cidade, o que pode ser interpretado sob diferentes perspectivas — tanto como um avanço na proteção social quanto como um indicativo de aumento da vulnerabilidade social local.

Tabela 06: Programa Bolsa Família – Santa Izabel do Pará 2025



Fonte: Relatório de Programas e Ações - MDS

Do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, esses dados revelam que um número cada vez maior de famílias se encontra em situação de vulnerabilidade social, dependendo da transferência de renda para garantir o acesso a alimentos. A ampliação da cobertura do Bolsa Família sugere que a pobreza, ou a insegurança alimentar, ainda atinge parcela significativa da população izabelense, exigindo atenção especial das políticas públicas.

O Bolsa Família cumpre um papel fundamental na promoção do direito humano à alimentação adequada, ao proporcionar recursos mínimos que permitem às famílias o acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Entretanto, o aumento do número de beneficiários também sinaliza a necessidade de fortalecer ações estruturantes que vão além da assistência financeira.

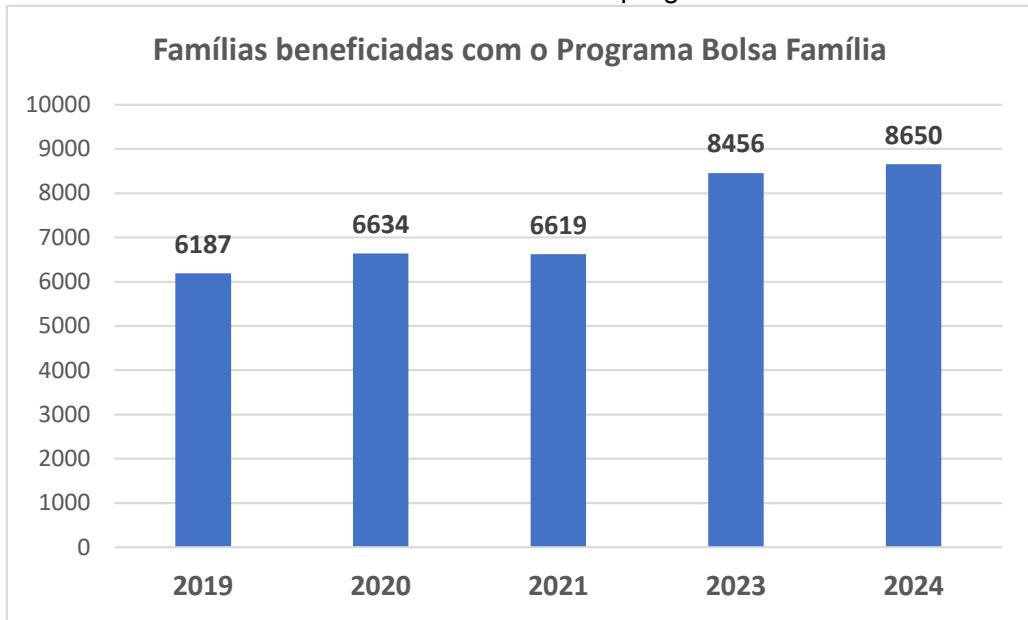
O diagnóstico da situação sugere que, em Santa Izabel do Pará, o Programa Bolsa Família atua como um mecanismo essencial de proteção social, especialmente para famílias em extrema pobreza. Porém, para enfrentar de forma mais efetiva os determinantes da insegurança alimentar, é necessário articular esse programa com outras políticas públicas voltadas à geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar, educação alimentar e nutricional, saúde e promoção de hábitos de vida saudáveis.

Assim, o cenário apresentado indica tanto o êxito da política de proteção social no que diz respeito à cobertura, quanto o desafio persistente de reduzir a pobreza estrutural e

garantir a soberania alimentar. A continuidade e ampliação de ações integradas são fundamentais para assegurar que o acesso à alimentação não dependa exclusivamente de auxílios, mas seja resultado de um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e inclusivo.

No contexto do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o Cadastro Único desempenha um papel fundamental ao fornecer dados que contribuem para o diagnóstico e o planejamento de ações voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada. Dentre essas informações, destaca-se o número de agricultores familiares cadastrados na base municipal, que atualmente soma 1.403 registros. Esse dado reforça a importância da agricultura familiar como eixo estratégico para a produção de alimentos saudáveis, o fortalecimento das economias locais e o abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Gráfico 08: Famílias beneficiárias do programa Bolsa Família



Fonte: Anuário Estatístico FAPESPA 2024

De acordo com os dados mais recentes do Cadastro Único, 1.518 pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar em Santa Izabel do Pará, o que corresponde a 570 famílias. Este número representa uma parcela significativa da população que vive sob condições que comprometem o acesso regular e permanente a alimentos suficientes, seguros e nutritivos.

A insegurança alimentar é um indicador sensível das desigualdades sociais e econômicas. Ela reflete não apenas a ausência de renda adequada, mas também a falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação, habitação, saneamento e políticas públicas voltadas à produção e ao consumo de alimentos saudáveis. No caso específico de

Santa Izabel do Pará, a presença de mais de mil e quinhentas famílias nessa condição revela a persistência da vulnerabilidade social e da pobreza estrutural.

Essas famílias estão mais expostas à má nutrição, ao consumo de alimentos ultraprocessados e à falta de diversidade alimentar, o que pode acarretar uma série de problemas de saúde, como desnutrição, obesidade, diabetes e hipertensão. Além disso, a insegurança alimentar afeta diretamente o desenvolvimento infantil, a aprendizagem escolar e a qualidade de vida em geral.

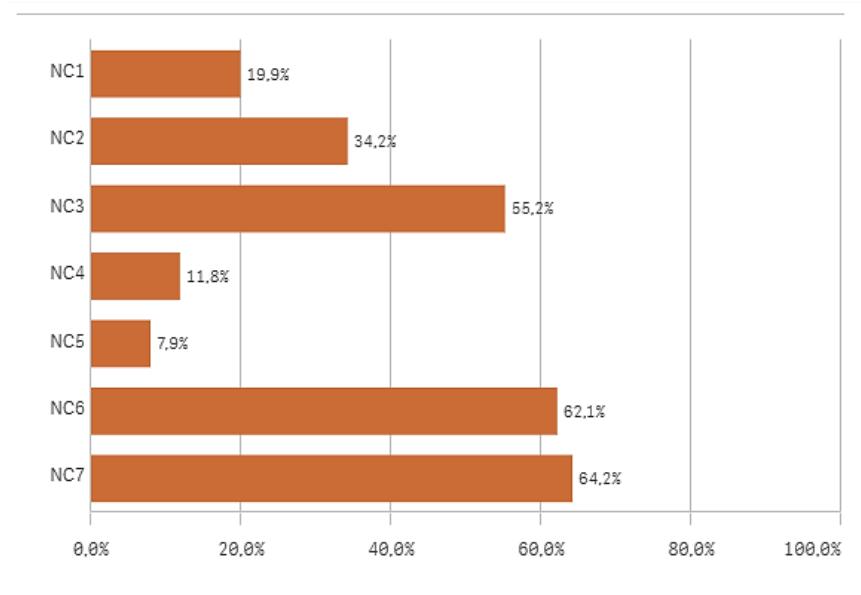
O dado também evidencia a importância de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para garantir um mínimo de dignidade a essas famílias.

Contudo, para que a situação seja superada de forma sustentável, é essencial a implementação de ações estruturantes. Entre elas, destacam-se:

- O fortalecimento da agricultura familiar e da produção local de alimentos;
- A promoção de educação alimentar e nutricional;
- A garantia de acesso à água potável e saneamento básico;
- E o incentivo à formação profissional e geração de renda.

A presença de tantas famílias em situação de insegurança alimentar também sinaliza a necessidade de uma atuação intersetorial mais efetiva, que envolva as áreas de assistência social, saúde, educação e desenvolvimento rural.

Gráfico 09: Percentual de famílias vulneráveis por indicador



Fonte: Observatório do Cadastro Único – IVCAD – 2025

Ainda no contexto da política de Assistência Social, o gráfico acima nos mostra o percentual de famílias vulneráveis por indicador, considerando aspectos diretamente

ligados à segurança alimentar e nutricional, especialmente no que se refere à composição familiar e à presença de grupos com maior risco social.

A análise revela que os indicadores NC7 (64,2%) e NC6 (62,1%) concentram os maiores percentuais de vulnerabilidade. Ambos apontam para famílias com menor proporção de adultos em idade ativa do sexo feminino (NC7) ou com metade ou menos dos membros em idade produtiva (NC6). Essa configuração pode comprometer a geração de renda, a autonomia alimentar e o cuidado com crianças e dependentes, intensificando o risco de insegurança alimentar.

O indicador NC3 (55,2%), que reflete a presença de crianças de 0 a 12 anos, também apresenta alta vulnerabilidade, seguido por NC2 (34,2%) e NC1 (19,9%), indicando que famílias com crianças pequenas representam um grupo prioritário para a política de assistência. Crianças, especialmente nas fases iniciais da vida, exigem maior atenção quanto ao acesso a alimentos nutritivos e cuidados básicos, sendo diretamente impactadas por qualquer forma de insegurança alimentar.

Já os indicadores NC4 (11,8%) e NC5 (7,9%), que representam famílias com pessoas com deficiência e idosos, embora apresentem percentuais mais baixos, continuam demandando atenção, pois esses grupos exigem cuidados específicos que também impactam na capacidade de garantir alimentação adequada e renda estável.

O reflexo dessa vulnerabilidade social apontada pelo gráfico se expressa diretamente nos atendimentos realizados pela política de Assistência Social. No ano de 2024, foram concedidos 958 benefícios eventuais de auxílio alimentação, demonstrando a forte demanda por apoio emergencial para suprir necessidades básicas das famílias. Esse dado evidencia que, para muitas delas, o acesso regular e digno à alimentação ainda depende do suporte público.

Ao mesmo tempo, observa-se que 844 pessoas trabalham em atividades relacionadas à agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal). Esse número revela um importante potencial produtivo local que, se bem articulado com políticas públicas, pode contribuir significativamente para a segurança alimentar da população. No entanto, a atuação nesse setor nem sempre garante estabilidade alimentar, especialmente quando há precariedade no trabalho, falta de acesso a recursos, assistência técnica e mercados de comercialização.

Portanto, os dados apresentados reforçam a necessidade de ações integradas entre assistência social, agricultura familiar e segurança alimentar, com foco na proteção de grupos vulneráveis e na valorização da produção local como estratégia para romper ciclos

de pobreza e insegurança alimentar no território.

Tabela 07: Trabalhadores da Agricultura, criação, pesca ou coleta

Pessoas que trabalham na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)

844

Fonte: Fonte: Observatório do Cadastro Único – IVCAD – 2025

Ainda tendo como parâmetro dados do cadastro único municipal, observa-se que 844 pessoas cadastradas no CADUNICO municipal atuam em atividades diretamente ligadas à agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal). Este dado é altamente relevante dentro do contexto da segurança alimentar e nutricional, pois revela o potencial produtivo do território na geração de alimentos, tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização.

A presença significativa de trabalhadores nesses setores pode representar uma vantagem estratégica para o enfrentamento da insegurança alimentar, desde que essas atividades sejam sustentáveis, tenham apoio técnico e acesso a políticas públicas, como assistência técnica rural, crédito, mercados institucionais e programas de compra pública (como o PAA e o PNAE).

Contudo, é importante considerar que, mesmo com um número expressivo de pessoas envolvidas na produção de alimentos, isso não garante, por si só, segurança alimentar para essas famílias. Muitos trabalhadores rurais enfrentam condições precárias de trabalho, baixa renda, dificuldade de acesso à terra, infraestrutura inadequada e exclusão de políticas sociais – fatores que podem perpetuar a vulnerabilidade, inclusive em áreas produtoras de alimentos.

Assim, a presença de 844 trabalhadores no setor agropecuário deve ser vista como um potencial a ser fortalecido por meio de políticas públicas integradas, que garantam não apenas a produção de alimentos, mas também a geração de renda e o acesso a uma alimentação saudável, adequada e de qualidade para essas famílias e comunidades.

2.7. Saúde

A política de saúde desempenha um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) em Santa Izabel do Pará, atuando de forma integrada com outras políticas públicas para garantir o direito à alimentação adequada e saudável da população.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Santa Izabel do Pará tem como uma das

suas diretrizes a promoção de ações voltadas à segurança alimentar e nutricional, incentivando práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Essas ações incluem campanhas educativas, orientações nutricionais e incentivo ao consumo de alimentos regionais e naturais.

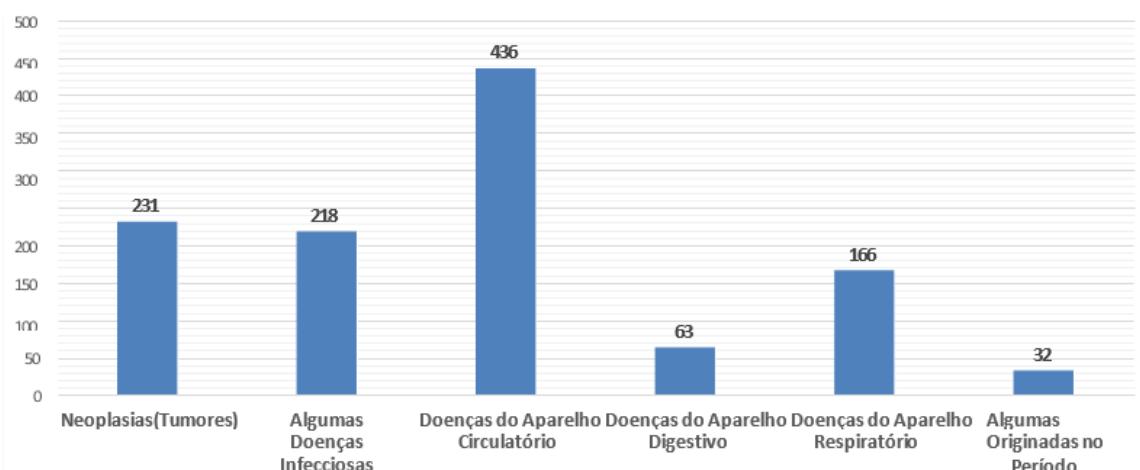
A Vigilância Alimentar e Nutricional é uma ferramenta essencial para monitorar o estado nutricional da população e identificar fatores de risco relacionados à alimentação. Por meio da VAN, é possível planejar intervenções específicas para grupos vulneráveis, como crianças, gestantes e idosos, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação.

A Secretaria de Municipal de Saúde atua em conjunto com outras secretarias, como a de Assistência Social e Educação, para desenvolver políticas públicas integradas que visem à segurança alimentar e nutricional. Essa colaboração é fundamental para a implementação de programas como merenda escolar de qualidade, hortas comunitárias e apoio a agricultores familiares.

A Atenção Básica é considerada a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), e desempenha um papel crucial na coordenação do cuidado em saúde. Por meio das unidades Estratégia de Saúde da Família, são oferecidos serviços de orientação nutricional, acompanhamento de crescimento e desenvolvimento infantil, além de ações de prevenção e controle de doenças relacionadas à alimentação.

A SMS participa ativamente de espaços de controle social, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), Conselho Municipal de Saúde e as conferências municipais de saúde. Nesses fóruns, são discutidas e definidas as diretrizes e prioridades para as políticas públicas de SAN, garantindo a participação da comunidade na tomada de decisões.

Gráfico 10: Óbitos por residência por principais causas – 2019 – 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

O gráfico revela que as principais causas de óbito no município no período de 2019 a 2023 estão relacionadas, em sua maioria, a doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), com destaque para:

- Doenças do aparelho circulatório (436 óbitos)
- Neoplasias (tumores) (231 óbitos)
- Doenças do aparelho respiratório (166 óbitos)
- Algumas doenças infecciosas e parasitárias (218 óbitos)
- Outras causas relevantes incluem doenças do aparelho digestivo (63 óbitos) e afecções originadas no período perinatal (32 óbitos).

Esses dados, ao serem observados sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, apontam para múltiplos desafios estruturais enfrentados pela população local.

2.7.1. Relação com Doenças Crônicas e Alimentação Inadequada.

A expressiva mortalidade por doenças circulatórias e neoplasias pode estar diretamente associada a hábitos alimentares inadequados, como o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados, ricos em sódio, gorduras saturadas e açúcares, além da baixa ingestão de frutas, legumes e verduras. Isso reflete uma insegurança alimentar de qualidade, onde mesmo havendo acesso a alimentos, estes não garantem uma nutrição saudável e balanceada.

2.7.2. Doenças Respiratórias e Infecciosas

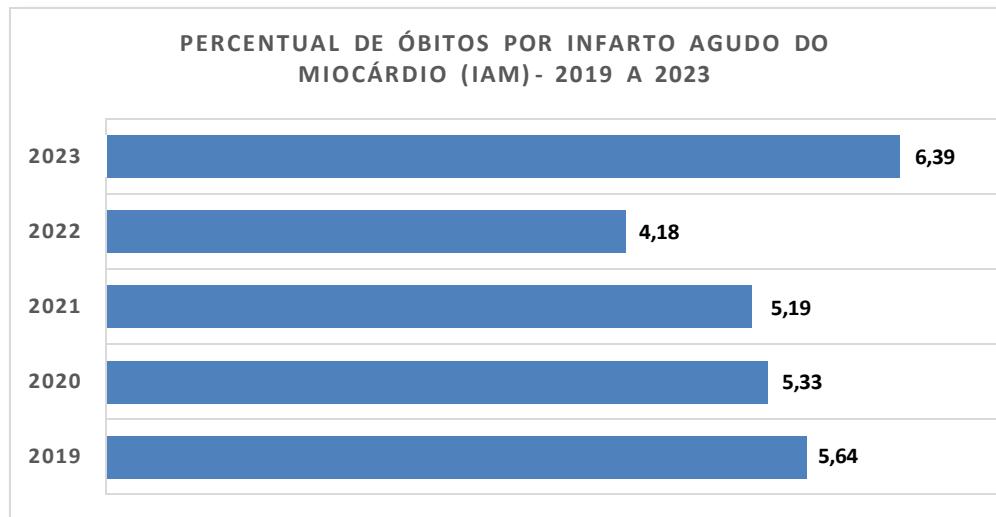
O número significativo de óbitos por doenças respiratórias e doenças infecciosas e parasitárias pode indicar a precariedade em condições de moradia, saneamento básico e acesso à água potável — fatores fundamentais para a segurança alimentar e sanitária. Ambientes insalubres favorecem o surgimento e agravamento de doenças infecciosas, principalmente entre as populações mais vulneráveis.

2.7.3. Afecções Perinatais

O registro de 32 óbitos por afecções originadas no período perinatal levanta preocupações sobre a saúde materno-infantil e o estado nutricional de gestantes e crianças. A insegurança alimentar durante a gestação pode comprometer o desenvolvimento do feto e resultar em partos prematuros, baixo peso ao nascer e maior risco de mortalidade neonatal.

Outro dado relevante em que deve ser considerado dentro do contexto da segurança alimentar e nutricional do município de Santa Izabel do Pará é o percentual de óbitos por infarto agudo do miocárdio (IAM).

Gráfico 11: Percentual de Óbitos por Infarto Agudo do Miocárdio – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

A análise do gráfico de percentual de óbitos por infarto agudo do miocárdio (IAM) entre 2019 e 2023 pode suscitar algumas reflexões importantes, embora a relação direta não seja imediata.

A segurança alimentar e nutricional abrange o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Nesse sentido, um aumento no percentual de óbitos por IAM, como observado em 2023, após um período de relativa estabilidade ou até mesmo queda, pode indiretamente estar relacionado a fatores que impactam a segurança alimentar e nutricional da população de Santa Izabel do Pará.

Por exemplo, mudanças nos padrões alimentares da população, influenciadas pela disponibilidade, acesso e custo dos alimentos, podem levar ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em gorduras saturadas, sódio e açúcares, fatores de risco conhecidos para doenças cardiovasculares, incluindo o infarto agudo do miocárdio. A dificuldade de acesso a alimentos frescos e nutritivos, seja por questões econômicas, de distribuição ou de produção local, pode contribuir para uma dieta menos saudável a longo prazo.

Outro ponto a considerar é a possível relação entre a segurança alimentar e nutricional e o acesso a serviços de saúde e informação sobre hábitos saudáveis. Uma

população com maior segurança alimentar e nutricional tende a ser mais saudável e, potencialmente, menos suscetível a fatores de risco para IAM. A falta de acesso a informações adequadas sobre nutrição e saúde, bem como a serviços de saúde preventivos e de tratamento, pode agravar quadros de saúde preexistentes ou contribuir para o desenvolvimento de novas condições que aumentam o risco de eventos cardiovasculares.

É importante ressaltar que o aumento nos óbitos por IAM em 2023 pode ter múltiplas causas, não exclusivamente ligadas à segurança alimentar e nutricional. Fatores como o envelhecimento da população, a prevalência de outras comorbidades, a qualidade e o acesso aos serviços de saúde cardiovascular e até mesmo eventos específicos ocorridos naquele ano podem ter contribuído para esse aumento.

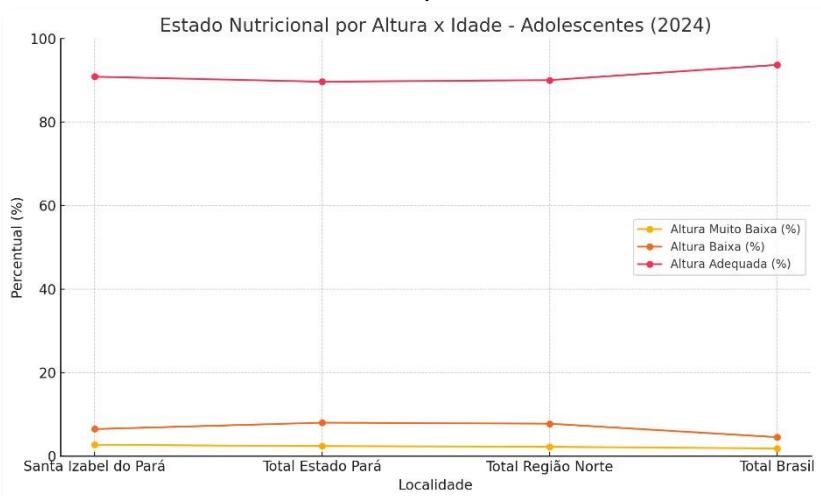
No entanto, dentro do contexto da segurança alimentar e nutricional em Santa Izabel do Pará, a informação sobre o aumento de óbitos por IAM serve como um alerta para a necessidade de investigar se mudanças nos padrões de consumo alimentar e no acesso a alimentos saudáveis podem estar contribuindo para esse cenário. A promoção de hábitos alimentares saudáveis, o fortalecimento da agricultura familiar e da produção local de alimentos nutritivos, a garantia do acesso a informações sobre nutrição e saúde e o aprimoramento dos serviços de saúde são ações que podem contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e, potencialmente, para a redução da incidência e mortalidade por doenças cardiovasculares na região.

Tabela 08: Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2024)

ALTURA X IDADE											
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Altura Muito Baixa para a Idade		Altura Baixa para a Idade		Altura Adequado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARA	90	2.69%	216	6.46%	3.037	90.85%	3.343
TOTAL ESTADO PARÁ					13.161	2.39%	43.949	7.98%	493.940	89.64%	551.050
TOTAL REGIÃO NORTE					27.813	2.22%	97.001	7.75%	1.126.093	90.02%	1.250.907
TOTAL BRASIL					149.053	1.81%	371.426	4.52%	7.696.293	93.67%	8.216.772

Fonte: SISVAN 2025

Gráfico 12: Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescentes (2024)



Fonte: SISVAN 2025

Com base nos dados referentes ao estado nutricional dos adolescentes acompanhados no município de Santa Izabel do Pará em 2024, observa-se que 90,85% dos indivíduos avaliados apresentam altura adequada para a idade, um indicador positivo de crescimento dentro dos parâmetros esperados. Esse percentual é ligeiramente superior ao observado no total do Estado do Pará (89,64%) e da Região Norte (90,02%), embora ainda esteja aquém da média nacional, que atinge 93,67%.

Por outro lado, os dados apontam que 6,46% dos adolescentes do município se encontram com altura baixa para a idade, enquanto 2,69% apresentam altura muito baixa, indicador este comumente associado à desnutrição crônica ou a fatores estruturais que afetam o desenvolvimento infantil. Esses percentuais são superiores aos verificados na média nacional (4,52% e 1,81%, respectivamente), o que acende um alerta para a necessidade de atenção redobrada às condições de saúde, alimentação e ambiente desses adolescentes.

Em comparação com o Estado do Pará e a Região Norte, Santa Izabel do Pará apresenta índices ligeiramente melhores de altura baixa, porém maior prevalência de altura muito baixa, evidenciando desigualdades que, embora sutis, podem estar relacionadas a condições específicas do território, como acesso a serviços de saúde, alimentação de qualidade, saneamento e renda familiar.

Dessa forma, embora o panorama geral seja majoritariamente positivo, a presença de adolescentes com indicadores de crescimento abaixo do esperado reforça a importância de ações intersetoriais voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, com foco preventivo e corretivo. Estratégias como o fortalecimento da alimentação escolar,

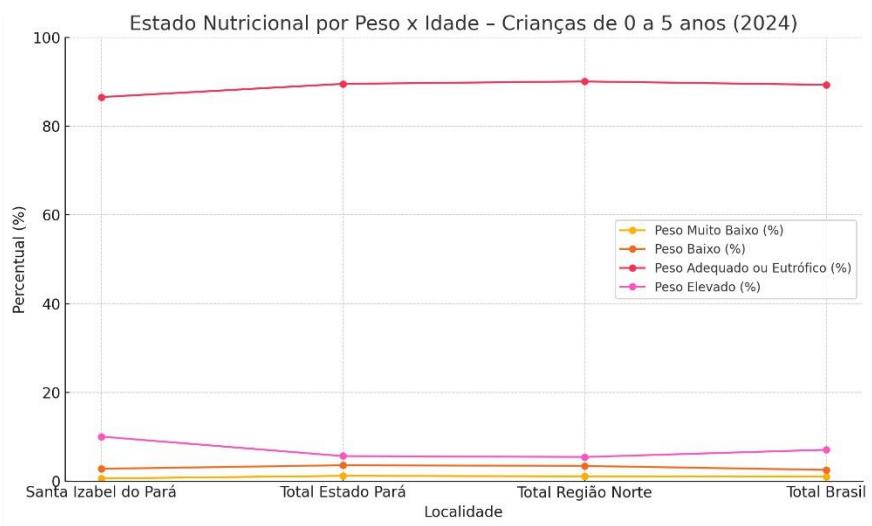
acompanhamento nutricional contínuo nas unidades de saúde e promoção de práticas alimentares saudáveis nas escolas e comunidades podem contribuir significativamente para a reversão desses indicadores e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Tabela 09: Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2024)

PESO X IDADE													
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARA	20	0.61%	92	2.8%	2.840	86.53%	330	10.05%	3.282
TOTAL ESTADO PARÁ					5.671	1.21%	16.850	3.6%	418.626	89.52%	26.462	5.66%	467.609
TOTAL REGIÃO NORTE					11.413	1.11%	35.323	3.44%	925.542	90%	56.047	5.45%	1.028.325
TOTAL BRASIL					81.951	1.05%	199.884	2.56%	6.959.489	89.31%	551.591	7.08%	7.792.915

Fonte SISVAN 2025

Gráfico 13: Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2024)



Fonte SISVAN 2025

A avaliação do estado nutricional das crianças de 0 a 5 anos acompanhadas em Santa Izabel do Pará, com base nos dados de 2024, revela um cenário que, embora majoritariamente positivo, demanda atenção para tendências que podem comprometer a segurança alimentar e nutricional da primeira infância.

Em termos gerais, 86,53% das crianças avaliadas apresentaram peso adequado para a idade (eutrofia). Esse indicador demonstra que a maioria das crianças se encontra dentro do padrão nutricional esperado, refletindo os efeitos de políticas públicas em funcionamento, como a alimentação escolar, o aleitamento materno incentivado nos

serviços de saúde e os programas de transferência de renda. No entanto, esse percentual é ligeiramente inferior às médias observadas no Estado do Pará (89,52%), na Região Norte (90,06%) e no Brasil (89,31%), sinalizando a necessidade de reforçar ações que sustentem ou elevem esse índice.

Um ponto de atenção relevante é o aumento do percentual de crianças com peso elevado para a idade, que atingiu 10,05% no município — o maior entre todos os recortes comparativos. Esse dado supera significativamente os percentuais estadual (5,66%), regional (5,45%) e nacional (7,08%). Tal realidade pode estar associada ao crescente consumo de alimentos ultraprocessados, à baixa prática de atividades físicas no cotidiano infantil e à ausência de práticas alimentares saudáveis nas famílias. A obesidade infantil, quando não prevenida, pode gerar impactos de longo prazo na saúde da população, como hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas não transmissíveis.

Por outro lado, os índices de peso muito baixo (0,61%) e peso baixo (2,8%) estão dentro de parâmetros relativamente controlados e abaixo das médias estaduais e regionais, embora o percentual de crianças com peso baixo ainda ultrapasse o índice nacional (2,56%). Esses dados indicam que, embora casos mais severos de desnutrição estejam reduzidos, a insegurança alimentar de leve a moderada persiste em determinadas famílias ou territórios do município, exigindo abordagens específicas e territorializadas.

Esse panorama reforça a importância da implementação de políticas públicas integradas, com foco especial na primeira infância, considerando que os primeiros anos de vida são determinantes para o crescimento físico e cognitivo da criança, além de influenciarem diretamente sua saúde futura.

Recomenda-se que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional direcione esforços para:

- Reforçar a alimentação adequada e saudável nas creches, escolas, CRAS, CREAS, priorizando alimentos frescos e oriundos da agricultura familiar;
- Ampliar campanhas educativas sobre nutrição infantil nos CRAS, UBS, escolas e demais unidades governamentais;
- Monitorar o estado nutricional de forma contínua, com apoio da atenção básica em saúde e vigilância alimentar;
- Fomentar ações intersetoriais com saúde, educação, assistência social e agricultura para promover hábitos saudáveis e garantir o direito à alimentação adequada

desde os primeiros anos de vida.

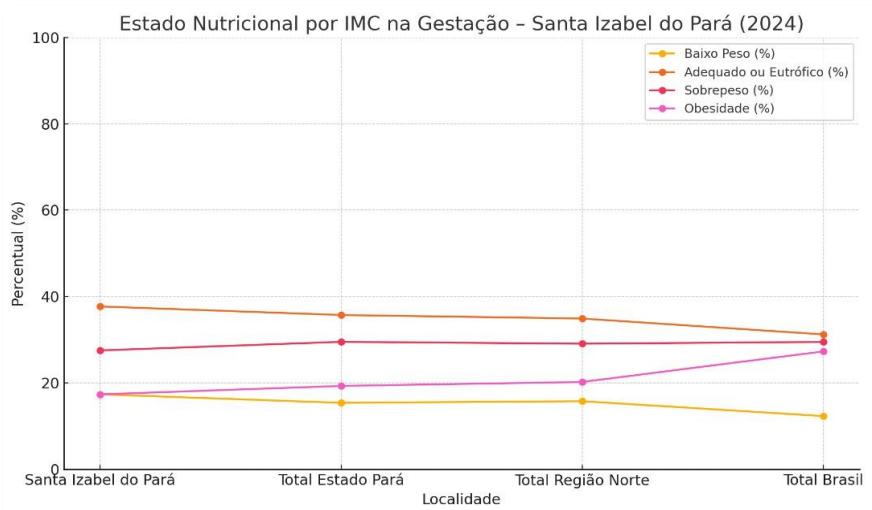
Essa análise fortalece o entendimento de que a segurança alimentar e nutricional da criança deve ser uma prioridade estratégica do PMSAN de Santa Izabel do Pará, consolidando políticas que combatam tanto a desnutrição quanto o excesso de peso, e assegurem o desenvolvimento saudável da infância izabelense.

Tabela 10: IMC por semana gestacional (2024)

Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	IMC por semana gestacional									
					Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Total	
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARA	29	17.37%	63	37.72%	46	27.54%	29	17.37%	167	
TOTAL ESTADO PARÁ					6.201	15.41%	14.386	35.74%	11.888	29.53%	7.777	19.32%	40.252	
TOTAL REGIÃO NORTE					13.567	15.79%	30.004	34.92%	24.973	29.06%	17.389	20.24%	85.933	
TOTAL BRASIL					108.688	12.34%	275.328	31.25%	256.356	29.1%	240.644	27.31%	881.016	

Fonte SISVAN 2025

Gráfico 14: IMC por semana gestacional (2024)



Fonte SISVAN 2025

A avaliação do estado nutricional das gestantes acompanhadas em Santa Izabel do Pará no ano de 2024 revela um cenário marcado por desigualdades no ganho de peso durante a gestação, que exigem atenção específica das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil e à segurança alimentar e nutricional.

Dos 167 registros analisados:

- 37,72% das gestantes apresentaram um Índice de Massa Corporal (IMC) adequado ou eutrófico, valor próximo à média estadual (35,74%) e regional (34,92%), e acima da média nacional (31,25%). Esse dado sinaliza que parte significativa das gestantes encontra-se dentro dos parâmetros esperados para o período gestacional, o que pode ser

reflexo de ações preventivas já em curso nas redes de saúde e assistência social.

- No entanto, 27,54% das gestantes apresentaram sobrepeso, e 17,37% apresentaram obesidade. Somados, esses dois indicadores totalizam 44,91% das gestantes com excesso de peso, número que se alinha à tendência estadual e regional, mas ainda assim representa um fator de risco preocupante para a saúde da mãe e do bebê. O excesso de peso durante a gestação está relacionado a complicações como diabetes gestacional, hipertensão, parto prematuro e obesidade infantil futura.

- Outro ponto de destaque é que 17,37% das gestantes se encontram com baixo peso, um índice superior às médias estadual (15,41%), regional (15,79%) e nacional (12,34%). A desnutrição gestacional compromete o desenvolvimento fetal e aumenta os riscos de baixo peso ao nascer, complicações neonatais, e mortalidade perinatal, além de evidenciar situações de insegurança alimentar em um momento extremamente sensível do ciclo de vida.

Este panorama evidencia dupla carga de má nutrição no município: de um lado, o excesso de peso; de outro, o déficit nutricional. Essa realidade exige uma resposta articulada e intersetorial, com enfoque em:

- Promoção de alimentação equilibrada e saudável para gestantes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com apoio de nutricionistas;
- Fortalecimento do pré-natal nutricional, com ações educativas, suplementação e acompanhamento do ganho de peso;
- Articulação com a rede de assistência social para identificar e priorizar gestantes em situação de vulnerabilidade alimentar;
- Campanhas de conscientização comunitária, integrando saúde, educação e agricultura familiar para o acesso a alimentos frescos e de qualidade.

Portanto, a análise do estado nutricional das gestantes de Santa Izabel do Pará reforça a necessidade de consolidar a saúde materno-infantil como uma das prioridades do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), promovendo o direito à alimentação adequada durante a gravidez e assegurando um início de vida mais saudável e digno para as futuras gerações. O município registrou, inclusive, 28 gestantes adolescentes, um dado que acende um alerta para a vulnerabilidade nutricional e social dessa faixa etária, exigindo atenção especial por parte das políticas públicas. A adolescência é uma fase marcada por demandas nutricionais específicas e, quando

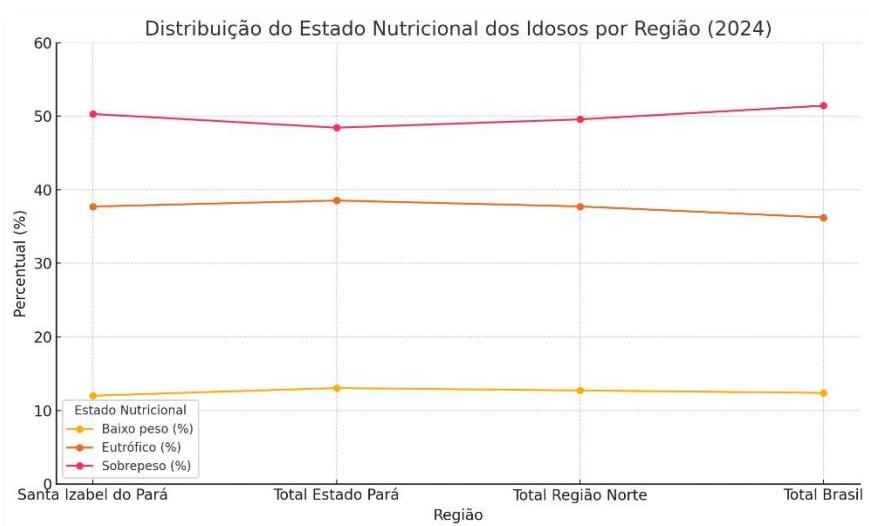
combinada com a gestação, amplia os riscos à saúde da mãe e do bebê. Nesse sentido, ações intersetoriais que articulem saúde, assistência social, educação e segurança alimentar são fundamentais para garantir suporte integral a essas adolescentes e suas famílias.

Tabela 11: Estado Nutricional dos Idosos por Região (2024)

Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	IMC						Total	
					Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso			
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%		
NORTE	15	PA	150650	SANTA IZABEL DO PARA	269	12%	845	37.71%	1.127	50.29%	2.241	
TOTAL ESTADO PARÁ					42.328	13.04%	125.063	38.53%	157.202	48.43%	324.593	
TOTAL REGIÃO NORTE					101.244	12.71%	300.618	37.73%	394.903	49.56%	796.765	
TOTAL BRASIL					1.145.354	12.38%	3.350.444	36.2%	4.759.186	51.42%	9.254.984	

Fonte SISVAN 2025

Gráfico 15: Estado Nutricional dos Idosos por Região (2024)



Fonte: SISVAN 2025

A avaliação nutricional da população idosa é fundamental para garantir a qualidade de vida na terceira idade, especialmente em um contexto de transição demográfica e aumento da longevidade. Os dados de 2024 referentes ao município de Santa Izabel do Pará revelam um quadro que exige atenção tanto para a manutenção do estado eutrófico quanto para a prevenção dos extremos nutricionais — a desnutrição e o excesso de peso.

Entre os 2.241 idosos acompanhados:

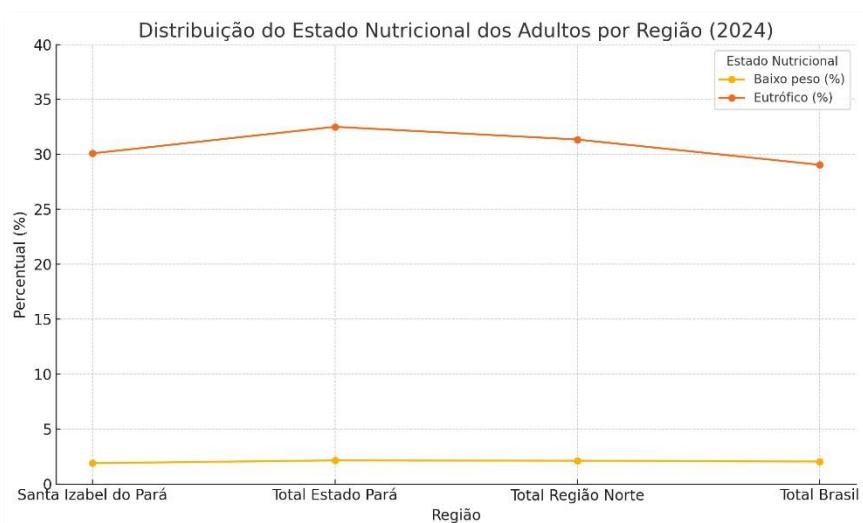
- 50,29% apresentaram sobrepeso, superando a média do Estado do Pará (48,43%) e da Região Norte (49,56%), embora ainda abaixo da média nacional (51,42%). O sobrepeso entre idosos pode trazer complicações adicionais, como risco cardiovascular,

hipertensão, diabetes tipo 2, redução da mobilidade e piora da qualidade de vida, especialmente quando aliado à sarcopenia (perda de massa muscular).

- Apenas 37,71% dos idosos avaliados apresentaram IMC adequado ou eutrófico, índice abaixo da média estadual (38,53%) e nacional (36,2%), o que reforça a necessidade de estratégias contínuas de promoção da alimentação saudável e acompanhamento nutricional específico para esse grupo etário.

- Já 12% da população idosa do município encontra-se com baixo peso, dado que, embora semelhante aos índices estadual (13,04%) e regional (12,71%), representa uma preocupação significativa. A desnutrição em idosos aumenta os riscos de fragilidade física, hospitalizações recorrentes e mortalidade precoce, além de estar fortemente relacionado à insegurança alimentar, isolamento social e limitação de acesso a serviços de saúde e alimentação adequada.

Gráfico 16: Distribuição do Estado Nutricional dos Adultos por Região (2024)



Fonte: SISVAN 2025

Em Santa Izabel do Pará, apenas 1,91% dos adultos acompanhados apresentam baixo peso, o que indica um número reduzido de casos de desnutrição nessa faixa etária. O Estado do Pará apresenta um índice um pouco maior (2,16%), seguido da Região Norte com 2,13% e do Brasil com 2,06%. Apesar das pequenas variações entre os percentuais, observa-se uma tendência uniforme de baixa prevalência de desnutrição entre adultos nas regiões analisadas. O maior percentual de adultos com peso adequado encontra-se no Estado do Pará, com 32,51%, evidenciando uma situação nutricional relativamente positiva. Santa Izabel do Pará apresenta 30,09% de eutróficos, valor próximo à média regional da Região Norte (31,35%).

Já o Brasil apresenta o menor percentual de eutrofia entre as regiões analisadas, com 29,05%, sugerindo que uma parcela significativa da população adulta nacional pode estar em sobre peso ou obesidade.

A prevalência de baixo peso é baixa e estável em todas as regiões analisadas, sugerindo que a desnutrição entre adultos não é um problema predominante.

Por outro lado, os índices de eutrofia permanecem abaixo de 35%, o que implica que a maioria dos adultos não está com peso considerado adequado, mesmo sem os dados específicos de sobre peso e obesidade neste recorte.

A Região Norte, especialmente o Estado do Pará, apresenta melhores índices de eutrofia em comparação à média nacional, o que pode refletir políticas ou condições locais mais favoráveis à manutenção do peso saudável.

Em relação ao estado nutricional dos indivíduos acompanhados, o município de Santa Izabel do Pará, apresenta os seguintes números:

Distribuição Percentual em Santa Izabel do Pará:

- Sobre peso: 37,37%
- Obesidade Grau I: 21,12%
- Obesidade Grau II: 6,79%
- Obesidade Grau III: 2,73%

Somando todos os níveis de obesidade e sobre peso, temos mais de 67% da população local com excesso de peso, o que configura uma epidemia silenciosa.

A prevalência de sobre peso e obesidade em Santa Izabel do Pará exige respostas urgentes e estruturadas por parte do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O combate à obesidade deve ir além da informação: deve envolver o acesso, a educação, a renda e o território.

2.8. Educação

A política educacional desempenha um papel crucial na promoção da segurança alimentar e nutricional no município de Santa Izabel do Pará, atuando em diversas frentes para garantir que a população tenha acesso a alimentos adequados, saudáveis e em quantidade suficiente. Ao fornecer conhecimento sobre a importância de uma dieta equilibrada, a educação capacita os indivíduos a fazerem escolhas alimentares mais conscientes, priorizando o consumo de frutas, verduras, legumes e outros alimentos nutritivos produzidos localmente ou adquiridos de fontes confiáveis. Além disso, a educação

nutricional contribui para a prevenção de deficiências nutricionais e de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e diabetes, que podem comprometer a saúde e a qualidade de vida da população.

No âmbito da produção de alimentos, a educação assume um papel fundamental ao disseminar técnicas de cultivo sustentáveis e eficientes, incentivando a agricultura familiar e a agroecologia. Ao aprenderem sobre o manejo adequado do solo, o uso de sementes de qualidade e a diversificação da produção, os agricultores locais podem aumentar a produtividade e a disponibilidade de alimentos frescos e nutritivos para a comunidade. A educação também pode abordar a importância da segurança alimentar desde a produção até o consumo, incluindo práticas de higiene e manipulação de alimentos que evitam a contaminação e o desperdício.

Ademais, a educação para a segurança alimentar e nutricional em Santa Izabel do Pará pode envolver a conscientização sobre os direitos relacionados à alimentação adequada, a importância do acesso a programas sociais e políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, e o estímulo à participação da comunidade na construção de soluções locais para os desafios alimentares e nutricionais. Através de iniciativas educativas em escolas, unidades de saúde, unidades socioassistenciais e outros espaços comunitários, é possível fortalecer a autonomia da população, promover hábitos alimentares saudáveis e contribuir para a construção de um futuro com segurança alimentar e nutricional para todos os habitantes do município.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca-se como uma das iniciativas centrais para a segurança alimentar e nutricional, operacionalizando-se por meio da transferência de recursos financeiros federais destinados ao atendimento de estudantes em todas as etapas e modalidades da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, matriculados nas redes municipal, distrital, estadual e federal, assim como em entidades filantrópicas ou mantidas por elas, escolas confessionais sem fins lucrativos e escolas comunitárias conveniadas com os diversos entes federativos. Sua finalidade primordial reside em contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos, otimizar seu aprendizado e rendimento escolar, e promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, através de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Entre 2011 e 2017, a média anual de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar no município foi de apenas 13,7%, com um pico de 28% em 2015 e um mínimo de

0% em 2017. Esses números estão abaixo do mínimo de 30% estabelecido pela legislação do PNAE².

No município, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, possui 54 escolas onde 100% são cobertas pelo PNA, conforme relação abaixo, o que representa que todos os estudantes da rede pública municipal têm acesso à alimentação escolar gratuita e com diretrizes nutricionais estabelecidas por lei.

Tabela 12: Lista de Escolas da Rede Municipal de Ensino

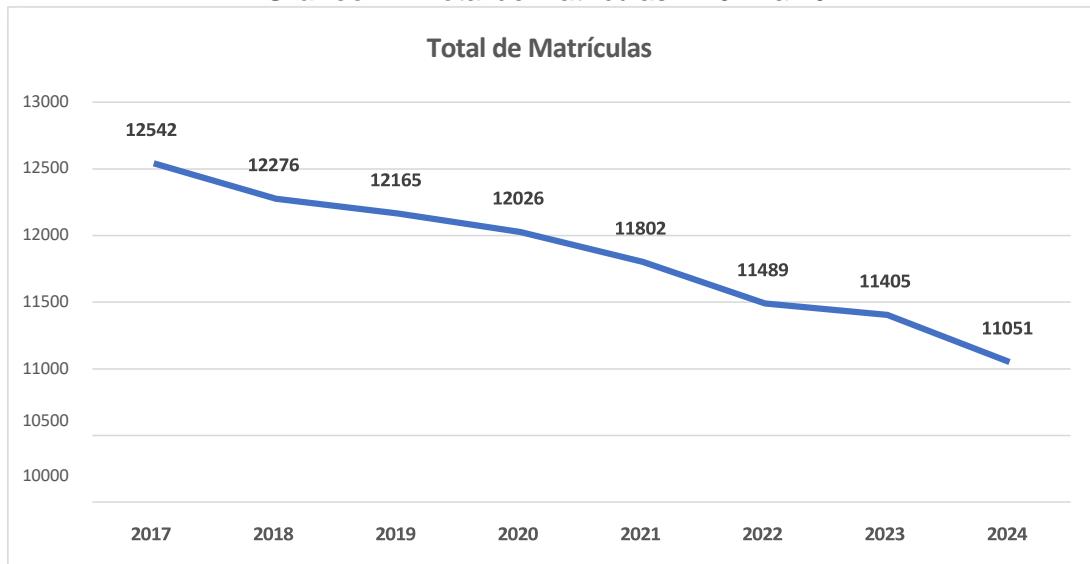
EMEIF de Tacajós	EMEI Profª. Maria das Graças Lima do Nascimento
EMEI Cândido Gonçalves da Cruz	EMEIF Dona Helena Paz
EMEIF Santa Quitéria	EMEF Salviano José de Farias
EMEF Agrícola Dona Francisca Félix de Souza	EMEIF São Luis
EMEIF Santo Antônio	EMEIF Mestre Cícero Cavalcante
EMEIF Hermógenes Antonio dos Santos	EMEIF Irmã Dulce
EMEI da Trindade	EMEIF Francisco Oliveira
EMEIF Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	EMEIF Agrícola Felipe de Paula
EMEIF São Pedro	EMEIF Firmino Gonçalves da Silva
EMEIF Nossa Senhora do Carmo	EMEIF Raimundo Soares de Oliveira
EMEF Professora Maria Corina Lameira	EMEI Maria José Oliveira
EMEF Agrícola Maurício Machado	EMEI José Amâncio
EMEI Nossa Senhora da Conceição	EMEF Joaquim Silva
EMEIF São Francisco do Itá	EMEI Santa Lúcia
EMEI Macapazinho	EMEIF Santa Rita de Cássia
EMEI Ana Amélia Cavalcante Ferreira	EMEIF Fernando Guilhon
EMEI Juvenal Belém da Cruz	EMEIF Marilete Ferreira da Silva
EMEIF Professor Simplício Ferreira de Sousa	EMEF São Raimundo
EMEIF Agrícola João Possidônio Alves Faro	EMEF Silvio Nascimento
EMEI Capitão José Ferreira	EMEF Prof. Guilherme Mártires
EMEIF Pedro Sodré da Silva	EMEIF Nestor Herculano Ferreira
EMEIF Irmã Marlene Fonseca	EMEIF Pergentino Moura
EMEIF São José	EMEF Profª. Doracy Leal
EMEIF Gabriel Hermes	EMEF Antônio Lemos
EMEIF João Paulo II	EMEF João Miguel
EMEIF Santa Izabel	EMEIF SESI Santa Izabel
EMEF Profº. Luiz Gonzaga Lucas de Sá	EMEIF Irmã Albertina Leitão

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2025

² Fonte: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/gastos-diretos/relatorio_avalicao-cmag-2020-pnae.pdf

Essa cobertura integral fortalece o direito humano à alimentação adequada e assegura que os alunos recebam, durante o período letivo, refeições que contribuam para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

Gráfico 17: Total de matrículas – 2017 a 2024

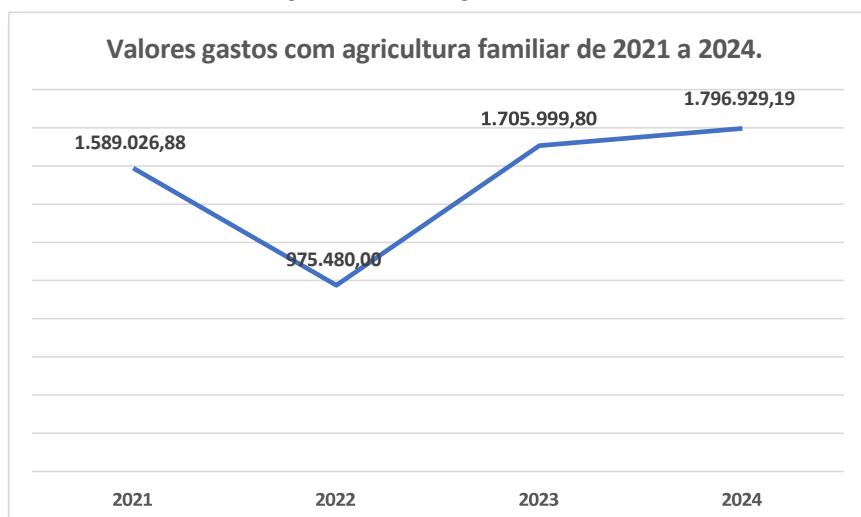


Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Izabel do Pará

Em 2023, a prefeitura lançou a Chamada Pública nº 002/2023 para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados ao PNAE. Essa iniciativa visa fortalecer a participação dos agricultores locais no fornecimento de alimentos para a merenda escolar.

Além disso, o PROATER Municipal 2023, elaborado pela EMATER-PA, inclui ações de apoio à agricultura familiar, como assistência técnica e extensão rural, que podem contribuir para melhorar a participação dos produtores locais no PNAE.

Gráfico 18: Valores gastos com agricultura familiar 2021 - 2024



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Santa Izabel do Pará

O gráfico evidencia um cenário de recuperação e fortalecimento do apoio à agricultura familiar após um período de baixa. Essa tendência é altamente positiva e deve ser mantida e ampliada nos próximos anos, integrando-se aos esforços do município em prol da segurança alimentar, da valorização do campo e da promoção da saúde da população escolar.

O aumento nos investimentos, principalmente a partir de 2023, reflete uma retomada positiva na política de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em consonância com a Lei nº 11.947/2009, que exige que pelo menos 30% dos recursos do PNAE sejam destinados à compra de alimentos desses produtores.

Este avanço é fundamental para:

- Garantir renda a agricultores familiares locais;
- Estimular a produção sustentável e agroecológica;
- Diversificar e qualificar a alimentação oferecida nas escolas públicas.

2.9. Agricultura

A Secretaria de Agricultura e Agronegócio (SEMPAG) desempenha um papel crucial e multifacetado dentro do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em nível municipal, estadual e até federal. Sua atuação se concentra em fortalecer a produção, o acesso e a qualidade dos alimentos, elementos centrais para garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Vamos detalhar esse papel:

A Secretaria de Agricultura frequentemente direciona esforços para apoiar a agricultura familiar, reconhecida por sua importância na produção de alimentos diversificados e saudáveis, além de sua contribuição para a economia local e a preservação ambiental. Isso pode incluir assistência técnica, acesso a crédito, incentivo à agroecologia e apoio à comercialização.

Promover práticas agrícolas sustentáveis é fundamental para garantir a produção de alimentos a longo prazo, sem degradar o meio ambiente. A Secretaria desenvolve programas de apoio à agroecologia, ao manejo integrado de pragas, à conservação do solo e da água, entre outras iniciativas.

Estimular a diversificação de culturas e criações contribui para uma oferta de alimentos mais variada e equilibrada, atendendo às necessidades nutricionais da população e reduzindo a dependência de monoculturas.

Apoiar feiras de agricultores, mercados locais e a venda direta do produtor ao

consumidor contribui para reduzir os custos dos alimentos, aumentar a renda dos agricultores e oferecer produtos mais frescos e de qualidade à população.

A Secretaria trabalha em conjunto com outras secretarias (como a de Assistência Social, Saúde e Educação) para integrar a produção local em programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo o acesso a alimentos saudáveis para grupos específicos.

Em situações de crise ou vulnerabilidade, a Secretaria atua na organização e no apoio a sistemas de abastecimento emergencial, garantindo que a população tenha acesso a alimentos básicos.

Oferecer orientação técnica aos produtores sobre boas práticas de produção, manejo sanitário e segurança alimentar contribui para a oferta de alimentos de melhor qualidade e menor risco à saúde.

Em articulação com órgãos de vigilância sanitária, a Secretaria participa de ações de fiscalização e controle da produção e comercialização de alimentos, garantindo o cumprimento das normas sanitárias.

Apoiar sistemas de produção que dispensam o uso de agrotóxicos e outros insumos químicos contribui para a oferta de alimentos mais saudáveis e para a preservação ambiental.

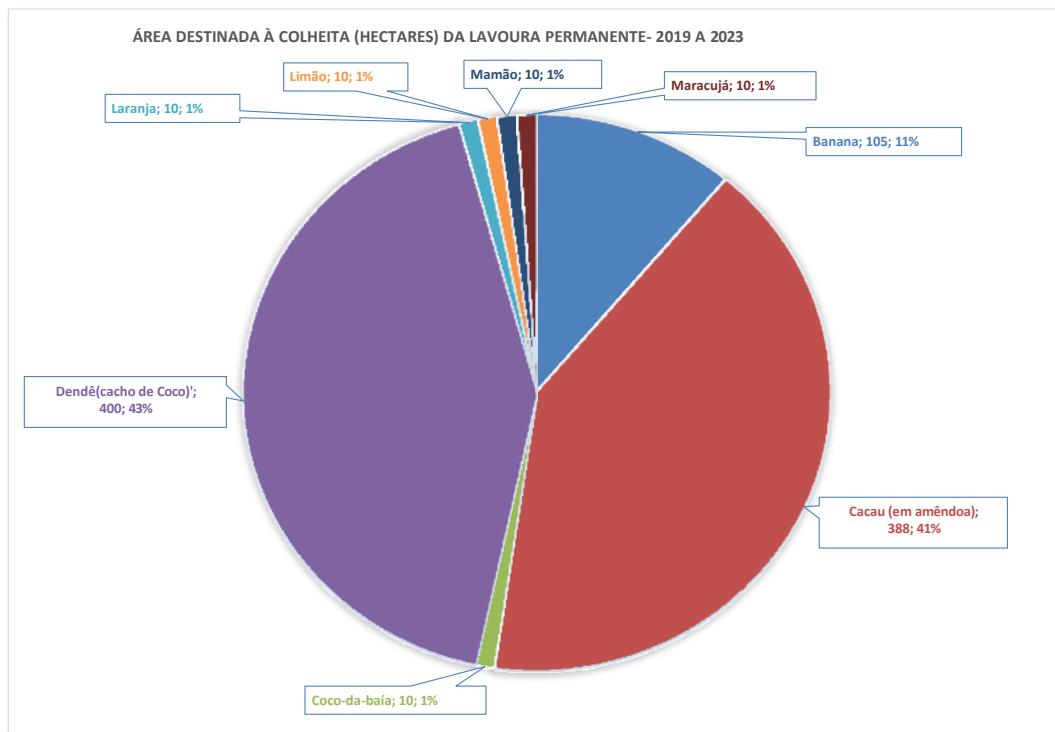
A Secretaria de Agricultura tem um papel importante nos conselhos e câmaras intersetoriais do SISAN, contribuindo para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de segurança alimentar e nutricional.

A Secretaria gera dados e informações relevantes sobre a produção agrícola local, o abastecimento, os preços e outros indicadores que auxiliam no diagnóstico da situação de segurança alimentar e nutricional do município.

Com base no diagnóstico e nas diretrizes do SISAN, a Secretaria elabora planos e programas específicos para o setor agrícola que contribuem para os objetivos da segurança alimentar e nutricional.

Para compreendermos a fundo a dinâmica da agricultura em um município, é essencial lançar mão de um conjunto de indicadores que funcionam como uma radiografia do setor. Esses dados nos permitem analisar a estrutura produtiva, a sustentabilidade, a contribuição econômica e social, e os desafios e potencialidades do campo local.

Gráfico 19: Área Destinada à colheita (Hectares) da lavoura permanente – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

O gráfico apresentado mostra a distribuição da área destinada à colheita das lavouras permanentes entre os anos de 2019 a 2023 no município de Santa Izabel do Pará. A lavoura permanente é caracterizada por culturas que permanecem no solo por vários anos e produzem de forma contínua, como frutíferas e oleaginosas.

Observa-se que a maior parte da área plantada está concentrada em duas culturas principais: o dendê (cacho de coco), que ocupa 43% da área total (400 hectares), e o cacau (em amêndoas), com 41% (383 hectares). Em seguida, a banana aparece com 11% da área (105 hectares). As demais culturas – laranja, limão, mamão, maracujá e coco-da-baía – são cultivadas em áreas muito pequenas, representando apenas 1% cada uma (10 hectares cada).

Do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, essa configuração levanta questões importantes. A segurança alimentar envolve não apenas o acesso a alimentos, mas também sua disponibilidade, diversidade, qualidade nutricional e adequação cultural. Nesse sentido, ainda que o município possua uma produção agrícola significativa, nota-se que grande parte da área cultivada está destinada a produtos de interesse econômico e de exportação, como o dendê e o cacau, que não contribuem diretamente para a alimentação básica da população local.

A produção de dendê, por exemplo, é utilizada principalmente na indústria de óleos e biocombustíveis. Já o cacau, embora tenha potencial nutricional, é tradicionalmente

voltado ao mercado externo ou à produção de chocolates em outras regiões, com pouco aproveitamento local em sua forma natural.

Por outro lado, a produção de banana, que ocupa 11% da área, representa um ponto positivo, pois se trata de um alimento de fácil acesso, rico em nutrientes e amplamente consumido pela população. Além disso, as pequenas áreas dedicadas a frutas como mamão, maracujá, laranja, limão e coco-da-baía demonstram um potencial de diversificação alimentar, ainda que pouco explorado.

A predominância de monocultivos de exportação e a baixa presença de cultivos de subsistência indicam uma fragilidade na soberania alimentar do município. A dependência de alimentos trazidos de outras regiões pode elevar os custos para os consumidores e comprometer a qualidade da alimentação, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade.

Para promover a segurança alimentar e nutricional em Santa Izabel do Pará, é relevante o fortalecimento da agricultura familiar, o incentivo ao cultivo de alimentos básicos e hortifrutigranjeiros voltados ao consumo interno, bem como a valorização das cadeias curtas de produção e comercialização – como as feiras livres, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com prioridade para produtos locais.

Em resumo, embora o município apresente uma produção agrícola relevante no setor da lavoura permanente, a sua contribuição direta para a segurança alimentar da população é limitada, sendo necessário repensar políticas públicas que promovam maior diversidade de cultivos e fortaleçam o acesso a alimentos saudáveis, variados e adequados às necessidades da população local.

Gráfico 20: Área colhida (em hectares) por tipo de Lavoura Temporária – Mandioca (quilograma por hectare)



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 – FAPESPA

O gráfico apresenta a evolução da área colhida de mandioca no município de Santa Izabel do Pará, entre os anos de 2019 a 2023. Observa-se que nos anos de 2019, 2020 e 2022, a área colhida se manteve estável em 320 hectares, enquanto em 2021 e 2023 houve um aumento para 400 hectares. Essa variação, embora discreta, demonstra que a mandioca permanece como uma cultura relevante na dinâmica agrícola local.

A mandioca é um dos alimentos mais tradicionais e importantes da região Norte do Brasil, especialmente no estado do Pará, onde é considerada base da alimentação da população. Presente diariamente nas mesas das famílias paraenses, seja na forma de farinha, tapioca, tucupi ou cozida, a mandioca é um alimento de alta aceitação cultural, rico em carboidratos, versátil no preparo e fundamental para a segurança alimentar e nutricional da população.

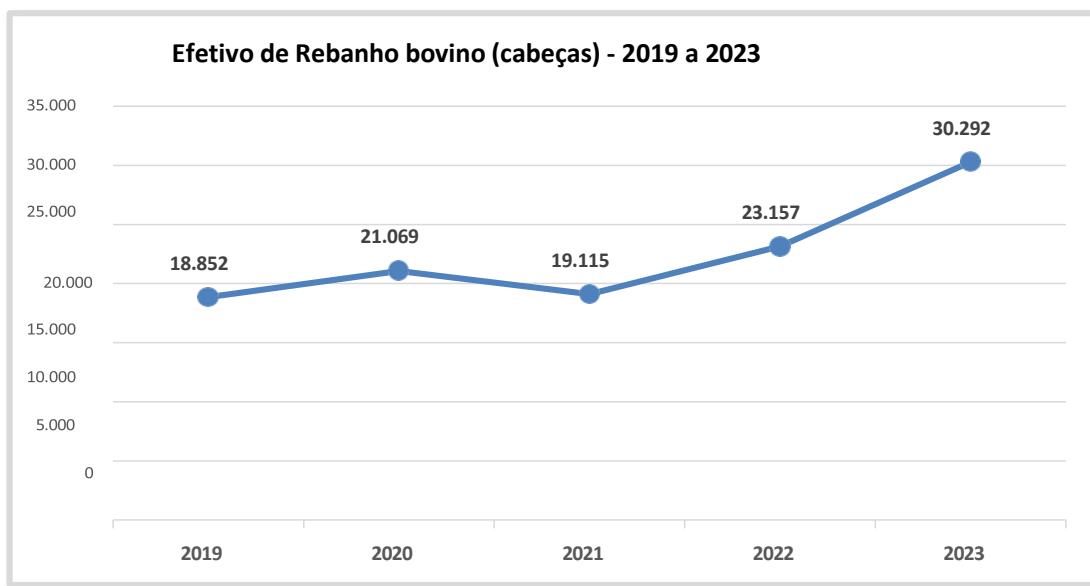
A constância na produção da mandioca em Santa Izabel do Pará é um indicador positivo, pois demonstra o esforço dos agricultores locais em manter viva uma cultura alimentar essencial para o município. Diferente de outras culturas destinadas à exportação ou à indústria, como o dendê e o cacau, a mandioca é cultivada para o consumo direto da população, o que fortalece a soberania alimentar, ou seja, a capacidade do município de produzir o próprio alimento, com autonomia e respeitando os hábitos locais.

Além de ser uma fonte acessível de energia, a mandioca também favorece a economia local, já que seu cultivo está geralmente associado à agricultura familiar, contribuindo para a geração de renda e a fixação de famílias no campo. O uso dos derivados da mandioca em pequenas agroindústrias e feiras locais também representa um potencial de desenvolvimento econômico sustentável, valorizando os saberes tradicionais e promovendo a alimentação saudável.

No entanto, o fato de a área cultivada não apresentar um crescimento progressivo ao longo dos anos pode indicar a necessidade de apoio mais efetivo aos produtores, tanto com assistência técnica quanto com incentivos para ampliação da produção e agregação de valor aos produtos derivados da mandioca.

Em síntese, a mandioca é um alimento estratégico para a segurança alimentar e nutricional de Santa Izabel do Pará, não apenas por seu valor nutricional e cultural, mas também por seu papel social e econômico. Investir no fortalecimento de sua cadeia produtiva é essencial para garantir o acesso a alimentos saudáveis, tradicionais e sustentáveis à população do município.

Gráfico 21: Efetivo de Rebanho bovino (cabeças) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

Em relação à análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional, o gráfico agora apresentado mostra a evolução do efetivo de rebanho bovino, entre os anos de 2019 a 2023. Observa-se um crescimento significativo ao longo do período, partindo de 18.852 cabeças em 2019 para 30.292 cabeças em 2023, um aumento de mais de 60% em cinco anos.

Esse crescimento expressivo no número de bovinos aponta para uma expansão da pecuária no município, o que pode refletir tanto o fortalecimento da economia local quanto o aumento da oferta de carne e derivados para a população. A produção de bovinos está diretamente relacionada à segurança alimentar na medida em que contribui para o acesso a proteínas de origem animal, fundamentais para uma alimentação equilibrada e saudável.

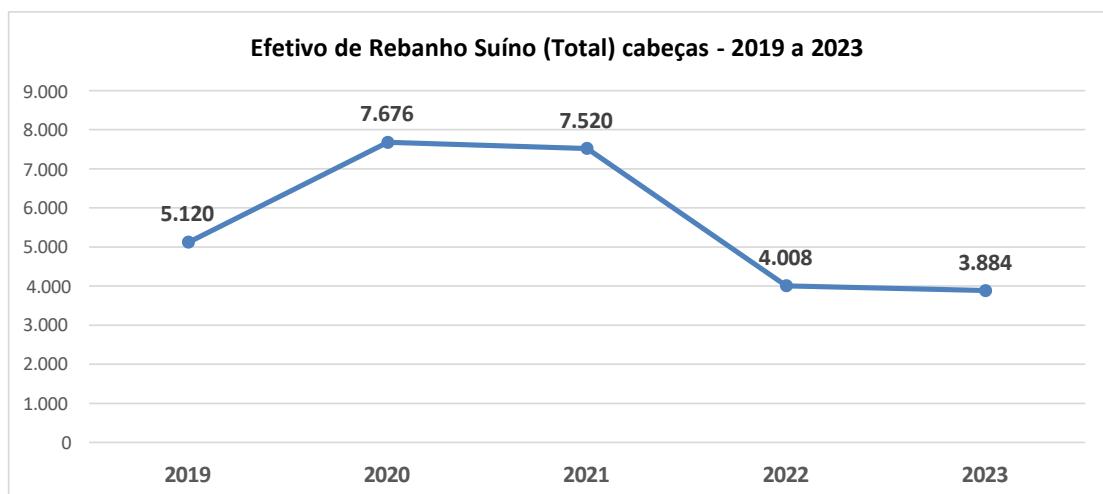
Contudo, é importante destacar que o impacto positivo do crescimento do rebanho bovino sobre a segurança alimentar só se concretiza se a produção estiver integrada ao abastecimento local. Ou seja, é necessário garantir que a carne bovina produzida esteja acessível economicamente e fisicamente às famílias do município — especialmente às mais vulneráveis —, seja por meio da comercialização direta em mercados e feiras locais, seja por programas institucionais de compra pública de alimentos.

Além disso, é preciso considerar o equilíbrio ambiental dessa expansão. O crescimento do rebanho deve estar associado a práticas sustentáveis, com manejo adequado das pastagens e uso racional dos recursos naturais, evitando o desmatamento e a contaminação de solos e cursos d'água, fatores que, se negligenciados, podem comprometer a sustentabilidade da produção e a saúde pública.

Do ponto de vista nutricional, a carne bovina é uma fonte importante de ferro, zinco, vitaminas do complexo B e proteínas de alto valor biológico, o que reforça seu papel na qualidade da alimentação, sobretudo de crianças, adolescentes e gestantes.

Portanto, a ampliação do efetivo bovino em Santa Izabel do Pará representa uma oportunidade para fortalecer a segurança alimentar, desde que acompanhada de políticas públicas que incentivem a produção local com destino ao consumo interno, promovam o acesso equitativo aos alimentos e assegurem a sustentabilidade ambiental e sanitária da cadeia produtiva.

Gráfico 22: Efetivo de Rebanho suíno (cabeças) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

No que abrange a análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob a ótica da segurança alimentar e nutricional, o gráfico em anexo apresenta a evolução do efetivo de rebanho suíno no município, entre os anos de 2019 a 2023.

Observa-se que o efetivo suíno cresceu consideravelmente entre 2019 (5.120 cabeças) e 2020 (7.676 cabeças), mantendo-se ainda elevado em 2021 (7.520). No entanto, a partir de 2022 houve uma queda acentuada, com o número de suínos reduzido para 4.008 cabeças, chegando a 3.884 em 2023, representando uma redução de quase 50% em apenas dois anos.

Essa diminuição no rebanho suíno levanta importantes questões do ponto de vista da segurança alimentar local. A carne suína é uma fonte acessível e rica em proteínas, vitaminas do complexo B e minerais, e seu consumo está presente em muitos hábitos alimentares das famílias brasileiras, inclusive na região Norte. A redução na criação de suínos pode impactar a disponibilidade e o preço desse tipo de carne no mercado local, dificultando o acesso das populações mais vulneráveis a uma fonte importante de nutrientes.

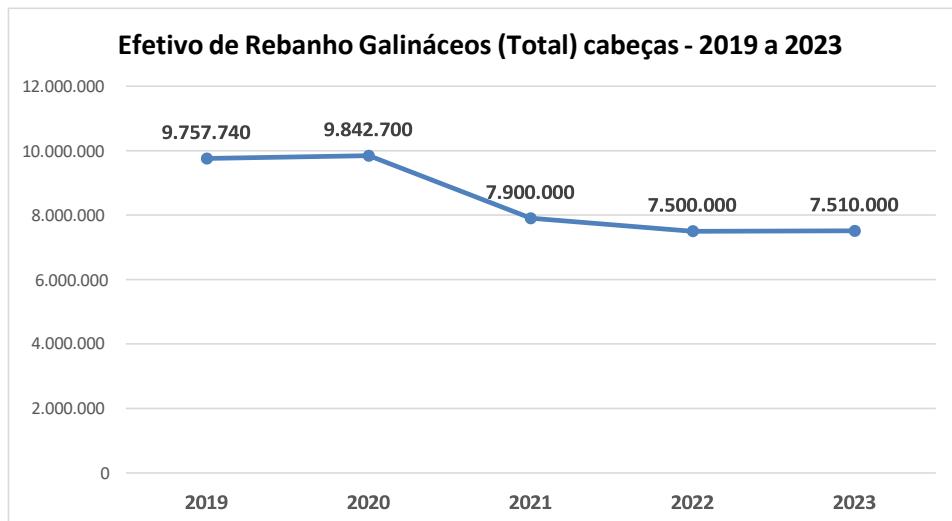
Além disso, a criação de suínos geralmente está vinculada à agricultura familiar e ao

pequeno produtor rural, o que indica que essa retração pode também refletir dificuldades econômicas ou estruturais enfrentadas por esses produtores. Entre os possíveis fatores estão o custo elevado de insumos, a ausência de incentivos públicos, ou mesmo questões sanitárias e de mercado que afetem a sustentabilidade da atividade.

Do ponto de vista estratégico, é importante que o município acompanhe e busque reverter esse cenário, por meio de políticas públicas de fomento à suinocultura, assistência técnica rural, acesso a crédito e incentivo à comercialização local. O fortalecimento da produção suína pode não apenas melhorar o acesso da população a alimentos ricos em proteína, mas também gerar renda para o campo e contribuir para o desenvolvimento econômico local.

Assim, a queda no efetivo de suínos deve ser vista com atenção, pois impacta diretamente a disponibilidade e o acesso a alimentos de qualidade, aspectos fundamentais da segurança alimentar e nutricional no município.

Gráfico 23: Efetivo de Rebanho Galináceos (total - cabeças) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

Dando sequência à análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional, o gráfico em anexo mostra a evolução do efetivo de galináceos (frangos, galinhas, galos) entre os anos de 2019 a 2023.

Em 2019, o município contava com um rebanho expressivo de 9.757.740 aves, que teve um leve crescimento em 2020, atingindo o pico de 9.842.700 cabeças. A partir de 2021, no entanto, observa-se um recuo significativo, com 7.900.000 aves, seguido por 7.500.000 em 2022 e uma leve estabilização em 2023 com 7.510.000 cabeças.

Essa redução de aproximadamente 24% no efetivo de galináceos em relação ao ano

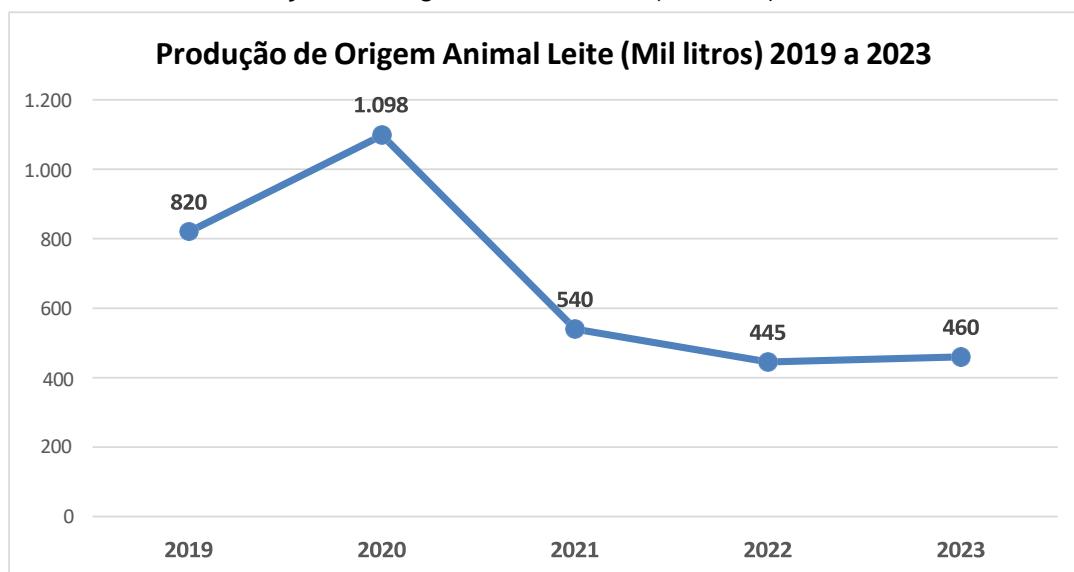
de 2020, ganha um significado ainda mais relevante quando se considera que o município abriga uma empresa de abate de frangos. A presença dessa agroindústria sugere que há estrutura local de beneficiamento e comercialização de carne de frango, o que teoricamente favoreceria a demanda estável e o escoamento da produção avícola.

Nesse contexto, a queda no número de galináceos pode indicar desafios na cadeia produtiva, como aumento nos custos de produção (especialmente ração e energia), dificuldades sanitárias, ou até concentração da produção em grandes criadores, o que pode estar excluindo os pequenos produtores locais, que tradicionalmente abastecem parte desse mercado.

Do ponto de vista da segurança alimentar, a carne de frango representa uma das principais fontes de proteína animal para a população brasileira, sendo mais acessível que a carne bovina ou suína. Além disso, a produção de ovos, também vinculada aos galináceos, é fundamental para a nutrição da população, por seu elevado valor biológico e custo relativamente baixo.

Diante disso, é essencial que o poder público promova ações de fomento à avicultura local, especialmente voltadas para os pequenos e médios produtores, incentivando sua integração à cadeia industrial já existente no município. A articulação entre produção familiar e agroindústria é estratégica para garantir o abastecimento alimentar, promover o desenvolvimento local e assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Gráfico 24: Produção de Origem Animal Leite (Mil litros) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

A análise da produção agropecuária de Santa Izabel do Pará sob o enfoque da segurança alimentar e nutricional, o gráfico agora apresentado trata da produção de leite de origem animal no município entre os anos de 2019 a 2023, expressa em mil litros.

Em 2019, a produção era de 820 mil litros, registrando um crescimento significativo em 2020, quando atingiu o pico de 1.098 mil litros. A partir de então, houve uma queda acentuada: 540 mil litros em 2021, 445 mil em 2022, e uma discreta recuperação para 460 mil litros em 2023. A redução acumulada entre 2020 e 2023 representa uma perda de quase 60% da produção de leite no período.

Essa queda tem sérias implicações para a segurança alimentar da população local, uma vez que o leite é um alimento básico e estratégico, especialmente para crianças, idosos, gestantes e pessoas em vulnerabilidade social. Ele é fonte importante de cálcio, proteínas de alto valor biológico, vitaminas A, D e do complexo B, essenciais para o desenvolvimento e a manutenção da saúde.

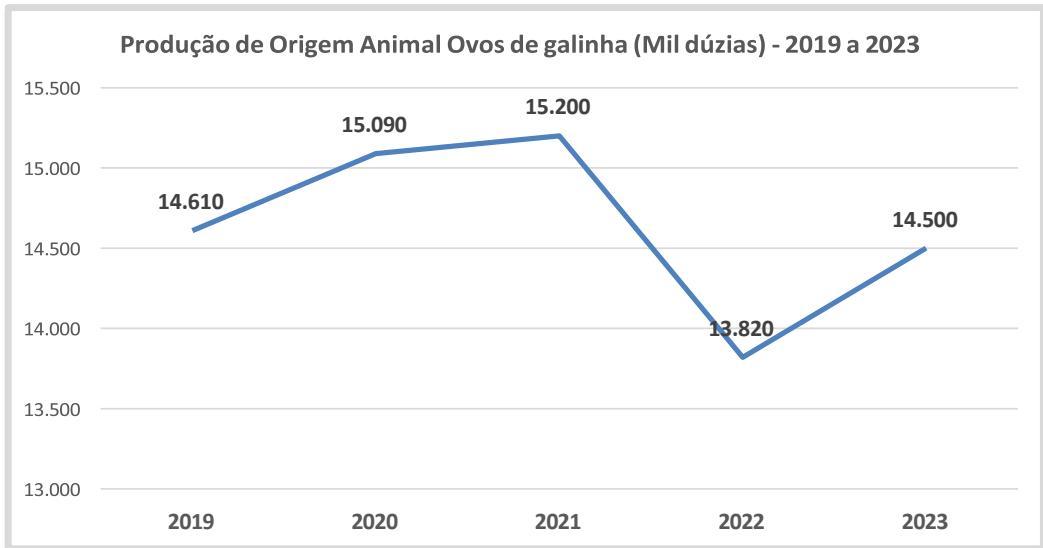
O leite e seus derivados também são base da alimentação escolar e de muitos programas de assistência alimentar, além de compor a dieta cotidiana de grande parte das famílias. A redução da produção pode ter múltiplas causas: custo elevado de insumos, doenças no rebanho, envelhecimento dos produtores, mudanças no clima ou falta de incentivos à pecuária leiteira. Além disso, a queda na produção pode também afetar a renda de famílias que vivem da atividade, agravando situações de insegurança econômica e social.

Cabe destacar que, ao contrário da carne bovina, cuja produção vem crescendo no município, a cadeia do leite exige logística específica (armazenamento, refrigeração, transporte rápido) e estrutura de escoamento mais delicada, o que pode representar uma barreira para pequenos produtores, especialmente se não houver políticas públicas que integrem essa produção aos mercados locais ou regionais.

A leve recuperação em 2023 pode sinalizar um potencial de retomada, que poderia ser incentivado por meio de assistência técnica, crédito direcionado, melhoria de pastagens e aquisição de equipamentos de ordenha e resfriamento, além de parcerias com programas governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Portanto, garantir e fortalecer a produção local de leite é uma estratégia essencial para diversificar e equilibrar a oferta alimentar, apoiar a economia rural, e proteger os direitos alimentares da população, especialmente das camadas mais vulneráveis.

Gráfico 25: Produção de Origem Animal Ovos de galinha (Mil dúzias) – 2019 - 2023



Fonte: Anuário Estatístico do Pará 2024 - FAPESPA

Dando prosseguimento à análise das atividades agropecuárias de Santa Izabel do Pará sob o prisma da segurança alimentar e nutricional, observa-se agora o comportamento da produção de ovos de galinha, uma importante fonte de proteína de origem animal e de baixo custo para a população.

O gráfico apresentado mostra a evolução da produção de ovos, em mil dúzias, no período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrou uma produção de 14.610 mil dúzias, com crescimento nos dois anos seguintes, atingindo 15.090 mil dúzias em 2020 e 15.200 mil dúzias em 2021, o maior volume do período. No entanto, houve uma queda expressiva em 2022, com a produção recuando para 13.820 mil dúzias, seguida de uma recuperação parcial em 2023, com 14.500 mil dúzias.

Essa oscilação pode estar relacionada a diversos fatores, como custos de produção (ração, medicamentos, energia elétrica), clima, doenças aviárias, ou instabilidade no mercado consumidor, especialmente em períodos de crise econômica. Apesar disso, a recuperação em 2023 é um sinal positivo, indicando possível reorganização da cadeia produtiva ou resposta a uma demanda local mais aquecida.

A produção de ovos tem grande relevância na dieta das famílias paraenses, pois se trata de um alimento nutritivo, acessível, versátil e com longo prazo de validade quando comparado a outros produtos perecíveis. O ovo fornece proteína de alta qualidade, ferro, zinco, selênio, vitaminas A, D e do complexo B, sendo essencial em contextos onde há redução no consumo de carne e leite.

Além disso, a presença de uma empresa de abate de frangos no município, já mencionada anteriormente, pode estimular a cadeia avícola como um todo, inclusive a

avicultura de postura (produção de ovos), gerando empregos, renda e abastecimento local. Investimentos nessa área podem impulsionar a produção familiar e a agricultura de base agroecológica, com criações de galinhas caipiras e sistemas integrados de produção.

Portanto, manter e fortalecer a produção local de ovos é uma ação estratégica para promover a segurança alimentar da população, garantir uma fonte regular de proteínas, suprir programas públicos de alimentação e dinamizar a economia local com sustentabilidade. A atenção a essa cadeia produtiva deve considerar não só o apoio técnico e financeiro, mas também políticas públicas de fomento à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e locais.

2.10. Meio Ambiente

No âmbito do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) de Santa Izabel do Pará, a política ambiental desempenha um papel estratégico na promoção da sustentabilidade e na garantia do direito humano à alimentação adequada. O município reconhece que a conservação ambiental está diretamente relacionada à produção e ao acesso a alimentos saudáveis, à preservação dos recursos naturais e ao bem-estar da população.

Um exemplo concreto dessa integração é o Parque Ambiental Yasuhide Watanabe, inaugurado em 2024, com uma área de 148.500 m². O parque oferece espaços de lazer, trilhas ecológicas, orquidário, áreas para piquenique e atividades educativas voltadas à conscientização ambiental. Esses espaços cumprem não apenas função de recreação e educação, mas também fortalecem a relação entre meio ambiente e segurança alimentar, promovendo práticas sustentáveis e o uso responsável dos recursos naturais, alinhados às diretrizes do I PLANSAN.

Além disso, Santa Izabel do Pará integra o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, uma unidade de conservação que abriga ampla biodiversidade e permite a convivência sustentável de comunidades tradicionais. Essa participação contribui para a proteção dos ecossistemas locais, assegurando a manutenção dos modos de vida que dependem diretamente dos recursos naturais, como a pesca artesanal, a coleta de frutos e a agricultura de subsistência — atividades que são pilares da soberania alimentar no território.

No que se refere ao ambiente urbano, o município apresenta um índice de arborização de 19,9% das vias públicas com presença de árvores (IBGE). Apesar de ainda baixo, o dado reforça a necessidade de políticas de arborização articuladas com os objetivos do PLANSAN, como já vem sendo proposto por meio de audiências públicas

voltadas à elaboração de um Plano Municipal de Arborização Urbana. Tais medidas visam não só a melhoria do microclima urbano e da qualidade do ar, mas também a criação de ambientes mais saudáveis e propícios ao cultivo de hortas comunitárias e escolares.

Dessa forma, a inclusão da dimensão ambiental no PLANSAN demonstra o compromisso de Santa Izabel do Pará com a promoção de uma segurança alimentar e nutricional sustentável, transversal e intersetorial, conectando preservação ambiental, saúde, educação, produção local e qualidade de vida.

2.11. Esporte, Cultura e Lazer

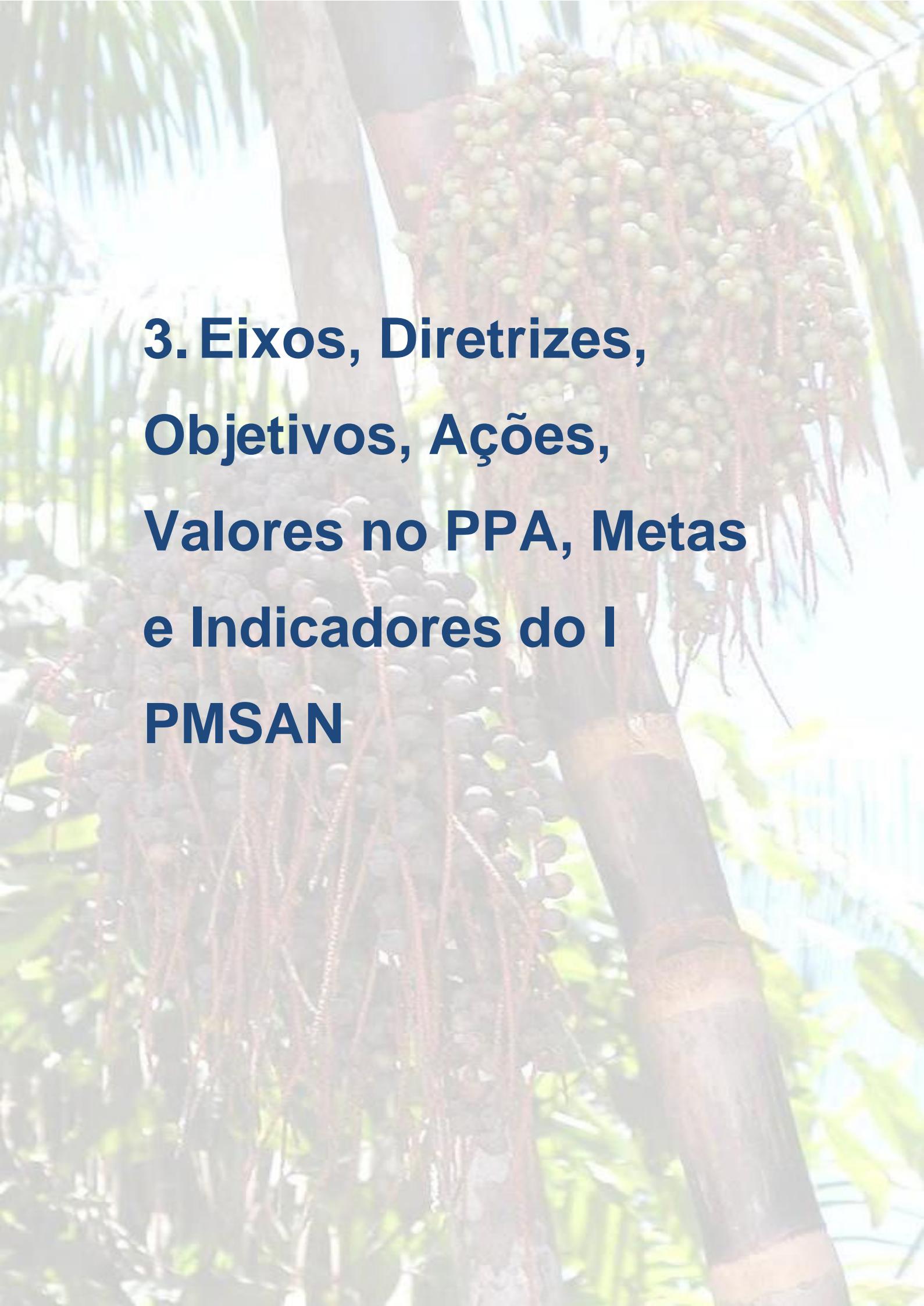
No contexto do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN) de Santa Izabel do Pará, a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desportos (SECULTD) desempenha um papel estratégico na promoção de práticas culturais e esportivas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da segurança alimentar no município.

A SECULTD é responsável por preservar e divulgar a cultura local, além de expandir as atividades esportivas, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 96/1994. Essas ações são fundamentais para promover a inclusão social, especialmente entre crianças, adolescentes e grupos em situação de vulnerabilidade, criando ambientes propícios para a educação alimentar e nutricional.

Eventos culturais, como o Festival da Mandioca, declarado patrimônio cultural imaterial do município pela Lei nº 358/2018, destacam a importância dos alimentos tradicionais e fortalecem a identidade cultural local. Essas celebrações não apenas valorizam os produtos da agricultura familiar, mas também incentivam práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

No âmbito esportivo, a SECULTD promove atividades que estimulam hábitos de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação e ao sedentarismo. Programas de esporte e lazer são ferramentas eficazes para engajar a comunidade em práticas que favorecem o bem-estar físico e mental, alinhando-se aos objetivos do PLANSAN.

A integração das políticas de cultura, esporte e lazer com as ações de segurança alimentar e nutricional é essencial para o desenvolvimento de estratégias intersetoriais eficazes. Ao fomentar a participação comunitária e valorizar os saberes locais, a SECULTD contribui significativamente para a construção de um sistema alimentar mais justo e resiliente em Santa Izabel do Pará.



3. Eixos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Valores no PPA, Metas e Indicadores do I PMSAN

3.1 PLANO DE AÇÃO

Para enfrentar os desafios e as causas da insegurança alimentar e nutricional, além de promover um sistema agroalimentar municipal inclusivo, sustentável e justo, estabelecemos um Mapa Estratégico contendo as seguintes informações:

- Eixo Norteador
- Diretriz
- Objetivo
- Secretaria / Órgão responsável
- Programa
- Ação
- Unidade
- Valor PPA
- Meta 2024
- Meta 2025
- Indicador

A Política de Segurança Alimentar tem como função vital a garantia de acesso permanente a alimentos saudáveis e nutritivos, em quantidade têm como objetivos: i) promover a segurança alimentar e nutricional, ii) assegurar o direito humano à alimentação adequada e iii) articular ações de diferentes setores para garantir o acesso a alimentos de qualidade.

EIXOS

- I. Institucionalidade e fortalecimento do SISAN
- II. Produção
- III. Distribuição e Comercialização
- IV. Consumo

EIXO 1: FORTALECIMENTO DO SISAN**DIRETRIZ: Promoção da institucionalidade do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.****OBJETIVO: Garantir o pleno funcionamento de todas as estruturas que integram o Sistema de Segurança Alimentar Municipal.**

Secretaria/ órgão	Programa	Ação	Unidade medida	Valor PPA R\$	Meta 2024	Meta 2025	Indicador
SEMTEPS	0002 - Apoio Administrativo Dar suporte, agilidade e eficiência na execução dos serviços públicos.	0035 - Manutenção dos Conselhos vinculados à Assistência Social (COMASSIP, CMDPI, CMDPD).	Unidade	41.135	03	03	Conselho mantido
SECULDT	0002 - Apoio Administrativo Dar suporte, agilidade e eficiência na execução dos serviços públicos.	0121 - Manutenção do Conselho de Desenvolvimento Sustentável	Unidade	27.122	01	01	Conselho mantido

EIXO 2: PRODUÇÃO

DIRETRIZ: Promoção da produção de alimentos saudáveis.

OBJETIVO: Garantir condições necessárias para a produção de alimentos adequados e saudáveis, fortalecendo o sistema agroalimentar do município.

Secretaria/ órgão	Programa	Ação	Unidade medida	Valor PPA R\$	Meta 2024	Meta 2025	Indicador
SEMPAG	0009 - Desenvolvimento Sustentável da Produção Izabelense Implementar políticas públicas voltadas ao pequeno produtor e a produção local sustentável.	0122 - Fortalecer o Empreendedorismo Rural	Unidade	137.868	25	25	Ação realizada
SEMPAG	0009 - Desenvolvimento Sustentável da Produção Izabelense Implementar políticas públicas voltadas ao pequeno produtor e a produção local sustentável.	0120 - Apoio ao Pequeno Produtor	Unidade	271.215	1.500	1.500	Propriedade atendida
SEMMA	0007 - Santa Izabel Sustentável Cuidar da natureza e do solo de forma sustentável	0096 - Reflorestamento nas Áreas de APP (Área de Proteção Ambiental)	Unidade	67.804	12.000	12.000	Mudas plantadas
SEMMA	0007 - Santa Izabel Sustentável Cuidar da natureza e do solo de forma sustentável	0101 - Educação Ambiental	Unidade	90.000	12	12	Ação realizada
SEMMA	0007 - Santa Izabel Sustentável Cuidar da natureza e do solo de forma sustentável	0102 - Manutenção e Ampliação da Arborização do Município	Unidade	45.202	2.000	2.000	Mudas plantadas
SECULDT	0010 - Um Novo Tempo, Uma nova História para Cultura, Lazer, Turismo, Desporto Incentivar e Impulsionar a Cultura, Lazer, Turismo e Desporto no Município.	0109 – Apoio a realização e produção de eventos culturais e esportivos	Unidade	288.166	05	05	Evento realizado

EIXO 3: DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

DIRETRIZ: Promoção da distribuição, comercialização e abastecimento de alimentos.

OBJETIVO: Melhorar a capacidade da distribuição, comercialização e abastecimento de alimentos, com infraestrutura necessária de sistemas sustentáveis e descentralizados.

Secretaria/órgão	Programa	Ação	Unidade medida	Valor PPA R\$	Meta 2024	Meta 2025	Indicador
SEMPAG	0002 - Apoio Administrativo Dar suporte, agilidade e eficiência na execução dos serviços públicos	0124 - Manutenção e Gestão de Feiras e Mercados	Unidade	305.117	05	05	Feira e mercado mantido
SEMPAG	0009 - Desenvolvimento Sustentável da Produção Izabelense Implementar políticas públicas voltadas ao pequeno produtor e a produção local sustentável.	0119 - Mecanização Agrícola	Unidade	836.246	1.500	1.500	Propriedade atendida
SEMPAG	0009 - Desenvolvimento Sustentável da Produção Izabelense	0125 - Implantação e Manutenção da Central de Abastecimento	Unidade	339.019	01	01	Unidade implantada e mantida
SEMPAG	0009 - Desenvolvimento Sustentável da Produção Izabelense	0126 - Realização de Eventos Agropecuários	Unidade	406.823	07	07	Evento realizado
SEMPAG	0009 - Desenvolvimento Sustentável da Produção Izabelense	0123 - Implantação e Manutenção do Serviço de Inspeção Municipal	%	135.608	100	100	Serviço implantado e mantido
SEINFRA	0003 - Avança Santa Izabel Garantir melhorias na acessibilidade, mobilidade, escoamento de produção e qualidade de vida da população izabelense.	0136 - Ampliação, Recuperação e Manutenção da Malha Viária Municipal	Km	3.224.580	2	2	Via pavimentada recuperada
SEINFRA	0003 - Avança Santa Izabel	0137 - Recuperação e manutenção de Estradas Vicinais	Km	749.774	250	250	Vicinal recuperada
SEINFRA	0003 - Avança Santa Izabel	0145 - Implantação do Distrito Industrial	Unidade	21.740	01	01	Distrito industrial implantado
SEINFRA	0003 - Avança Santa Izabel	0146 - Construção e Recuperação de Pontes	Unidade	1.285.326	01	01	Ponte recuperada
SECULDT	0010 - Um Novo Tempo, Uma nova História para Cultura, Lazer, Turismo, Desporto Incentivar e Impulsionar a Cultura, Laser, Turismo e Desporto no Município.	0112 - Revitalização de Pontos Turísticos	Unidade	83.514	05	05	Ponto revitalizado

EIXO 4: CONSUMO

DIRETRIZ: Promoção do acesso à alimentação adequada e saudável.

OBJETIVO: Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável e água para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Secretaria / órgão	Programa	Ação	Unidade medida	Valor PPA R\$	Meta 2024	Meta 2025	Indicador
SEMED	0011 - Educação com Qualidade Oferecer estrutura física, de logística e de ensino, a fim de apoiar, o desenvolvimento das competências de leitura e escrita com vistas ao mundo do trabalho e o exercício da cidadania.	0061 - Manutenção da Alimentação Escolar	Unidade	4.155.219	17.000	18.000	Aluno atendido
SMS	0015 - Gestão do SUS Gerenciar as ações do Sistema Único de Saúde	0032 - Manutenção do Programa Alimentação e Nutrição - PNAM	%	333.383	20	20	Criança Atendida
SEMTEPS	0016 - Proteção Social Básica Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários	0041 - Garantir Benefícios Eventuais	Unidade	203.411	500	500	Benefício concedido
SEMTEPS	0016 - Proteção Social Básica	0043 - Manutenção do Cadastro Único para Programas Sociais - Programa Bolsa Família	Unidade	1.291.086	6.000	6.000	Usuário atendido
SEINFRA	0016 - Proteção Social Básica	0045 - Manutenção do Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	Unidade	492.707	200	200	Gestante / criança atendida
SAAE	0003 - Avança Santa Izabel Garantir melhorias na acessibilidade ,mobilidade, escoamento de produção e qualidade de vida da população izabelense.	Manutenção e Operacionalização do Serv. Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	%	2.254.742	100	100	SAAE mantido
SAAE	0003 - Avança Santa Izabel	0158 - Construção de 2 Reservatórios e 1 Subestação 112kw	%	1.680.000	0	0	Capacidade aumentada

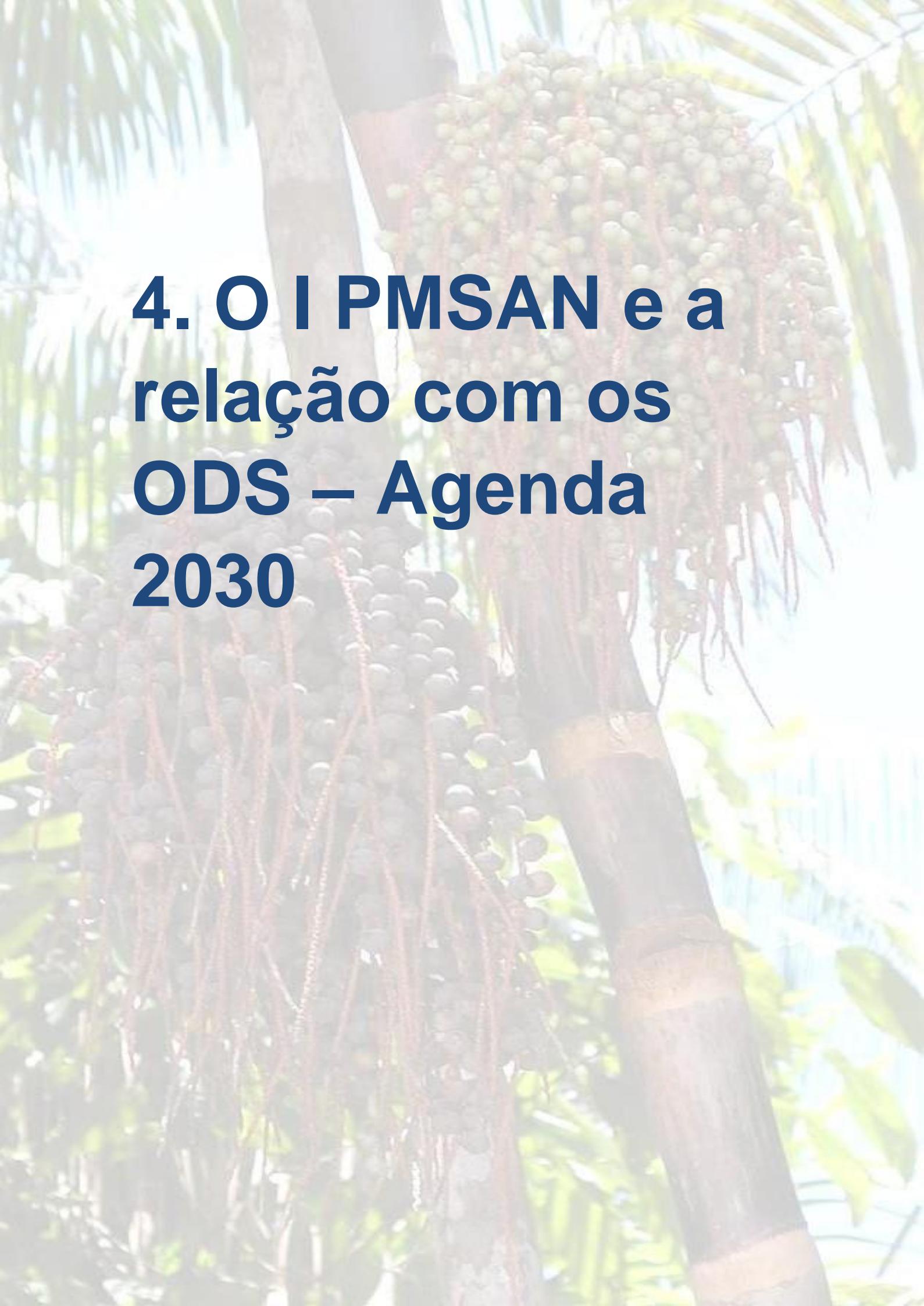
3.2. Instrumental Operativo Orçamentário

Este Instrumental Operativo Orçamentário foi estruturado a partir dos desafios estabelecidos no I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará (PMSAN 2025–2028), considerando o contexto específico do município e respeitando as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A construção deste documento baseia-se em fontes fundamentais, como o Plano Plurianual (PPA) 2022–2025 da Prefeitura Municipal, com seus programas, ações e metas físico-financeiras já previstas, bem como projeções para os dois anos subsequentes, garantindo assim a articulação com o período de vigência do PMSAN (2022–2025).

Importante destacar que uma ação estratégica associada a um desafio pode igualmente representar solução para outros desafios intersetoriais. Por esse motivo, para cada desafio identificado no PMSAN, foi realizado um exercício de síntese descritiva e conceitual, incluindo palavras-chave e resumos que permitem melhor identificação e compreensão das dificuldades enfrentadas e das estratégias propostas para sua superação.

Cabe ressaltar que os valores orçamentários previstos para os anos de 2026 e 2027 serão definidos conforme o processo de construção participativa do próximo Plano Plurianual (PPA 2026–2029), a ser elaborado pelo governo municipal em articulação com os diversos setores da administração pública e da sociedade civil.



4. O | PMSAN e a relação com os ODS – Agenda 2030

4.1. A RELAÇÃO COM OS ODS – AGENDA 2030

Vivemos em uma era em que as fronteiras entre o global e o local estão cada vez mais tênues. As decisões e práticas adotadas em nível internacional repercutem diretamente nos territórios locais, ao mesmo tempo em que as experiências locais também ganham visibilidade e contribuem com soluções para desafios globais. No campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o Brasil tem exercido um papel relevante, sendo reconhecido como um dos países com políticas públicas inovadoras e bem-sucedidas nessa área.

A atuação brasileira em espaços internacionais de governança, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), tem contribuído para a construção coletiva de estratégias voltadas à superação da fome e promoção de sistemas alimentares sustentáveis. A presidência interina do Brasil nesse Conselho, a partir de 2017, permitiu a articulação de ações conjuntas entre governos, sociedade civil, instituições acadêmicas e organismos multilaterais. Nesse contexto, destacam-se iniciativas como a formulação das Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos países-membros e a criação de grupos de trabalho voltados à nutrição e aos sistemas alimentares saudáveis.

O compromisso do país com a agenda internacional também se reflete na adesão à Década de Ação em Nutrição (2016–2025), lançada pelas Nações Unidas. Essa iniciativa surge como resposta à crescente preocupação com os efeitos da transição nutricional e o aumento dos índices de sobrepeso e obesidade, principalmente nos países em desenvolvimento. Como desdobramento desse compromisso, o Brasil elaborou um documento de referência durante o Comitê Mundial de Segurança Alimentar, integrando as diretrizes nacionais às metas globais.

Tais compromissos se articulam também com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os que tratam da erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), entre outros. A adesão do Brasil a essa agenda reforça a necessidade de políticas públicas que promovam o direito humano à alimentação adequada, a equidade, a sustentabilidade ambiental e a valorização da agricultura familiar.

Nesse cenário, o I PMSAN se propõe a ser um instrumento de articulação e implementação de ações que dialogam com esses compromissos internacionais, adaptando-os à realidade local. A partir do fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, o município busca garantir o acesso universal e permanente à alimentação adequada e

saudável, respeitando as dimensões culturais, econômicas, ambientais e sociais da população.

Além de promover a integração entre saúde, assistência social, educação, agricultura e meio ambiente, o plano também reconhece a importância da participação social como eixo estruturante para o monitoramento e avaliação das políticas de SAN. O protagonismo dos conselhos municipais, das organizações da sociedade civil e das comunidades tradicionais será essencial para consolidar uma política alimentar inclusiva, justa e sustentável em Santa Izabel do Pará.

Assim, o município se insere no cenário global como agente ativo na luta pelo fim da fome e na promoção de sistemas alimentares que respeitem a vida, o território e a dignidade de todos e todas.

Figura 02: Os ODS da ONU.



Fonte: ONU, 2015.

4.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como Referência para o Plano Municipal.

Na construção do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará (2024–2025), torna-se essencial alinhar as ações locais aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. De acordo com as orientações do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devem servir como base e orientação estratégica para as metas e iniciativas do plano.

Os ODS, estabelecidos pelas Nações Unidas em 2015, constituem uma agenda global que visa enfrentar os principais desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030. São 17 objetivos interligados que, juntos, apontam caminhos para um desenvolvimento mais justo, equitativo e sustentável. A seguir, destacamos cada um desses objetivos em linguagem atualizada e integrada com a perspectiva do plano municipal:

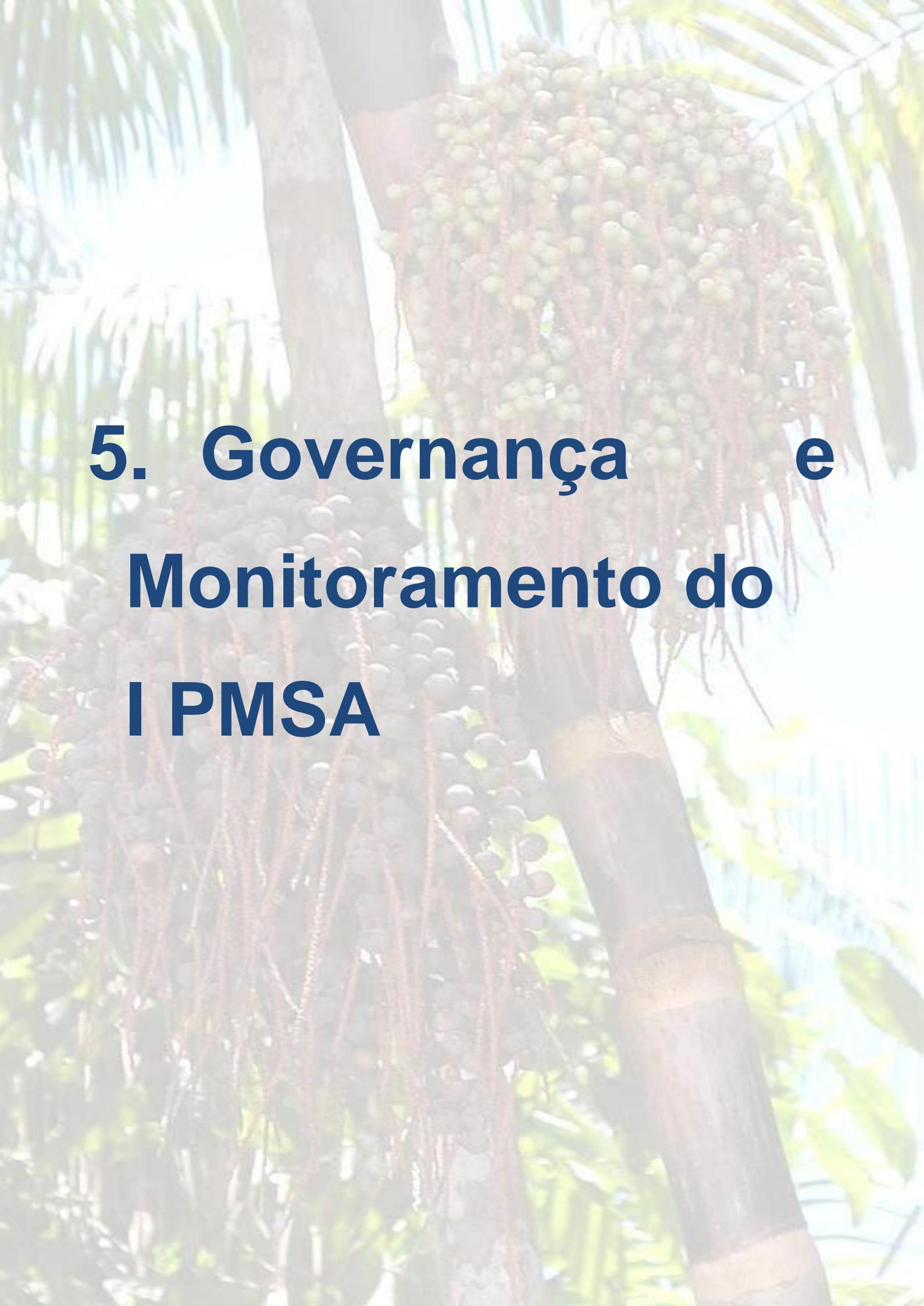
1. Erradicação da pobreza: Eliminar todas as formas de pobreza em todos os lugares, garantindo condições mínimas de dignidade, acesso a direitos e inclusão social.
2. Fome zero e agricultura sustentável: Combater a fome e a desnutrição, garantindo o acesso à alimentação adequada e incentivando práticas agrícolas sustentáveis e inclusivas, com destaque à agricultura familiar.
3. Saúde e bem-estar para todos: Promover a saúde integral e o bem-estar em

todas as fases da vida, com foco na prevenção de doenças e no fortalecimento dos serviços de saúde pública.

4. Educação de qualidade: Garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades contínuas de aprendizado para todas as pessoas, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade.
5. Igualdade de gênero: Assegurar direitos iguais entre homens e mulheres, com o empoderamento de meninas e mulheres em todos os espaços sociais, econômicos e políticos.
6. Água limpa e saneamento: Assegurar o acesso universal à água potável de qualidade e ao saneamento básico, com gestão responsável dos recursos hídricos.
7. Energia limpa e acessível: Garantir que todos tenham acesso à energia moderna, segura, sustentável e a preços acessíveis.
8. Trabalho digno e crescimento econômico: Estimular economias inclusivas e sustentáveis, com geração de empregos formais, produtivos e condignos para todas as pessoas.
9. Indústria, inovação e infraestrutura: Desenvolver infraestruturas resilientes, fomentar a inovação tecnológica e promover a industrialização sustentável e inclusiva.
10. Redução das desigualdades: Combater a desigualdade social, econômica e territorial, promovendo justiça distributiva e inclusão social nos diversos níveis.
11. Cidades e comunidades sustentáveis: Tornar os espaços urbanos e rurais mais inclusivos, seguros, resilientes e ambientalmente sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis: Incentivar práticas de produção e consumo que respeitem os limites do planeta, reduzam o desperdício e preservem os recursos naturais.
13. Ação climática: Adotar medidas urgentes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e fortalecer a resiliência dos territórios diante de eventos climáticos extremos.
14. Vida na água: Proteger os ecossistemas marinhos e de água doce, promovendo o uso sustentável dos recursos hídricos e a conservação da biodiversidade aquática.
15. Vida terrestre: Defender os ecossistemas terrestres, restaurar áreas degradadas, combater a desertificação e frear a perda da biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes: Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, com acesso à justiça e instituições transparentes e responsáveis.
17. Parcerias em prol dos objetivos: Reforçar a cooperação internacional, nacional e local, fortalecendo os meios de implementação por meio de parcerias multisectoriais.

Com base nesses 17 objetivos, o Plano Municipal de Santa Izabel do Pará orienta suas ações com uma visão integrada do desenvolvimento, reconhecendo que a superação da fome e da insegurança alimentar está diretamente relacionada à promoção da justiça social, da saúde, da educação, da sustentabilidade ambiental e da cidadania plena.



5. Governança e Monitoramento do PMSA

5.1 Governança do I PMSAN

Para a efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, dada sua complexidade, a mesma necessita estabelecer relações estratégicas e operacionais com outras políticas setoriais, com os entes governamentais dos três níveis (municipal, estadual, federal), estruturas dos poderes legislativo e judiciário, intâncias do controle social, empresas e organizações da sociedade civil. Considerando tal abrangência, surge a necessidade de estabelecer um sistema de governança colaborativa cuja diretriz principal é a intersetorialidade.

A governança colaborativa está baseada em três dimensões:

A intersetorialidade: ação articulada entre diferentes setores do governo.

A intergovernamentalidade: ação articulada entre as diferentes esferas de governo.

No modelo federativo: federal, estadual e municipal.

A extragovernamentalidade: ação articulada entre setores da sociedade e o governo.

A definição das competências dos entes envolvidos no processo torna-se fundamental para o estabelecimento da parcerias estratégicas visando a consecução dos objetivos propostos no I PMSAN.

Considerando a estrutura organizativa do governo municipal, temos:

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

- Integração às políticas setoriais básicas a nível municipal e articulação com as políticas estadual e nacional de atenção à família, à infância, à adolescência, ao idoso e a população portadora de deficiência;
- Definição dos mínimos sociais para o município com direito à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, à moradia, ao lazer, enfim, direitos sociais que garantam à cidadania;
- Um conjunto integrado de ações de enfrentamento da pobreza, de iniciativa governamental e não-governamental;
- Atendimento em conjunto com o Estado, nas ações emergenciais;
- Prestações de serviços no âmbito municipal voltadas para a melhoria de vida das minorias socialmente marginalizadas, bem como à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, às pessoas portadoras de deficiências, aos usuários de drogas, aos alcoólatras, aos ex- presidiários, mendigos, doentes mentais, imigrantes e outros.
- Manutenção atualizada de um sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social, no Município, em articulação com o Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS, Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS;

- Comando único das ações e efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e do Fundo Municipal de Assistência Municipal - FMAS.

Secretaria Municipal de Educação

- Manter articulação permanente com os órgãos de Educação das esferas Estadual e Federal, a fim de compatibilizar as ações programadas e obter orientação técnica pedagógica, materiais necessários às escolas Municipais, bem como a realização de cursos de capacitação aos professores, manipuladores de alimentos, servidores e dentre outros;

- Melhorar a proficiência escolar com vista à elevação do ideb municipal;

- Oferecer estrutura física, de logística e de ensino, a fim de apoiar, o desenvolvimento das competências de leitura e escrita com vistas ao mundo do trabalho e o exercício da cidadania;

- Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Educação no Campo);

- Implantar e Manter a Escola de Tempo Integral;

- Construção de Creches;

- Desenvolvimento da Educação Infantil;

- Educação Permanente em Saúde;

- Formação Continuada dos Profissionais da Educação;

- Incentivo às Promoções Culturais e Cívicas da Educação Infantil e Ens. Fundamenta;

- Desenvolvimento da Educação Especial;

- Desenvolvimento da Educação Infantil;

- Educação de Jovens e Adultos;

- Manutenção da Alimentação Escolar.

Secretaria Municipal de Saúde

- Desenvolver e implementar ações de educação alimentar e nutricional nos serviços de saúde.
- Estimular hábitos alimentares saudáveis com base nas diretrizes do Guia Alimentar para a População Izabelense.
- Monitorar o estado nutricional da população por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que está mudando gradativamente para os dados do (PEC) Prontuário eletrônico do cidadão.

- Identificar agravos relacionados à má alimentação, como obesidade, desnutrição, anemias e deficiências
- nutricionais para saúde da família, saúde da mulher, da criança, do idoso etc.
- Promover, junto a rede de ensino, centros comunitários, Iniciativa Privada, Programas relacionados à Educação, Saúde e Bem estar para o público em geral. (PSE, Programa Saúde na Escola)
- Atuar na vigilância sanitária de estabelecimentos que produzem e comercializam alimentos, assegurando a qualidade e a segurança alimentar,
- Fiscalizar as áreas urbanas e rurais passíveis de infestação de focos transmissores de doenças e agravos. Elaborar planos sobre possíveis problemas sanitários, encaminhando as autoridades competentes para acatamento e solução.
- Examinar e fiscalizar as condições sanitárias das mercadorias e produtos colocados à venda nos mercados e feiras, autorizando sua inutilização ou interdição ao consumo quando deteriorado ou em condições anti-higiênicas.
- Fiscalizar o serviço de abastecimento do município, objetivando a qualidade do líquido fornecido ao consumidor e bem assim, propor soluções para quaisquer problemas existentes no sistema.
- Promover ações de controle de vetores, vacinação animal e conscientização por meios de ações ligadas aos órgãos públicos e iniciativa privada, para combater e prevenir doenças e agravos que possam prejudicar o ser humano.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Planejar, coordenar, avaliar, executar e controlar atividades que visem à proteção, conservação e melhoria do Meio Ambiente;
- Formular políticas e diretrizes de desenvolvimento ambiental para o município de Abaetetuba, observadas as peculiaridades locais;
- Formular e regulamentar normas técnicas e legais, padrões de proteção, conservação, reservação e recuperação do Meio Ambiente, em consonância com a Legislação estadual e federal;
- Executar ações de fiscalização junto a empreendimentos e/ou atividades potencialmente degradantes e/ou poluidoras do Meio Ambiente em consonância às normas contidas na Lei Ambiental;
- Emitir parecer sobre os pedidos de localização e funcionamento de fontes ou atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do Meio Ambiente;

- Exercer o controle ambiental através do licenciamento, monitoramento, cadastramento e fiscalização das atividades, condutas, processos e obras que causem ou possam causar degradação da qualidade ambiental;
- Desenvolver atividades de educação ambiental e atuar na formação da consciência pública sobre a necessidade de proteger, melhorar e conservar a qualidade ambiental; articular e fornecer diretrizes técnicas a outros Órgãos da Administração Municipal, em especial às Secretarias de Obras Públicas, Agricultura, Saúde e Educação para integração de suas atividades;
- Manter parcerias convencionais com organismos ambientais, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, pesquisadores do País e do exterior para o desenvolvimento de planos, programas e projetos ambientais;
- Promover em conjunto com os Órgãos Municipais, o controle da utilização, comercialização, armazenagem e transporte de produtos tóxicos e/ou perigosos;
- Manter convênios com instituições de pesquisas para fins de procedimentos de análises laboratoriais e outras atividades afins;
- Propor a criação no Município de áreas de interesse para conservação e proteção ambiental;
- Planejar, a arborização e paisagismo de áreas verdes públicas;

Secretaria Integrada de Infraestrutura, Obras, Urbanismos e Serviços Públicos

- Realizar ações de recuperação e manutenção de vias pavimentadas;
- Pavimentar novas vias nas áreas urbanas e rurais.
- Recuperar e manter as vias urbanas e rurais através de serviços de terraplenagem.
- Manter, melhorar ou promover o acesso entre as comunidades.
- Elaborar projetos para implantação, expansão, operação, modernização e manutenção do Parque de iluminação pública da zona urbana e rural;
- Ampliar e modernizar o Parque de iluminação pública em área urbana e rural.

Secretaria Municipal de Administração

- Acompanhar através do ciclo do processo orçamentário (PPA/LDO e LOA) o planejamento e alocação adequada de recursos públicos em cumprimento ao Plano Integrado da Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará.
- Planejar e coordenar atividades administrativas da Prefeitura com participação efetiva dos responsáveis pelas demais secretarias;

- Coordenar, orientar, controlar e executar as atividades referentes à Administração e capacitação de recursos Recursos Humanos;
- Estudar e discutir a propostas orçamentárias anual com as demais secretarias, relativa às despesas de pessoal, material, bens patrimoniais, serviços auxiliares e encargos;
- Viabilizar as aquisições, de bens e serviços através de procedimentos administrativos, conforme legislação vigente;
- Apoio Jurídico;
- Elaboração e acompanhamento de contratos e convênios;
- Executar outras atividades correlatas que lhe forem determinadas.

Secretaria Municipal de Defesa Social

- Melhorias e manutenção na área rural e urbana e distrital;
- Capacitação dos operadores de transporte da produção agrícola;
- Estudo de viabilidade de novas rotas para o escoamento da agricultura familiar;
- Placas de identificação de ramais/vicinais para melhor escoamento da produção;
- Intensificar o patrulhamento das comunidades rurais, objetivando mitigar o índice de furto agrícola.
- Curso de formação de brigada de incêndio florestal objetivando a proteção de segurança alimentar rural/ prevenção das perdas agrícolas/ proteção da biodiversidade/promoção da segurança alimentar;
- Implementação total efetiva das diretrizes do plano municipal de mobilidade com lei aprovada/2023, exercendo a expansão dos modais de transporte, e reordenamento focando na carga e descarga atendendo a lógica empresarial no município (serviços bem de consumo).
- Planejar, coordenar a campanha de educação para o trânsito realizado nas comunidades rurais por meio de orientações e distribuições de materiais educativos e visitas nas propriedades;
- Ampliar e desenvolver as campanhas de educação na agricultura familiar gerando a conscientização da segurança viária, urbana, distrital e rural.

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer

- Promover ações que valorizem e fortaleçam os aspectos culturais relacionados à alimentação. Isso inclui o reconhecimento, a preservação e a difusão de práticas alimentares tradicionais e regionais como expressão do patrimônio cultural local.
- A secretaria deve apoiar eventos, manifestações artísticas e ações educativas que

promovam a cultura alimentar saudável, sustentável e inclusiva, bem como fomentar a produção cultural voltada ao tema da segurança alimentar.

- Além disso, deve atuar de forma articulada com outras secretarias e instituições, contribuindo para a integração da dimensão cultural nas estratégias intersetoriais do plano.

- Desenvolver e apoiar ações que valorizem os aspectos culturais relacionados à alimentação, especialmente aqueles enraizados nas tradições locais.

- A secretaria tem papel fundamental na promoção e preservação de práticas alimentares típicas da região, como as vivenciadas na Feira Agropecuária e no Festival da Farinha de Tapioca, reconhecendo esses eventos como expressões do patrimônio cultural isabelense.

- Além disso, atua na promoção de atividades educativas, manifestações artísticas e eventos que fortaleçam a cultura alimentar saudável e sustentável.

- Em articulação com todas as secretarias municipais, a Secretaria de Cultura contribui de forma intersetorial para a construção de políticas públicas que integrem cultura, segurança alimentar e inclusão social.

- Competências no âmbito do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN):

- Promover a valorização das tradições culturais relacionadas à alimentação local, reconhecendo-as como parte do patrimônio imaterial do município.

- Apoiar e fortalecer eventos que celebram a cultura alimentar de Santa Isabel do Pará, como a Feira Agropecuária e o Festival da Farinha de Tapioca.

- Desenvolver ações educativas, oficinas e manifestações artísticas que estimulem práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequadas.

- Preservar e difundir saberes e práticas alimentares tradicionais das comunidades locais, rurais e ribeirinhas.

6.2 Monitoramento e Avaliação: Mecanismos de Monitoramento e Avaliação do Plano

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional será responsável pela aprovação, acompanhamento e avaliação do Plano, propondo adequações sempre que necessário, com o objetivo de garantir o desenvolvimento e a efetivação do acesso da população vulnerável às políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. É importante destacar que a gestão pública municipal tem o dever de manter a continuidade da gestão de suas políticas setoriais, enquanto o Conselho Municipal exerce seu papel essencial de

controle social sobre essas políticas.

Os indicadores apresentados no PMSAN servirão como referência inicial, mas a equipe encarregada do monitoramento e avaliação poderá – e deverá – identificar outras fontes e indicadores complementares para uma leitura mais ampla das ações. Isso inclui a busca por dados nas secretarias municipais e no setor de planejamento, que já utilizam indicadores relevantes em suas rotinas.

É fundamental estabelecer linhas de base que permitam visualizar com mais clareza as transformações trazidas por este Plano para a sociedade de Santa Izabel do Pará, identificando eventuais obstáculos e promovendo os ajustes necessários.

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) assume a responsabilidade pela aprovação, acompanhamento sistemático e avaliação contínua do I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará (PMSAN 2025–2028). Compete a esse colegiado propor adequações sempre que necessárias, garantindo que as ações previstas contribuam, de fato, para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e para o fortalecimento das políticas de SAN, com especial atenção às populações em situação de vulnerabilidade.

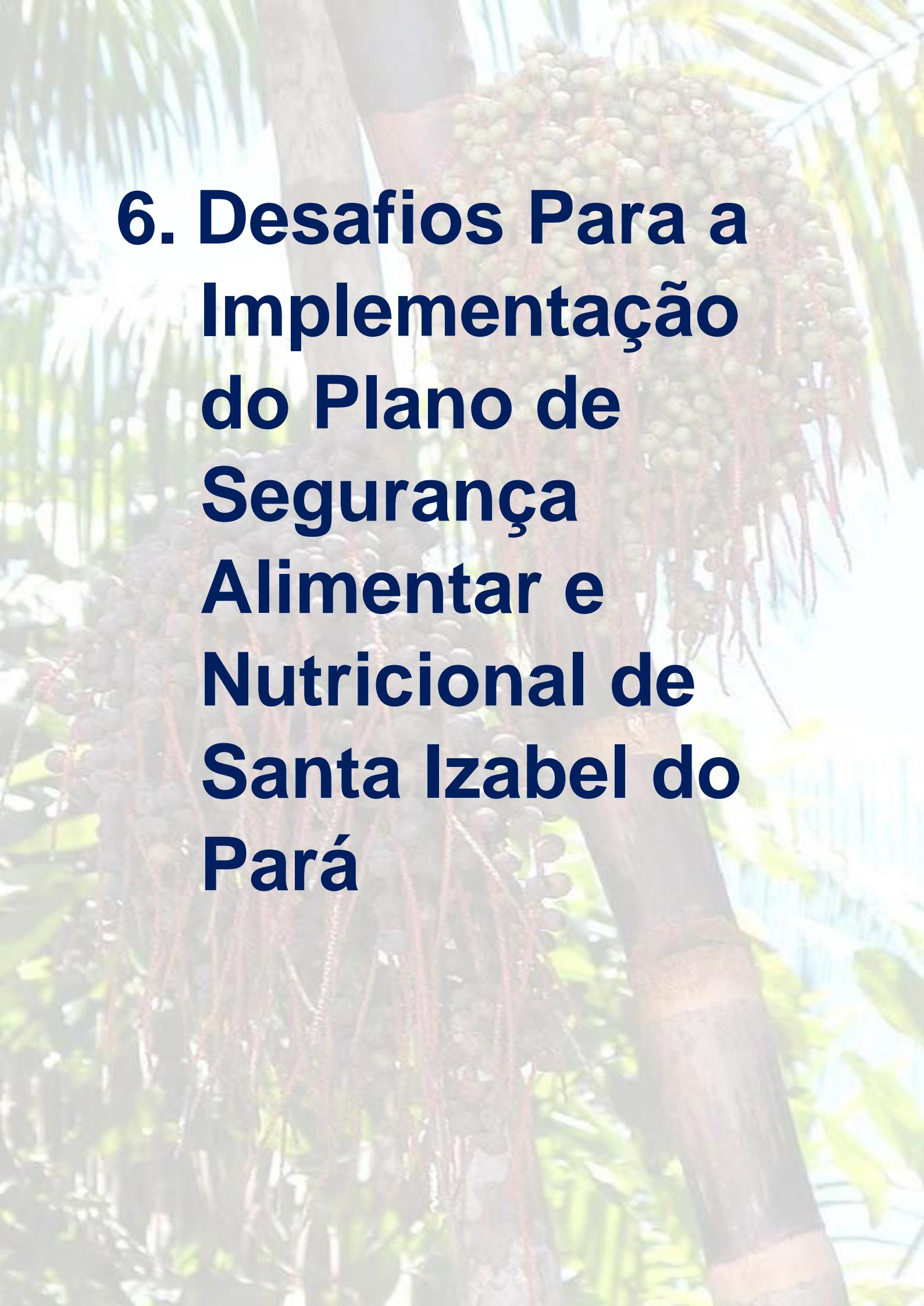
É fundamental compreender que, além da atuação da CAISAN, cabe à gestão pública municipal manter a condução contínua e integrada das políticas setoriais. Da mesma forma, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) cumpre papel central no exercício do controle social, assegurando a participação cidadã e a transparência na execução das ações planejadas.

Os indicadores previamente definidos nas planilhas anexas ao PMSAN funcionarão como referência inicial. Contudo, a equipe responsável pelo monitoramento e avaliação poderá – e deverá – utilizar múltiplas fontes de dados para construção de diagnósticos mais abrangentes, recorrendo, inclusive, aos bancos de dados das secretarias municipais e dos setores de planejamento estratégico, a fim de incorporar os indicadores utilizados nessas instâncias.

Outro aspecto essencial é a definição das linhas de base para cada ação estratégica. Esses marcos permitirão a mensuração mais precisa das transformações promovidas pelo plano, contribuindo para a identificação de avanços concretos, bem como para o reconhecimento de entraves operacionais e institucionais, orientando correções de rumo.

Dada a urgência para a elaboração e formalização deste Plano, não foi possível a

realização de pesquisas primárias, tampouco o levantamento integral de todas as dimensões contextuais do município. No entanto, reconhece-se que o diagnóstico municipal deverá ser continuamente aprimorado ao longo da vigência do PMSAN. Esse aprofundamento será fundamental para fortalecer os processos de monitoramento e avaliação, aprimorar as políticas públicas de SAN e consolidar estratégias mais eficazes e sustentáveis no enfrentamento da insegurança alimentar.



6. Desafios Para a Implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará

6.1. Desafios Para a Implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Izabel do Pará

O Plano Municipal é um instrumento público de planejamento que orienta a implantação e implementação de políticas públicas. Sua elaboração e execução requerem trabalho em equipe, o que representa um exercício complexo e impõe limites a serem superados. Romper com a cultura do setorialismo, ainda enraizada nas gestões públicas, é um dos principais desafios. A intersetorialidade é a característica central deste plano, mas certamente enfrentará barreiras significativas.

Apesar do município ter realizado um diagnóstico primário, incluindo dados específicos relacionados à Segurança Alimentar, o que representa um importante avanço para a construção, o monitoramento e a avaliação do plano, representa um desafio que engloba toda uma linha de base que abrange das políticas públicas vigentes na esfera municipal. O enfrentamento da pobreza e, por consequência, da fome, é um desafio global. Diversos especialistas em todo o mundo têm se dedicado a pesquisas e estudos para superar esse problema. Nos municípios, especialmente os mais vulneráveis, ainda é comum encontrar parte do funcionalismo público com baixa capacidade técnica para implementar um plano tão complexo quanto o de Segurança Alimentar e Nutricional, que exige articulação entre programas, projetos, ações, equipamentos públicos e mudanças culturais.

A mudança de hábitos alimentares que leve à reversão do aumento das taxas de excesso de peso e obesidade, assim como a promoção da alimentação saudável, não se alcança com ações isoladas. Trata-se de um processo contínuo que requer a execução de múltiplas ações articuladas.

As políticas públicas nem sempre estão alinhadas às prioridades gerais do município. O território municipal é mais amplo do que as ações previstas no plano de segurança alimentar, o que pode gerar conflitos de prioridade entre diferentes políticas e áreas de gestão.

Além disso, embora o Governo Federal estimule a adesão a determinadas políticas públicas, nem sempre há o devido apoio financeiro, o que acarreta em limitações de recursos humanos, financeiros e materiais.

Apesar dos desafios listados, a Prefeitura de Santa Izabel do Pará compromete-se a envidar todos os esforços necessários para a efetiva implementação do referido plano.

A close-up photograph of a palm tree trunk and a large cluster of green, oval-shaped fruits hanging from a branch. The trunk is dark brown and textured. The fruits are arranged in a dense, hanging structure. The background is slightly blurred, showing more of the tree and some greenery.

7. Legislações Relacionadas

7.1. NACIONAL

7.1.1. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (LOSAN) - Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://tearsan.ufsc.br_submenu/materiais-normativos

7.1.2. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 - Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: https://tearsan.ufsc.br_submenu/materiais-normativos

7.1.3. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: https://tearsan.ufsc.br_submenu/materiais-normativos.

7.1.4. PORTARIA MDS Nº 972, DE 26 DE MARÇO DE 2024 - Define os municípios e o Distrito Federal prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades.

7.1.5. Decreto Presidencial 11.936/2024 que dispõe sobre a cesta básica de alimentos com a finalidade de orientar ações, políticas e programas relacionados à produção, ao abastecimento e ao consumo de alimentos.

7.1.6. Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional- Guia Para A Elaboração De Planos De Segurança Alimentar E Nutricional

7.2. ESTADUAL

7.2.1. Lei Estadual Nº 9.948/2023, de 19 de junho: Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés (COOMAC);

7.2.2. Lei Estadual Nº 9.949/2023, de 19 de junho: Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.

7.2.3. Lei nº 7.580, de 20 de dezembro de 2011. Gabinete do Governador. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - SISANS-PA, e dá outras providências

7.2.4. RECOMENDAÇÃO Nº 01/2023/CONSEANS/PA BELÉM (PA), 03 DE OUTUBRO DE

2023 Recomenda aos Municípios do Pará sobre realização de Conferência municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, como processo de viabilização para adesão ao SISAN.

7.2.5. RECOMENDAÇÃO Nº 01/2023/CONSEANS/PA BELÉM (PA), 03 DE OUTUBRO DE

2023: Recomenda aos Municípios do Pará sobre realização de conferência municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, como processo de viabilização para adesão ao SISAN.

7.3. MUNICIPAL

7.3.1. Lei N° 471 de 28 de agosto de 2024: Lei que cria os componentes municipais do SISAN.

7.3.2. Decreto de N° 53 de 21 de janeiro de 2025: Regulamenta a Câmara Intersetorial Municipal de segurança alimentar CAISAN.

7.3.3. Decreto N° 54 de 21 de janeiro de 2025: Institui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar CONSEA.

7.3.4. Decreto N° 95 de 07 de março de 2025: Nomeia a Câmara Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional da CAISAN.

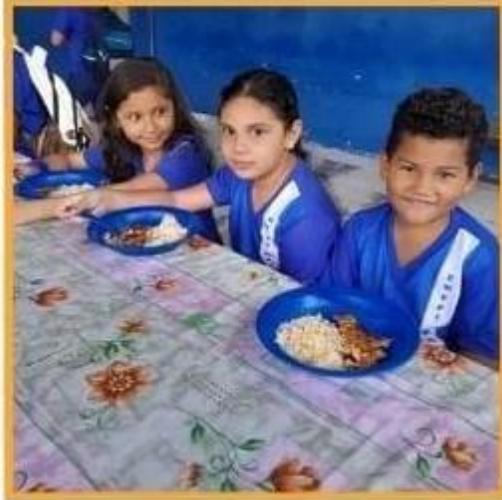
7.3.5. Decreto 102 de 24 de março de 2025: Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar CONSEA



8. Registros fotográficos

























SECRETARIA MUNICIPAL
DE TRABALHO E
PROMOÇÃO SOCIAL

